

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITORA PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof.^a Dr.^a Vera Sílvia Marão Beraquet

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Gilberto Luiz Moraes Selber

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Enildo Galvão Carneiro Pessoa

Endereço para Correspondência:

Revista Notícia Bibliográfica e Histórica

Caixa Postal 1539 - 13020-904 - Campinas, SP

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

ANO XXIII - Nº 143 ISS-0101- 4919 JULHO/SETEMBRO/1991

SUMÁRIO

Artigos

- Série "Abolição" 199
Odilon Nogueira de Matos
- Propaganda Eleitoral: ano 62 213
Almir de Oliveira
- Curt Niemundaju, vulto da Etnologia brasileira 216
Gilberto Emílio Chaudon
- Manuel de Araújo Porto Alegre, o primeiro crítico de arte no
Brasil 222
Dúlio Battistoni Filho
- Luiz Gama, o moralista, o advogado e abolicionista 224
Paulo Pereira dos Reis

Existe o "Perigo Alemão"?	243
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
A Restauração Pernambucana e a formação da consciência regional nordestina	246
Manuel Correia de Andrade	
Fundação da Panorama (reminiscências)	256
Nelson Noronha Gustavo Filho	
Neukomm e Maersch (músicos) e De Simoni (libretista), precursores do nacionalismo musical brasileiro	264
Carlos Wehrs	
Registro Bibliográfico	279
Periódicos	282
Memória Campineira	284
Nobreza imperial de Campinas	
Odilon Nogueira de Matos	
Textos (sugestões para seminários)	
Primeira eleição presidencial após a Revolução de 1930 (declaração de voto do Deputado Plínio Tourinho)	286
Independência da Grécia	288
Vultos da Historiografia Brasileira	
Padre Simão de Vasconcelos	289
Seleta	
Diogo Álvares, o "Caramuru"	292
Simão de Vasconcelos	
Rabiscos de um escrevinhador	
O criador da bandeira paulista	296
Biógrafo de Talleyrand	297
França Júnior no seu centenário	299
"Brasil, terra & alma"	300
Oito meses no Brasil	302
Itaocara	303

SÉRIE "ABOLIÇÃO" (Contribuição da Fundação Joaquim Nabuco ao estudo do Abolicionismo)

Odilon Nogueira de MATOS

O transcurso de efemérides comemorativas de personalidades e episódios históricos tem constituído oportunidades propícias a um considerável avolumamento da bibliografia referente a temas a eles vinculados e, não raro, a uma verdadeira reavaliação histórica e crítica resultante de manifestações culturais da mais variada natureza: congressos, simpósios, conferências, cursos, exposições e outras mais modalidades. O ideal, inegavelmente, é quando de tais manifestações resulta a publicação de livros ou números especiais de revistas especializadas, assegurando, assim, um caráter de permanência a eventos que, doutra forma, ficariam esquecidos com o tempo.

Riquíssimo elenco constituiria uma relação de tudo quanto se publicou no Brasil sugerido ou motivado pelas efemérides. Desde 1900, quando se comemorou o quarto centenário do descobrimento, com o famoso **Livro do Centenário**, ou as publicações do centenário da Independência, a começar pela grandiosa **História da Colonização Portuguesa do Brasil**, hoje, tanto quando o **Livro do Centenário**, verdadeiras raridades bibliográficas; ou os anais dos diversos congressos de História promovidos pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, em âmbito mais restrito, as publicações comemorativas do quarto centenário da cidade de São Paulo, em 1954. E tantos outros exemplos que seria longo a todos enumerar.

De dois centenários há pouco transcorridos - o da Abolição e o da República -, esperava-se muita coisa, a exemplo de comemorações anteriores. Infelizmente, ocorreu menos do que se esperava. Entretanto, um dos empreendimentos levados a efeito foi sobremaneira valioso. Referimo-nos à iniciativa da Fundação Joaquim Nabuco, do Recife, promovendo a publicação de extensa série - nada menos que vinte volumes - comemorativa

do centenário da Abolição. Publicados todos em 1988 (o próprio ano do centenário e não muitos anos depois, como em geral acontece com iniciativas desta natureza), os volumes editados pela Fundação (em convênio com a Editora Massangana), constituindo a Série Abolição, afigura-se nos um dos mais importantes empreendimentos editoriais já levados a efeito no Brasil. Graças a dois excelentes amigos da capital pernambucana, Fernando da Cruz Gouvêa e Leonardo Dantas Silva, este, o responsável pela realização, tivemos o privilégio de receber os vinte volumes que foram publicados. Volumes excelentemente apresentados, muitos deles contendo reproduções fac-similares de textos antigos, todos criteriosamente anotados e comentados.

A série **Abolição** jogou mais com reedições ou documentários que propriamente com escritos novos sobre o tema. Destes, apenas dois: o de Manuel Correia de Andrade sobre o Conselheiro João Alfredo e o de Fernando da Cruz Gouvêa sobre o movimento abolicionista em Pernambuco. E quanto aos documentários ou aos dois volumes “mistos” organizados por Leonardo Dantas Silva, ou, então, às suas magníficas apresentações dos volumes reeditados, valem como verdadeiros ensaios que enriquecem a bibliografia existente.

Lamentamos o atraso com que abrimos as páginas de nossa publicação para o registro da preciosa série **Abolição**. Circunstâncias diversas, inclusive o próprio atraso da *Notícia Bibliográfica*, justificam esta demora, pela qual nos penitenciamos, mas da qual, dado o interesse permanente dos volumes editados, não há de decorrer tanto prejuízo. Oferecemos, pois, a seguir, aos leitores da NBH uma rápida notícia dos vinte volumes em boa hora editados pela grande instituição do Recife.

Vol. 1. Joaquim Nabuco - O **Abolicionismo**. Pref. de José Thomaz Nabuco.
Edição fac-similar. ix + 256p

Uma série de livros sobre a Abolição editada em Pernambuco não poderia deixar de começar com a obra clássica de Joaquim Nabuco, publicada originalmente em 1883 e reeditada diversas vezes. Trata-se, sem dúvida, da maior obra que sobre o tema se produziu, trabalho verdadeiramente doutrinário sobre o Abolicionismo. Sobre ele muito já se escreveu, parecendo-nos desnecessário aduzir novos informes sobre livro já clássico de nossa bibliografia histórica. Seja-nos permitido, contudo, transcrever o que sobre ele escreveu Nelson Werneck Sodré em seu conhecido manual bibliográfico

O que se deve ler para conhecer o Brasil: “Neste (no livro *O Abolicionismo*) estão encerradas algumas de suas melhores intervenções em favor dos escravos. Nabuco colocava o problema, ao tempo em que as realizou, sob aspectos objetivos. Sua análise guarda muito da emoção de que se revestiu a campanha abolicionista. Mas retém sempre clara a análise do problema, mostrando os aspectos negativos do trabalho escravo, a sua fraca rentabilidade, a ausência de sentido da propaganda que anunciava a abolição como associada à ruína da lavoura brasileira. São trabalhos que anunciam o 13 de maio e mostram a que nível a palavra de Nabuco elevou os debates do problema” (*) Anote-se, como fato realmente significativo que a edição inicial da nova coleção pernambucana é fac-similar da edição “príncipe” de 1883, publicada em Londres na tipografia de Abraham Kingdom, circunstância que valoriza sobremaneira este empreendimento. O organizador da coleção não julgou necessário antepor ao texto algo à guisa de prefácio ou introdução. Entendeu ele, certamente, que o livro falaria por si. Anexou apenas o prefácio que o filho de Joaquim Nabuco escreveu para uma reedição do livro.

*

Vol. 2. Manuel Correia de Andrade - João Alfredo, o Estadista da Abolição. Apres. de Antônio Corrêa de Oliveira Andrade. 290p

Na apresentação diz-se que “este livro não precisa de apresentação”, pois vale por si mesmo. Diríamos que o simples nome do autor vale pela melhor das apresentações. Com excelente folha de serviços à cultura pernambucana (e brasileira em geral), tanto nas áreas da História como da Geografia, autor de livros consagrados numa e noutra matéria, apresenta-nos agora substancioso estudo sobre o Conselheiro João Alfredo Correia de Oliveira e seu papel na abolição. Embora julgada desnecessária a apresentação, ela não o é, pois enfoca em pouco mais de uma página a síntese de “um passado trepidante, vivido por um pernambucano ilustre que, no cenário político, soube se impor, revelando personalidade, força de vontade e determinação para a consecução de seus objetivos”. E com muita propriedade, o autor faz sentir que escreveu este livro não só para prestar uma homenagem ao grande estadista “que vem sendo pouco estudado e conhecido

(*) Sodre, Nelson Werneck, *O que se deve ler para conhecer o Brasil*, pp 177/178; 5ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976.

pelas gerações mais novas”, como, sobretudo, “para analisar os grandes problemas que o país enfrentou na segunda metade do século XIX; a posição que a elite dominante tomou diante desses problemas, procurando sustentar um sistema implantado pela colonização portuguesa e que não sofrera modificações substanciais com a independências política”.

*

Vol. 3. José Antônio Gonsalves de Mello - Henrique Dias, governador dos crioulos, negros e mulatos do Brasil. 74p

Foi vital a importância de Henrique Dias na campanha contra os holandeses. “Foi ele quem aglutinou todas as nações da raça negra e, sob o seu comando, lutou até a vitória final, continuando sua luta perante a coroa portuguesa no sentido de obter a liberdade prometida pelos chefes portugueses aos seus companheiros que ainda permaneciam sob o jugo da escravidão”. Publicado originalmente em 1954, ao ensejo do tricentenário da Restauração Pernambucana, foi este trabalho merecidamente julgado digno de figurar na série comemorativa do centenário da Abolição. O autor dispensa apresentação, pelos seus inúmeros e valiosos trabalhos de investigação histórica sobre Pernambuco, particularmente no século XVII.

*

Vol. 4. André Rebouças - Agricultura nacional: estudos econômicos//Propaganda abolicionista e democrática. Estudo introdutório de Joselice Jucá; 2ª edição fac-similar. xx + xxii + 410p

Um dos grandes empreendimentos da série que vimos comentando foi tirar do esquecimento, reeditando-o fac-similarmente, este valioso trabalho de André Rebouças (1838-1898), publicado em 1883 (Rio de Janeiro, A. J. Lamoureux) e nunca tendo merecido as atenções de uma reedição. Para o apresentador do volume, *Agricultura nacional* pode ser considerado a síntese do pensamento social do autor, na qual está condensada de maneira quase didática, os principais aspectos de sua proposta de reforma e os fundamentos teóricos nas quais se baseia para definir seu conceito de “democracia rural brasileira”. Mas ainda: “Revela não apenas aspectos distintos de suas idéias e atitudes em relação ao movimento abolicionista, mas principalmente, indica-nos a coexistência, no movimento, de uma

proposta efetiva de mudança, um estudo crítico da estrutura fundiária do país, propostas consideradas pelo autor como as ideais para solucionar os problemas da agricultura nacional”. Lamenta o autor da introdução que a importante obra de Rebouças, “por alguma razão incompreensível, mas possivelmente por causa de seu estilo”, não tenha recebido a atenção merecida, se compararmos, por exemplo, com outro importante livro contemporâneo, **O Abolicionismo**, de Nabuco.

*

Vol. 5. João Alfredo Corrêa de Oliveira - **Minha meninice e outros ensaios**.
 Pref. de Manuel Correia de Andrade. 100p

Depois de traçar excelente estudo biográfico do Conselheiro João Alfredo, já registrado como segundo volume desta coleção, julgou o professor Manuel Correia de Andrade valioso editar alguns escritos de seu biografado, homem também de preocupações culturais, sobretudo nas áreas do Direito e da História. Em **Minha meninice** observa-se a convergência do memorialista com o sociólogo, quando, ao relatar os fatos ligados à infância e adolescência, procura caracterizar os tipos de relações sociais dominantes à época. Os outros ensaios constantes do volume intitulam-se **Memórias políticas** (de maior importância para se compreender os anos finais do Império e o começo da República); **O Barão de Goiana e sua época genealógica**, considerado por Correia de Andrade seu melhor trabalho, onde “não só relata a vida política e as atividades econômicas desenvolvidas pelo sogro, como também analisa as estruturas sociais da zona canavieira de Pernambuco e a evolução econômica da região. O tipo de relação que dominava entre os grandes proprietários e seus escravos, empregados e agregados”; **Depoimento para a história da Abolição**, onde o Conselheiro relata suas ligações mais íntimas, familiares, com a classe dos senhores de terras e de escravos; encerra o volume o estudo sobre o **Poder pessoal do Imperador**. Rematando seu prefácio, escreve o preclaro geógrafo e historiador: “Estes ensaios, ora reunidos em livro, se constituem em um precioso acervo para o conhecimento não só da história do Brasil como do pensamento do Conselheiro, homem de governo e de administração e um estudioso da história e da sociedade. Neles ficam claras as suas posições de homem profundamente impregnado das influências de sua origem, embora aberto às reformas e às inovações modernizadoras”.

*

Vols. 6 e 7. Estudos afro-brasileiros e Novos estudos afro-brasileiros.

Trabalhos apresentados no 1º Congresso Afro-Brasileiro, realizado no Recife em 1934. Apres. de José Antônio Gonsalves de Mello; pref. de Roquette Pinto e de Arthur Ramos. Reedição fac-similar. 286-352p. 2 vs.

Constituem estes dois títulos as reedições fac-similares de volumes publicados em 1935 e 1937, reunindo os trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro, realizado no Recife em 1934. “Reedição há muito desejada e necessária, pois que os dois volumes são hoje de difícil acesso pela sua raridade e pelo preço alcançado nos antiquários”, escreveu José Antônio Gonsalves de Mello ao apresentar esta “reedição necessária”. A idéia do congresso, bem como a iniciativa de realizá-lo partiram de Gilberto Freyre. No ano anterior o sociólogo pernambucano publicara *Casa Grande & Senzala*, que alcançou enorme repercussão, despertando verdadeiro entusiasmo pela originalidade com que certos temas nele foram abordados. Um deles, a participação do negro na vida e na cultura brasileira. O 1º Congresso Afro-Brasileiro surgiu da necessidade, por todos reconhecida, de desdobrar e ampliar certos temas ligados à problemática afro-brasileira. Daí a repercussão que alcançou. Pouco depois eram publicados os respectivos anais, reunindo todo o material apresentado. Constavam de dois volumes, o primeiro pela antiga Editora Ariel, do Rio de Janeiro (1935), com prefácio de Roquette Pinto; e o segundo (1937) pela *Civilização Brasileira*, integrando a coleção “Biblioteca de Divulgação Científica”, dirigida por Arthur Ramos, a quem coube o prefácio. Julgamos oportuno (e necessário) transcrever o sumário destes dois preciosos volumes: Em *Estudos Afro-Brasileiros*: O negro no folclore e na literatura do Brasil (Renato Mendonça); Ensaio etno-psiquiátrico sobre negros e mestiços (Cunha Lopes e J. Cândido de Assis); Vocabulário nagô (Rodolfo Garcia); Contribuição ao estudo do índice de Lapique (Bastos de Ávila); A Calunga dos Maracatus (Mário de Andrade); Os mitos de Xangô e sua degradação no Brasil (Arthur Ramos); Os negros na história de Alagoas (Alfredo Brandão); As doenças mentais entre os negros de Pernambuco (Ulisses Pernambucano); Longevidade (J. Robalinho Cavalcanti); Três séculos de escravidão na Paraíba (Ademar Vidal); Abolição e suas causas (Jovelino M. de Camargo Júnior); Grupos sanguíneos da raça negra (Abelardo Duarte); A República dos Palmares (Mário Melo); O recém-nascido branco, negro e mulato (J. Robalinho Cavalcanti); O trabalhador negro no tempo do bangüê comparado com o

trabalhador negro no tempo das usinas de açúcar (Jovino de Raiz); Procedência dos negros do Novo Mundo (Melville J. Herskovits); Alimentação e estado nutricional do escravo no Brasil (Rui Coutinho); O problema da tuberculose no preto e no branco e relações de resistência racial (Álvaro de Faria); A arte do bronze e do pano em Daomé (M. J. Herskovits); Situação do negro no Brasil (Edison Carneiro); As seitas africanas no Recife (Pedro Cavalcanti); Nota antropológica sobre os mulatos pernambucanos (Geraldo de Andrade); Receitas de quitutes afro-brasileiros; Toadas de Xangô do Recife. Em **Novos Estudos Afro-Brasileiros: Aspectos da influência africana na formação social do Brasil** (Rodrigues de Carvalho); Notas sobre o Catimbó (Luís da Câmara Cascudo); Uma escrava original (Carlos Pontes); Xangô (Edison Carneiro); Juliano Moreira e o problema do negro e do mestiço no Brasil (Viúva Juliano Moreira); Estudo biotipológico de negros e mulatos brasileiros, normais e delinqüentes (Leonídio Ribeiro, W. Berardinelli e Isaac Brown); A Inglaterra e o tráfico (Jovelino de Camargo Júnior); A maconha em Pernambuco (Jarbas Pernambuco); Musicalidade do escravo negro no Brasil (Nair de Andrade); A situação do negro sob o domínio holandês (J. A. Gonsalves de Melo Neto); Fizeram os negros teatro no Brasil? (Samuel Campelo); Deformações de corpo de negros fugidos (Gilberto Freyre); Ohum êniadúdu (Jacques Raimundo); Alguns dados antropológicos da população do Recife (Ulisses Pernambucano e outros); “Biblioteca do Povo” e “Coleção Moderna” (Jorge Amado); A mestiçagem no Brasil como fator eugênico (A. Austregésilo); O negro em nosso meio escolar (Bastos de Avila); o que foi o 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife (G. Freyre).

*

Vol. 8. Joaquim Nabuco - Campanha abolicionista no Recife. Estudo introdutório de Fernando da Cruz Gouvêa; pref. de Anibal Falcão. Segunda edição fac-similar. 208p

Prefaciando a primeira edição desta obra, publicada em 1885 (Rio de Janeiro, Leuzinger), Anibal Falcão lembrava que os discursos nela reunidos destacavam-se “não tanto pela sua alta eficácia como obra de propaganda, quanto, sobretudo, pelo seu valor como documentos do movimento abolicionista”. Consta o volume de seis conferências, todas pronunciadas no Teatro Santa Isabel, do Recife: “Pernambuco e o apelo à nação”, “Reformas sociais”, “A minha carreira política”, “A véspera de

eleição”, “O segundo escrutínio” e “O novo Parlamento”. Reúne, ainda, o volume cinco discursos proferidos também no Recife, versando, igualmente, assuntos de muito interesse: “A lei agrária”, “A emancipação e as instituições de previdência”, “O Abolicionismo e a riqueza particular”, “A escravidão e o comércio” e “A escravidão e o trabalho”. O belo estudo introdutório, de quase 60 páginas, de uma das maiores figuras da historiografia pernambucana, valoriza consideravelmente o livro, por analisar o clima social e político em que decorreu o ano de 1884, no Recife, e ainda valioso como comentário aos discursos e conferências de Joaquim Nabuco.

*

Vol. 9. Joaquim Nabuco - A Escravidão. Edição compilada do original manuscrito, por Joaquim Antônio Gonsalves de Melo; pref. de Manuel Correia de Andrade; org. e apres. de Leonardo Dantas Silva. 128p

Em 1869/70, Joaquim Nabuco, então jovem estudante da Faculdade de Direito do Recife, empreendeu a redação deste importante trabalho - o primeiro grande libelo escrito no Brasil contra a escravidão -, que não chegou a publicar e nem mesmo a concluir. Deveria constar de três partes - “O crime”, a “História do crime” e “A reparação do crime”. Só as duas primeiras foram escritas, ficando, pois, o texto incompleto. Em 1924 os originais foram oferecidos ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que providenciou sua publicação em o vol. 204 de sua preciosa revista, em 1949, ao ensejo do centenário do grande abolicionista. Todavia, informa o responsável por esta nova publicação que o texto da revista do Instituto “apresenta lacunas e erros”. Daí, a idéia de, pela primeira vez em livro, publicar-se este precioso trabalho do então jovem abolicionista. Esta nova versão foi cuidadosamente confrontada com o manuscrito original, escoimada assim das falhas apontadas na edição do Instituto Histórico Brasileiro. Nas “considerações gerais” escreve Nabuco sobre a degradação da escravidão causada na sociedade e na família, sobretudo do ponto de vista ético; estuda a escravidão perante o Velho e o Novo Testamentos, bem como perante a doutrina cristã; no aspecto legal, considera a escravidão um crime contra a humanidade, sendo ilegal até perante o chamado direito de propriedade. Numa segunda parte, aborda a história da escravidão na Grécia e em Roma, estudando-a do ponto de vista do Direito Romano, para, depois, cuidar da

escravidão africana; trata do tráfico no Brasil, detendo-se particularmente na análise do “Bill Aberdeen”; deteve-se, finalmente na história da luta contra a escravidão, desde Palmares até a Revolução Pernambucana de 1817. “Dois temas - lembra Leonardo Dantas Silva - mostram o cuidado do jovem estudante: a crítica à legislação brasileira sobre os escravos e o estudo demográfico sobre a população escrava no Brasil, este infelizmente incompleto, mas o bastante para se ter uma idéia do quanto eram omissas, por vezes dolosamente, as estatísticas apresentadas sobre tão importante assunto.” Excelente o prefácio de Correia de Andrade, concluindo que a leitura deste livro poderá “contribuir tanto para uma melhor compreensão da história da sociedade brasileira como também da análise do pensamento de Nabuco e de sua integração à época em que viveu e atuou”.

*

Vol. 10. A Abolição em Pernambuco. Apres. e org. de Leonardo Dantas Silva. x+56+78p

Consta esta coletânea de artigos de F. A. Pereira da Costa (“A idéia abolicionista em Pernambuco, de 1891), Carneiro Vilela (“O Clube do Cupim”, de 1905) e Coriolano Medeiros (“O movimento abolicionista no Nordeste”, de 1925). Além disto, transcreve documentos relativos à prioridade de Pernambuco na questão de emancipação dos escravos e, finalmente, a reprodução fac-similar do extenso catálogo da Exposição comemorativa do cinquentenário da Abolição, em 1938, realizada no Teatro Santa Isabel, do Recife. Catálogo minucioso, informativo e profusamente ilustrado, com biografias e transcrição de documentos.

*

Vol. 11. Alguns documentos para a história da Escravidão. Org. de Leonardo Dantas Silva. 214p

Mais um precioso documentário encerra este décimo-primeiro volume, contendo textos até então dispersos por revistas especializadas do Rio de Janeiro e do Recife: “Diário da viagem do Capitão João Blaer aos Palmares em 1654”; “Relação das guerras feitas aos Palmares de Pernambuco no tempo do governador D. Pedro de Almeida de 1675 a 1678”; “Memória

dos feitos que se deram durante os primeiros anos de guerra com os negros quilombolas dos Palmares, seu destroço e paz aceita em junho de 1678”; “Condições ajustadas com o governador dos paulistas Domingos Jorge Velho em 14 de agosto de 1693 para conquistar e destruir os negros dos Palmares”; “Documentos dos quilombos de Goiana-Catucás”; Documentos da Irmandade do Rosário dos Pretos; Livros de compra e venda de escravos.

*

Vols. 12 e 13. **O Abolicionista/A Imprensa e a Abolição**. Org. e apresentação de Leonardo Dantas Silva.

A imprensa não poderia faltar numa coleção desta natureza. Daí, os dois volumes (12 e 13), consagrados, o primeiro à reedição fac-similar do jornal “O Abolicionista”, editado por Joaquim Nabuco em 1880/81; e o segundo, à reprodução também fac-similar dos principais jornais e revistas abolicionistas que circularam em Pernambuco, além de outros inúmeros avulsos de interesse para o estudo do movimento. Ambos, organizados aos cuidados de Leonardo Dantas Silva. A propósito de “O Abolicionista”, diz Leonardo Dantas Silva: “Tornaram-se as páginas deste jornal de suma importância para se conhecer certos aspectos da obra abolicionista de Nabuco”.

*

Vol. 14. Fernando da Cruz Gouvêa - **Abolição: a liberdade veio do Norte**.
292p

Para boa compreensão do espírito que ditou este livro - de um dos mais renomados historiadores brasileiros da atualidade - nada melhor que dar a palavra ao próprio autor: “Este livro poderá ser considerado uma história política da Abolição no Brasil. Nele estão descritas a organização dos Gabinetes e as posições por eles seguidas a partir sobretudo da mudança política operada traumáticamente em 1868. Conseguiu apanhar nos jornais ligados às facções que dominavam o cenário político, dados novos que, se não modificam os perfis dos homens de renome na vida nacional, trazem subsídios válidos para uma reavaliação do que eles discutiam, defendiam ou combatiam naquela que seria a maior reforma social levada a cabo no Brasil. É claro que o 13 de maio tornaria os escravos livres por direito, mas, de fato,

para eles e seus descendentes, despreparados para a vida como cidadãos livres, a abolição não poderia se resumir na lei sancionada naquele dia. O processo abolicionista deve prosseguir, agora ampliado, pois é praticamente um povo inteiro a exigir a libertação da miséria, das péssimas condições de uma vida hoje tão incerta e por vezes desumana”.

*

Vols. 15 e 17. Estudos sobre a escravidão negra. Organização de Leonardo Dantas Silva. 2vs.

Onze importantes trabalhos, publicados em diferentes épocas e lugares, porém todos inseridos na temática escravista e abolicionista, foram selecionados por Leonardo Dantas Silva para formar os dois volumes aqui registrados, aos quais se junta o único elaborado especialmente para esta ocasião, do próprio organizador: “A instituição do Rei do Congo e sua presença nos maracatus”. Eis os trabalhos selecionados: Volume 1 - “A Troia Negra”, de Nina Rodrigues (1904); “As tribos negras importadas”, de Brás do Amaral (1915); “Subsídios para a história do tráfico africano no Brasil colonial”, de Afonso de Taunay (1941); “Um governador colonial e as seitas africanas”, de José Antônio Gonsalves de Mello (1952); “A escravidão negra no pensamento do bispo Azeredo Coutinho”, de Sônia Aparecida Siqueira (1963); “Senhores de engenho e negros cativos”, de Fernando Pio (1968); “Senzalas de conventos”, de Frei Venâncio Willeke (1976); “O Norte, o Sul e a proibição do tráfico interprovincial de escravos”, de Evaldo Cabral de Melo (1976). Volume 2: - “O negro em Pernambuco”, de René Ribeiro (1949); “O desembarque de Serinhaém”, de Gláucio Veiga (1975) e “Reforma do estado servil: discursos proferidos na Câmara dos Deputados e no Senado”, por Teodoro Machado Freire Pereira da Silva (1871).

*

Vol. 16. - Artur Ramos - O negro brasileiro: etnografia religiosa e psicanálise. Segunda edição fac-similar; pref. René Ribeiro. 304p

Artur Ramos (1903-1949), seria desnecessário lembrá-lo, foi um dos grandes incentivadores dos estudos africanistas no Brasil, deixando

mais de uma dezena de importante livros, de leitura altamente recomendada para os interessados neste vastíssimo tema. O ponto de partida de sua produção nesta seara foi precisamente. **O negro brasileiro**, aqui reeditado fac-similarmente, integrando a série “Abolição”. A edição original apareceu em 1934, inaugurando a “Biblioteca de Divulgação Científica”, criada e dirigida pelo autor para a Civilização Brasileira. Além de uma introdução sobre “O problema da raça negra no Brasil”, consta o livro de duas grandes partes: 1. “Religiões e cultos negro-fetichistas no Brasil”, com oito capítulos, e “A exegese psicanalista”, com seis capítulos.

*

Vol. 18. Memória da Abolição: catálogo de artigos de jornais do Arquivo Joaquim Nabuco. Ilka Cavalcanti Loureiro (coord.), Liège T. Miranda Coelho, Tereza Cristina S. Dantas. 245p.

“Isolados ou atuando conjuntamente com as Sociedades Libertadoras, os jornais abolicionistas prestaram imensa colaboração na apresentação e na discussão do problema do negro. A partir da década de 70 do século passado, quando a causa negra deixa o campo literário onde estava abrigada para ser questão pública, os jornais passam a ter, cada vez mais, influência marcante. Já ao final da década e por todos os anos 80, até o 13 de maio de 1888 e mesmo depois dele, os jornais abolicionistas se constituíram quase exclusivamente em tribunas de defesa, algo apaixonada até, da liberdade para os escravos”. Este tópico da apresentação bastaria para demonstrar o interesse de um catálogo como este, organizado com o material existente no arquivo da Fundação Joaquim Nabuco. E como se não bastasse, ainda esta explicação: “O Catálogo foi estruturado sob a forma de catalogação analítica dos artigos de jornais relativos à abolição, obedecendo a uma ordem cronológica, contendo a codificação de acordo com a sua localização na mapoteca”.

*

Vol. 19. Manuel Quirino - Costumes africanos no Brasil. Segunda edição, ampliada e comentada; prefácio, notas e organização de Raul Lody; apresentação de Thales de Azevedo. 253p

Publicado originalmente ao ensejo do cinquentenário da Abolição (1938), quando seu autor já não vivia (falecera em 1923), esta coletânea

reúne artigos que Manuel Quirino deixara espalhados em publicações periódicas. A nova edição, no dizer do apresentador, “justifica-se principalmente pela importância que a obra tem até o presente”, isto sem falar na homenagem que representa a um dos “desbravadores da temática”. “Todos os antropólogos, historiadores, sociólogos que trabalham na matéria reconhecem o valor das contribuições de Quirino, comentando-as, rejeitando-as ou as adotando, dada sua consistência científica.” Foi o livro organizado por Arthur Ramos que escolheu temas relacionados com a etnografia religiosa, folclore e tradições sociais do negro no Brasil, justificando o título que deu: **Costumes africanos no Brasil**. Consta das seguintes partes: “A raça africana e seus costumes na Bahia” (1916), “O colono preto como fator da civilização brasileira” (1918), “A arte culinária na Bahia” (que ficara inédito) e ainda excertos do livro **A Bahia de Outrora**, de 1922.

*

Vol. 20. Luiz Anselmo da Fonseca - **A Escravidão, o Clero e o Abolicionismo**. Edição fac-similar de 1887; apres. de Leonardo Dantas Silva. xvi + 720p

Dedicado aos “brasileiros escravos”, o livro do médico baiano Luiz Anselmo da Fonseca “é um dos mais importantes libelos contra o sistema escravocrata brasileiro”, diz Leonardo Dantas Silva na apresentação da reedição fac-similar deste volumoso trabalho, com o qual se rematou, brilhantemente, a excelente série **Abolição**. E continua: “O livro mostra os mais ásperos aspectos da escravidão negra no Brasil, com informações detalhadas sobre a importação de africanos, as sevícias e crimes praticados contra os escravos (não faltando a indicação dos nomes, datas e circunstâncias dos fatos), os conflitos do movimento - o papel da imprensa, dos abolicionistas e das sociedades emancipadoras - e, de forma constante, a posição da Igreja Católica Romana perante a instituição escravocrata”. A edição original foi publicada em 1887, pela Imprensa Econômica, da Bahia (Salvador) e constituía um alentado tomo de quase 700 páginas, certamente o mais volumoso de quantos escritos foram publicados sobre o assunto. A reedição, além da nota de apresentação de Leonardo Dantas Silva, à qual já nos referimos, traz nota biográfica do autor pelo historiador baiano Renato Berbet de Castro. Nascido a 9 de junho de 1848, em Jacobina, faleceu no Salvador a 20 de julho de 1929. Diplomado pela Faculdade de Medicina da

Bahia, em 1875, tornou-se professor da mesma Faculdade em 1877. Deixou diversos trabalhos sobre medicina. Lecionou também Filosofia no Ginásio da Bahia.

*

Embora sumários, os comentários que vimos de fazer sobre a preciosa série "Abolição" parecem-nos suficientes para demonstrar a importância para a bibliografia histórica brasileira do grande empreendimento editorial com que a Fundação Joaquim Nabuco e a Editora Massangana celebraram o centenário da abolição. Registre-se que, em muitos volumes, houve a colaboração do Conselho Nacional de Pesquisas. Lamentamos não dispor de espaço para nos estendermos mais, pois cada volume mereceria que mais se escrevesse sobre ele. Agradecemos mais uma vez às duas importantes Entidades da capital pernambucana, nas pessoas de Leonardo Dantas Silva e Fernando da Cruz Gouvêa pela gentileza de nos terem propiciado o conhecimento da coleção, agora incorporada à biblioteca do Departamento de História de nossa Universidade.

PROPAGANDA ELEITORAL: ANO 62

Almir de OLIVEIRA

Quem vê nossos postes, nossos muros e as fachadas de nossos edifícios lambuzados de cartazes e de pichações, que fazem a propaganda de candidatos em qualquer pleito eleitoral, não faz idéia do quanto isso é antigo. Pois isso acontece pelo menos há bem mais de 1920 anos! Já usavam tais práticas os políticos do Império Romano. Quem nos dá notícia disto é Robert Etienne, no seu bem feito **A vida quotidiana em Pompéia** (edição portuguesa).

No segundo capítulo do segundo livro dessa obra, o historiador francês fala-nos do que denomina a "febre eleitoral", que dominava os pompeianos logo após o ano 62 de nossa era, quando se cuidava, ali, de reparar danos decorrentes do sismo daquele ano.

Anualmente, Pompéia assistia ao espetáculo da disputa eleitoral, destinada ao preenchimento dos cargos de **duoviri juri dicundo** e de **duoviri simples**, que vieram a chamar-se **aediles**. Os primeiros eram magistrados superiores, responsáveis pela política da cidade, estando-lhes afeta a gerência de todos os negócios civis, religiosos e financeiros; os segundos tinham a seu cargo as estradas, os edifícios públicos e sagrados. Elegiam-se na primavera de cada ano.

"Para abrir a campanha eleitoral, era preciso que os candidatos se dessem a conhecer ao magistrado encarregado de presidir ao escrutínio e que seus nomes fossem publicados" - informa R. Etienne. Como se vê, qualquer coisa como o que se faz hoje aqui, a mostrar que não inventamos muito... Havia uma magistratura eleitoral e um registro. Aí começava a campanha. Não havia local especial para a propaganda. A Municipalidade, tal como hoje, não tinha lugares próprios para se escreverem os apelos ao eleitorado. Não progredimos, pois, quando a isto. A propaganda era pessoal: cada pessoa tomava o partido do candidato de seu gosto e punha ao

seu dispor a fachada de sua casa, de sua loja, ou armazém. Mandavam pintar de cal as paredes por um profissional adequado, o *dealbator*, depois de preparadas por um *piseiro*. A seguir, contratava-se um pintor, que, em geral, fazia seu ofício à noite, à luz da lua, ou de uma lanterna conduzida por um *lanternarius*. O pintor assinava as mensagens que lhe eram encomendadas. Mas, não eram os candidatos que faziam sua propaganda, eram seus amigos ou admiradores, ou interessados na respectiva eleição. R. Etienne dá um exemplo dessa propaganda: A. VETTIVM. FIRMVM. AED. O.V.F./FVSCVS CVM VACCVLA FACIT, o que quer dizer: “Votai por A. Vettius Firmus, candidato à Edilidade/Da parte de Fuscus e de Vaccula”. Estes dois últimos nomes eram os dos patronos de Vettius Firmus. Havia, já naquela época, o “voto vinculado”: as candidaturas eram a quatro e quatro, dois edis e dois duúnviros. A recomendação mural podia ser para um só, ou para dois, ou para os quatro. Tal como hoje.

Um aspecto particular daquela campanha eleitoral: “Só os testemunhos de moralidade depõem a favor dos candidatos” - informa o historiador francês, que faz esta apreciação: “...preocupação suprema de pessoas para as quais é preciso ser honesto para gerir os negócios públicos” (Quando a isto, nós, nestes 1900 decorridos... bom, o leitor sabe como é). Mas, uma coisa continuamos a praticar: “parece que havia pouca preocupação de exigir capacidades determinadas ou alguma competência técnica” (O diabo é que descuramos de ambos os dois aspectos: o da ética e o da aptidão). Choviam os lugares comuns: de um candidato, dizia-se que era *iuvenis probus*, ou seja, rapaz honrado; de outro, que era *probissimus*, mais honrado; de outro, que era *verecundissimus*, isto é, *reservadíssimo*. Outro era recomendado assim: *Omni bono meritis iuvenis*, jovem digno de todos os bens. De outro se dizia que era *iuvenis inocupe actatis*, jovem irreprensível. Anota R. Etienne que não se injuriava, nem se difamava, “apenas as recomendações indesejáveis provindas de brincalhões ou de gente suspeita” para lançar o descrédito às candidaturas. A “corporação dos dorminhocos” recomendava certo candidato. A “dos ladrões”, um outro. A “dos escravos fugidos”, um terceiro. Alguém escreveu a recomendação das prostitutas *Cuculla* e *Zmyrina* à candidatura do bom padeiro C. Iulius Polybius, que, furioso, mandou cair a inscrição.

A campanha eleitoral abarcava toda Pompéia: as corporações de ofícios, as comunidades religiosas e culturais, professores e seus estudantes,

atores, jogadores de bola e de xadrez, nas tabernas, nos lupanares, por toda Pompéia. "As mulheres mais vezes envolvidas nessas campanhas eleitoriais - informa R. Etinee - eram as esposas dos taberneiros ou as donas dessas tabernas", cujos nomes o historiador relaciona. Ele mesmo nos fala da quantidade dos candidatos: "Em tempo normal era acesa a luta entre os candidatos: atestam-se 2800 inscrições, das quais 1500 só para o ano de 79".

Era assim.

(Transcr. do "Diário Mercantil", Juiz de Fora,
16-9-1982)

CURT NIMUENDAJU, VULTO DA ETNOLOGIA BRASILEIRA

Gilberto Emílio CHAUDON

Na vasta galeria de homens ilustres, dentre os estudiosos que, no Brasil, se debruçaram sobre os diversos aspectos de suas áreas de investigação, um existe que se mantém quase esquecido dos brasileiros, inclusive entre os cientistas atuais, talvez devido à própria natureza de seu trabalho num campo palmilhado por poucos.

Referimo-nos a Curt Nimuendaju, que deixou uma obra importante no campo da Etnologia, com incursões pela Geografia e pela Lingüística. O coroamento de sua obra foi, reconhecidamente, o seu **Mapa Etno-Histórico** no qual, segundo nos diz Luiz de Castro Faria, do Museu Nacional, “estão reunidos o artesão e o etnólogo. Ele representa o trabalho que ninguém mais poderia realizar”. O próprio Curt Nimuendaju nos diz: “O mapa não se baseia em trabalho etnográfico de nenhum outro autor; as bibliografias, as informações particulares e os estudos e minhas observações pessoais a respeito foram acumuladas durante decênios. A classificação lingüística da quase totalidade das tribos, lingüisticamente documentadas foi examinada ou mesmo feita por mim. Só em alguns casos em que o material não me foi ainda acessível adotei a classificação de autoridades como Rivet, Koch-Grünberg, etc.”

Por esta introdução, já tomamos conhecimento da natureza da obra de Curt Nimuendaju. Agora, analisemos mais de perto a personalidade do autor, seu campo de trabalho e o desenvolvimento do mesmo. Para esta tarefa nos valeremos da publicação da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, com a colaboração da Fundação Nacional Pró-Memória, editada em 1981, com o título **Mapa Etno-histórico de Curt Nimuendaju**. Aí vamos encontrar dois excelentes esboços biográficos escritos por Virgílio Corrêa Filho e Luiz de Castro Faria, o primeiro deles

já falecido, além de abalizados comentários sobre a “Cartografia do Mapa Etno-Histórico”, sobre a “Ortografia dos nomes tribais” incluídos no mesmo, e o “Significado da publicação do Mapa para a Antropologia brasileira”.

Quem foi Curt Nimuendaju? Sua biografia, reduzida ao mínimo, quem a fornece, a pedido de Herbert Baldus, é o próprio. Herbert Baldus, alemão de nascimento como ele, em 1939 se achava empenhado em reunir o máximo de dados sobre autores e publicações para compor a sua notável **Bibliografia crítica da Etnologia brasileira**.

Assim se expressou então Curt Nimuendaju: “Quer que lhe mande uma história de minha vida? É simples. Nasci em Iena, no ano de 1883, não tive instrução universitária de espécie alguma, vim ao Brasil em 1903, tinha como residência permanente até 1913 São Paulo, e depois Belém do Pará, e em todo o resto foi, até hoje, uma série ininterrupta de explorações, das quais enumerei na lista anexa aquelas de que me lembro. Fotografia minha não tenho.” - Não poderia ter sido mais sucinto, para uma existência tão fecunda.

A fase européia da existência daquele que pelo batismo se chamou Curt Unkel, quase não nos é conhecida. Sabemos, contudo, que aos 16 anos tornara-se aprendiz de mecânico-ótico da empresa Zeiss; nessa profissão deve ter adquirido habilidade manual fora do comum; em ritmo lento e bem compassado de trabalho com materiais de pequena escala. Por ele mesmo ficamos sabendo que nasceu em Iena, na Alemanha, em 1883, e que não freqüentou a famosa Universidade que desde o século XVI permitia a formação de sábios em vários ramos do conhecimento humano. Frequentara apenas o curso secundário, e seria, portanto um auto-didata. Deixou sua terra natal aos 20 anos em busca de aventuras, e cruzou o Atlântico, provavelmente incluído numa leva de imigrantes. Decidiu permanecer em São Paulo, apartando-se da maioria dos companheiros de travessia atraídos, por vínculos raciais, para os Estados do Sul, onde a imigração alemã era significativa.

Também não temos notícias de como decorreram os dois primeiros anos de adaptação em nosso país. Seu primeiro feito, confidenciado em “Lenda da Criação e do Juízo Final”, nos é revelado com estas palavras: “Conheci o guarani em 1905, no Oeste de São Paulo, e vivi em suas tabas, com poucas interrupções, até 1907, na cidade de Batalha, como um deles.”

Fizera, portanto, sua opção. Viver no meio dos índios brasileiros, conhecer-lhes a língua e os costumes, e ir, desta maneira, estudando-lhes a psicologia, acabando por se afeiçoar de tal sorte, a ponto de captar-lhes a confiança sem a qual não poderia entrar no segredo de suas práticas religiosas. Submeteram-no os indígenas à cerimônia do batismo, como qualquer criança da tribo, presidida pelo pajé, ocasião em que recebeu o nome de NIMUENDAJU, pelo qual passaria a ser conhecido pelo resto da vida. Esse nome significa “o ser que cria ou faz o seu próprio lar.” Aí temos, a partir desse momento, Curt Unkel integrado à vida comunitária dos indígenas, por um ato voluntário e consentido, que iria se estender ao longo de 40 anos, totalmente dedicados ao estudo das nossas comunidades indígenas. Empenhar-se-ia em avaliar-lhes as características psíquicas pela compreensão de suas aspirações coletivas, suas superstições e seu comportamento diário e nas ocasiões extraordinárias. Menos lhe interessariam a medição dos índices antropométricos dos indivíduos. O resultado, para o mundo civilizado, seria uma vasta obra de perpetuação da memória dos mitos e lendas de um sem número de tribos através de estudos e monografias publicadas em várias revistas científicas e coroados pelo seu monumental Mapa Etno-Histórico.

A biblioteca de Curt Nimuendaju, constituída por 973 títulos, bem como o seu arquivo de inúmeras notas, informações e croquis, foram adquiridos, após sua morte, pelo Museu Nacional, onde se acham depositados.

Quanto mais estudava a psicologia indígena, mais se afeiçoava Nimuendaju àquela gente necessitada de assistência e proteção. A partir de 1911 alista-se entre os colaboradores do Serviço de Proteção aos Índios, cujos propósitos humanitários harmonizavam-se aos seus próprios, e, assim, passou a prestar-lhe seu abnegado concurso. Frequentou os postos indígenas “a principiari pelo de Araribá (dos Caingang) em São Paulo, viajando, estudando, escrevendo, construindo enfim uma obra que abrangia toda a ologênese cultural das tribos que visitou”, no dizer de Nunes Pereira ao recordar a vida e os trabalhos de Nimuendaju perante o Instituto de Etnologia e Sociologia do Amazonas.

Somente a partir de 1914 começaram a divulgar-se seus estudos em revistas especializadas, de Berlim, Viena, Paris, Stuttgart, etc., que se consagravam à Etnologia. Eram, na maioria, vocabulários do linguajar desconhecido dos Apopocuva, dos Manajé, dos Timbira, dos Parintintim e

dezenas de tribos da Amazônia para onde o levou sua curiosidade científica por volta de 1913.

Confidenciou Nimuendaju: “freqüentei, com predileção, a companhia dos velhos, e, de modo especial, a dos pajés (médicos) e me fiz instruir durante horas seguidas sobre os mistérios da velha religião. Até hoje eles se mostram orgulhosos de seu aluno”. No final desta frase ressuma uma pontinha da satisfação interior pelo trabalho a que dedicou sua vida!..

Percorreu Nimuendaju, insensível ao cansaço, vastas regiões do território brasileiro, a serviço ora do Museu Nacional, do Paulista, do Paraense, ora para os Museus estrangeiros, de Gotemburgo, Dresde, Hamburgo, Leipzig, para a Carnegie Institution ou para a Universidade da Califórnia.

Para melhor definir as diferentes tribos indígenas, foi preciso localizá-las com a maior aproximação possível. Isto deu origem a uma imensa série de esboços científicos e mapas que acompanhavam cada reconhecimento de nossos sertões. Essas explorações - “um périplo espetacular de cientista ao longo da costa e do interior do Brasil” - permitiram que Nimuendaju, como topógrafo e cartógrafo, enriquecesse as mapotecas de nosso país com trabalhos de reconhecida valia.

Sua contribuição à Geografia é, pois, outro fruto da inteligência desse auto-didata munido, contudo, da severa auto-disciplina tão inerente aos de sua origem. Foram três os “Mapas Etno-Históricos” desenhados por Nimuendaju: o primeiro da série, elaborado em 1942 para o Smithsonian Institution, o segundo, em 1943, para o Museu Paraense Emilio Goeldi, e, finalmente, o último, em 1944, para o Museu Nacional, como parte de um acordo feito com a direção desse Museu.

Em julho de 1943 Nimuendaju viera ao Rio a convite do Marechal Rondon para assumir a chefia das investigações etnológicas que o Conselho de Proteção aos Índios tencionava empreender. Porém, um problema de saúde se apresentou.

Em carta dirigida ao amigo Robert Lowie revela Nimuendaju: “Fazendo porém os necessários exames gerais, análises, etc., os médicos chegaram à conclusão que eu devia abandonar de uma vez e para sempre a minha vida de sertão e de convivência com os índios.” A Alfred Métraux confidenciava em carta da mesma data (6 de novembro de 1943): “Portanto, depois de quase 40 anos, a minha atividade em convivência com os índios

chegou ao seu fim quando eu menos o esperava. O Sr. compreenderá como isto me entristece, sabendo como sabe que essa vida era toda a minha satisfação. (grifos nossos) Além do que eu pensava de fazer ainda muitas coisas que agora talvez nunca mais serão feitas.” E se lastima com Lowie e com Herbet Baldus: “Parece-me impossível que eu não veja mais os campos dos Canela, banhados pelo sol, nem as matas sombrias dos Tukuna. Mas terei de conformar-me, tratando de começar uma nova vida.” Mas infelizmente essa vida tão útil e proveitosa se extinguiria, súbita e inesperadamente, no dia 10 de dezembro de 1945, entre esses mesmos Tukuna, seus amigos de longos anos.

A nova vida de Curt Nimuendaju se encetou com o acordo firmado com o Museu Nacional, no qual, mediante um “modesto ordenado mensal”, se comprometia a realizar uma série de trabalhos, principalmente tradução, anotações e revisão de seus manuscritos. Assim, em novembro de 1943 regressou Nimuendaju ao Pará, com o compromisso inicial de dois trabalhos: aprontar para publicação um manuscrito sobre os índios Canela, do Maranhão, e fazer uma mapa do Brasil e regiões adjacentes com a localização de todas as tribos de índios conhecidas, desde a descoberta até aquela data.

Em carta datada de Belém aos 29 de setembro de 1944 e dirigida a Heloisa Alberto Torres, então Diretora do Museu Nacional, o nosso biografado assim se expressa: “Comecei o trabalho do mapa no dia 5 de setembro. Vai progredindo devagar porque não agüento mais que umas cinco horas por dia na posição forçada a que o tamanho do mapa obriga. Creio que estará pronto até o fim do ano. Quando o mapa chegar no Museu a Snra. me dirá se isto é ou não um trabalho de 4 meses.”

“Trabalhando com uma imensa quantidade de documentos, a fim de captar os objetivos do autor, e cotejando os mapas de 1943 e 1944, a evolução e dinâmica que cunharam a feitura do mapa ficaram muito claras” - é o que nos dizem Charlotte Emmerich e Yonne Leite, do Museu Nacional, em sua resenha “A Ortografia dos nomes tribais no mapa Etno-Histórico de Curt Nimeundaju”. Em carta de 22 de dezembro de 1944, o próprio autor do mapa confirma a preocupação de atualização, esclarecendo: “... As informações do Sr. Galvão, bastante valiosas, chegaram quando a embalagem do mapa já estava feita, faltando apenas algumas horas para o despacho. Contudo, ainda fiz as modificações de acordo com os dados dele, incluindo

o seu nome no Índice Bibliográfico (que abrange também os informantes particulares) e no Índice de Autores.” - Testemunho da honestidade científica e do rigor técnico de Nimuendaju!

Testemunho de modéstia, além de honestidade científica, é o que Nimuendaju nos oferece também na sua observação nº 5 ao Mapa: “Pela sua natureza o Mapa não pode representar um trabalho definitivo mas apenas uma tentativa que possa servir de base para trabalhos futuros. Devia ser completado e corrigido constantemente, de acordo com os dados que vão chegando.”

Em sua resenha “A Cartografia do Mapa Etno-Histórico de Curt Nimuendaju”, Rodolfo Pinto Barbosa, cartógrafo do IBGE, nos revela: “Não é fato material de lançar à nanquim, laboriosa, delicada e caprichosamente, uma linha num papel de desenho, com dois por dois metros, já repleto de símbolos, representando rios, litoral e nomes que valorizam aquela obra. Aí está o artesão, que Curt sempre foi, paciente e cuidadoso, repetindo-se no gesto mas criativo no que faz - nenhum dos três mapas são iguais - mas, sobretudo, porque aquele traço final foi o resultado de uma vida inteira, identificando e localizando um milhar e meio de tribos indígenas, classificando suas línguas, anotando seus hábitos e coligindo seus utensílios. Ai temos o pesquisador, dedicado, metuculoso e estudioso.”

Dizemos nós: eis aí o auto-didata - alemão de nascimento, brasileiro por adoção e índio por identidade e afeição - que, com seu obscuro e obstinado trabalho conseguiu legar uma obra de importância reconhecida por grandes nomes internacionais, tais como Nordenskjold, Rivet, Métraux, e que mereceu a admiração de seus contemporâneos, como Herbert Baldus, Heloisa Alberto Torres, Rondon e tantos outros.

MANUEL DE ARAÚJO PORTO ALEGRE, O PRIMEIRO CRÍTICO DE ARTE NO BRASIL

Duflio BATTISTONI FILHO

A segunda metade do século XIX apresenta na História da Arte no Brasil o sério desafio de ter sido a época decisiva para a formação de nossa cultura nacional. O estabelecimento de um Estado nacional, logo após a independência política, com a progressiva emancipação econômica, com um comércio interno aliado aos nascentes grupos industriais, pôde condicionar a inteligência brasileira para receber e reassimilar as influências internacionais.

Foi neste cenário que apareceu a figura de Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879), escritor, poeta, pintor e caricaturista. Nascido em Rio Pardo (RS) veio para o Rio de Janeiro, em 1829, para matricular-se no curso de Pintura, na Academia Imperial de Belas-Artes, ministrado por Debret. Este tinha Porto Alegre em alta conta, argumentando que o seu discípulo era “dotado das mais felizes qualidades”, quando começou a conquistar posição de destaque nas exposições ali realizadas. Data desta época a sua tela representando a entrega por D. Pedro I dos estatutos do curso de Medicina ao diretor da escola e ainda conservada na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Podemos observar o seu colorido e a identificação do personagens retratados com certo hieratismo, dentro dos padrões neoclássicos e o seu toque ao desenhar com rigidez as formas.

Em 1831 Debret retornou à França levando consigo Porto Alegre para aperfeiçoar-se. Em Paris recebeu lições do mestre Barão de Gros, pintou o retrato do escritor português Almeida Garrett contaminado pelo ambiente romântico francês, fundou a revista *Niterói*, que trazia como epígrafe: “Tudo pelo Brasil e para o Brasil”. Nas telas pintadas em Paris, o Romantismo se faz presente em suas paisagens, álbuns e nos cenários para

teatro, tanto é verdade que a cenografia foi uma das artes que mais floresceram durante o Romantismo. Encontrou ainda tempo para estudar Arqueologia na Itália.

Retornando ao Brasil, em 1837, imediatamente foi nomeado professor da cadeira de Pintura Histórica na Academia Imperial de Belas-Artes e pouco depois tornou-se membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Nas horas vagas passou a escrever poemas e peças de teatro.

Três anos mais tarde, logo após a maioridade de D. Pedro II, foi encarregado de dirigir os trabalhos de ornamentação dos locais destinados à coroação e aclamação do imperador, bem como de criar os figurinos das vestes imperiais, o que lhe valeu a nomeação para pintor da Imperial Câmara.

Graças ao seu dinamismo e acendrado amor às artes, tornou-se diretor da citada Academia (1853-1857), quando empreendeu uma grande reforma de seus estatutos, ampliando os currículos e os estágios de pensionistas na Europa, de três para seis anos, indicando Paris como centro de estágio e o ponto de maior riqueza cultural para aprendizagem das artes. Em 1855 escrevia cartas a Vitor Meireles com conselhos valiosos, obtendo de D. Pedro II a prorrogação de sua estada na Europa, assim como a Pedro Américo, que mais tarde viria a ser seu genro.

Porto Alegre atualizou o ensino artístico, inclusive na sua aproximação e aplicação na indústria, com vistas à formação de profissionais úteis. Preocupou-se também com a reorganização da biblioteca e da pinacoteca da Academia, assim como criou a cadeira de História da Arte, da qual foi o seu primeiro titular.

O seu belo estudo **Memória sobre a Antiga Escola Fluminense de Pintura**, além de vários trabalhos sobre teatro e música, lhe valeram a marca de ser o fundador da crítica de arte no Brasil ao fazer escola, depois continuada por Mário de Andrade na primeira metade deste século.

A par destas atividades artísticas, Porto Alegre foi um defensor da soberania política e econômica brasileira e a seriedade de seu trabalho, fez com que o imperador, em 1874, lhe outorgasse o título de Barão de Santo Angelo. Hoje é mais lembrado como pintor e um dos renovadores da estética nacional.

LUÍS GAMA, O MORALISTA, O ADVOGADO E ABOLICIONISTA

Paulo Pereira dos REIS

Gama foi um moralista, um crítico de costumes e, especialmente, antes de tudo, um abolicionista convicto e apaixonado que lutou desassombrada e obstinadamente, com empenho e decisão nunca superados, contra a escravidão no Brasil.

Gama, em 1847, ainda escravo e com 17 anos de idade, aprendeu a ler e escrever com o jovem Prado Júnior, e em 1859, publicou suas *Trovas Burlescas*. "Cumprida a façanha, (como escreveu o seu biográfico), Gama desistiu de prosseguir na trilha" ... porque "a vida exigia dele bem maiores provas de capacidade e valor".

Mas, através de versos filantrópicos, mas contundentes, de escritos em jornais que fundou ou ajudaria a fundar, das tribunas públicas, dos patrocínios, perante a Justiça, de causas de negros escravos, etc., continuou o abolicionista, com arrebatamento de um entusiasta, a sua luta pertinaz na libertação dos escravos que prosseguiu, com a mesma intensidade, até que a morte o golpeou.

Silvio Romero, em sua *História da Literatura Brasileira* escreveu: "Luís Gonzaga Pinto da Gama (1830-1882) é merecedor de atenções e simpatias particulares.

Orador, jornalista e poeta, era um quase negro que não tinha pejo de sua raça; pelo contrário foi o seu defensor constante. Tinha sido escravo e foi depois o mais antigo, o mais apaixonado, o mais entusiasta, o mais sincero abolicionista brasileiro. (...)

"Vendido ainda moço para S. Paulo, conseguiu af, por sua honestidade, inteligência e perseverança, libertar-se; conseguiu fazer bons estudos de humanidades, conseguiu praticar no foro, conseguiu fazer-se habilíssimo advogado, influente orador, perito jornalista.

Foi isto no decênio de 1850 a 60, e desde este tempo o denodado batalhador iniciou a campanha abolicionista.”

“Eu disse uma vez que a escravidão nacional nunca havia produzido um Terêncio, um Epicteto, ou sequer um Espártaco. Há agora uma exceção a fazer: a escravidão entre nós produziu Luís Gama, que teve muito de Terêncio, de Epicteto e de Espártaco.”

As comparações de Silvio Romero foram, além de adequadas, elogiosas para o ex-escravo que se tornou precursor em São Paulo, quiçá no Brasil, da campanha abolicionista. Luís Gama, realmente, teve um pouco de cada um desses três escravos que se tornaram personagens da História Universal: Terêncio, poeta burlesco, com sua produção literária, iria de algum modo, influenciar os clássicos franceses, principalmente Molière; Epicteto, filósofo estoíco, preocupou-se, sobretudo, com o problema moral e a inteireza do caráter; Espártaco chefiou, com determinação e coragem, os escravos revoltados contra Roma, lutando até a morte contra a escravidão.

Além desses notáveis ex-escravos romanos, para não me estender muito, apenas cito **Juvenal**, autor do livro *Sátiras* onde retratou com preocupações moralistas, os vícios e os males de sua época. Entretanto, iria ser mais representativo dessa reação contra a crise dos costumes o duque de **La Rochefoucauld** (Paris, 1613-1680) que com suas **Reflexões ou Sentenças e Máximas** exprimiu o seu desgosto, sua náusea, dum mundo onde os melhores sentimentos são, apesar das aparências, ditados pelos interesses.

Luís Gama, advogado

Mas, além de jornalista, poeta satírico e moralista, Luís Gama deixou, desde jovem, transparecer, em seus atos e no interesse pelos livros jurídicos, um pendor inegável para as lides judiciais, especialmente aquelas em que se defendiam os direitos dos escravos.

Luís Gama, que viveu um período importante e decisivo de sua vida na biblioteca do Conselheiro Furtado de Mendonça, professor de Direito, sentia-se atraído pela advocacia. Para concretizar a sua aspiração, tentou ingressar no curso jurídico de São Paulo. Diante da forte reação contrária dos estudantes, não conseguiu efetivar a sua matrícula, saindo da Academia decepcionado e magoado com a hostilidade sofrida.

Porém manteve a sua decisão de advogar. Como já foi dito, o Prof. Furtado de Mendonça havia franqueado, desde 1848, a Luís Gama a

sua biblioteca, cujas obras despertaram no jovem baiano o interesse pela ciência jurídica. Como leitor inteligente e aplicado, o ex-escravo do Alferes Cardoso adquiriu, de forma assistemática e improvisada, os valiosos conhecimentos de Direito que lhe permitiram, mais tarde, exercer, como advogado provisionado, a advocacia com sucesso, graças aos seus dotes oratórios, ao fulgor de sua inteligência, à racionalidade e sutileza de sua hermenêutica, à consistência e vigor de suas argumentações. A essas qualidades e dons aliava o “Orfeu da Carapinha” uma perseverança admirável que não o fazia retroagir, nem arrefecer o ânimo na defesa do negro escravizado, em quem reconhecia o legítimo direito à liberdade, à revolta e à reação diante da fraude, da violência e da opressão dos escravocratas, porque, para ele, o crime era a escravidão e “Deus repelia a servidão.”

Corroborava com essa assertiva a relação que Emmanuel Kant (1724-1804) estabeleceu entre o direito natural e a liberdade. O conceituado filósofo alemão em *Metafísica do Direito* (1ª parte de sua *Metafísica dos Costumes*) que veio a lume em 1797, referindo-se aos direitos, afirmou que apenas um era inato ou natural, o direito à liberdade. Os demais eram direitos adquiridos na vida social.

Jean Jacques Rousseau (1712-1778) preocupou-se mais com a existência da igualdade natural dos homens que devem gozar dos mesmos direitos. Entretanto, o famoso escritor franco-suíço reconheceu, melancolicamente, que “o homem nasceu livre e em toda a parte se acha em grilhões.” Mas, como aconteceu no Brasil, essa submissão física violenta provocou a rebeldia e a fuga de escravos, que são manifestações do desejo congênito de liberdade.

Luís Gama, com sua inteligência e sensibilidade, comprovadamente reconhecidas, conseguiu observar, com maior acuidade, os fatos e os problemas sociais de sua época. O exame cuidadoso desses fenômenos proporcionou-lhe a formulação de conceitos sobre o bem, o mal, os direitos, os deveres, as responsabilidades, obrigações, etc. e permitiu-lhe confirmar, com maior segurança, a existência do desrespeito à liberdade do outro e estabelecer um julgamento moral da escravidão e de suas perversas conseqüências para os seres humanos transformados em meros instrumentos ou peças de trabalho.

Diante dessa iniquidade não se pode negar que os protestos indignados do poeta burlesco tinham, pelo menos, fundamentos na Moral e

no Direito, segundo a definição de Ulpiano: “ars boni et aequi”, “a arte do que é bom e justo”. O indivíduo já nasce com direitos inatos ou naturais, que são o direito à vida, à legítima defesa, à liberdade física, à liberdade de consciência, porque sem consciência reflexiva também não há liberdade.

No Brasil escravocrata esse ideal de liberdade, intrínseco à natureza humana, foi se acentuando com o passar do tempo. Inicialmente, sob a influência, desde a segunda metade do Setecentos, das obras doutrinárias e políticas dos enciclopedistas e, no século XIX, da “Filosofia das Luzes” que propugnava pela liberdade do pensamento e desafiava as tradições e as autoridades da época. Essas concepções sobre a pessoa, sobre os grupos sociais e suas relações com o poder, concorreram para a mobilização ideológica favorável às liberdades física e política do homem.

Há no homem um ideal de justiça, de equidade e de dignidade, etc. que têm sua origem imediata na natureza do homem. A reta razão permite a formação de uma consciência moral, que sustenta a nossa vontade.

O filho de Luíza Mahin não aceitava os conceitos, hábitos e costumes preponderantes na sociedade de meados do século XIX, onde a estratificação social era predominantemente de caráter rígido, tendo como fontes de dominação e de poder a aristocracia, a força política dos parlamentares e o prestígio dos militares e dos detentores de altos cargos públicos, que se constituíam em classes separadas por pequenas distâncias sociais, “com aceitações e intimidades mútuas”. Disse classes porque a aristocracia brasileira não tinha como base a consangüinidade e era permeável, como comprovam os próprios versos satíricos de Luís Gama.

Em níveis inferiores, determinados “pela situação econômica e pela profissão de seus componentes”, situavam-se a pequena burguesia e o proletariado.

Todos os integrantes das classes acima citadas eram cidadãos, nos termos dos artigos 6º e 8º da Constituição do Império, de 25 de março de 1824, e gozavam os Direitos Cívicos e políticos enumerados no artigo 179 e respectivos parágrafos, da mencionada Carta Magna.

Esses direitos, retro referidos, não se estendiam aos escravos, que foram, por omissão propositada, excluídos da Carta Fundamental. O escravo, pelo Direito Positivo então vigente, não era gente ou pessoa natural, mas sim uma coisa móvel, ou mais especificamente, um semovente:

“res per se moventes”, isto é, coisa que, por sua natureza, se move, que era suscetível de apropriação privada, que podia ser livremente alienada e constituir objeto de compra e venda mercantil (“res intra commercium”). Assim, ao cativo, como “coisa móvel”, eram negados os direitos inerentes à cidadania supra referida, mas, para a aplicação do Código Criminal o escravo era considerado ser humano responsável pelos seus atos.

O acima exposto evidencia, de modo gritante, o alto grau de discriminação imposto ao negro submetido à escravidão.

A intervenção inglesa no tráfico de escravos africanos para o Brasil

Enquanto as normas de direito positivo brasileiro negavam ao escravo, ainda no Oitocentos, os direitos inerentes à pessoa natural ou física, alguns grupos protestantes ingleses, desde o século XVII, manifestavam-se, com intensidade crescente, contra o tráfico negreiro publicando livros e fundando sociedades abolicionistas. Essas demonstrações filantrópicas de súditos da “Velha Albion” contra o comércio de seres humanos ajudam a entender, ainda que parcialmente, as pressões britânicas contra o tráfico negreiro que se formalizaram nos seguintes tratados celebrados entre a Inglaterra e Portugal: de 1810, 1815 e de 1817; esse último, que ratificou o ajuste anterior e instituiu o **direito de visita e busca nos navios suspeitos de tráfico não permitido**. Comprovando-se o carregamento clandestino de cativos, o navio era tomado como presa, a sua carga humana era libertada e o caso submetido a julgamento de um tribunal misto.

Em 1826, pelo tratado de 23 de novembro, a Inglaterra obteve do Império do Brasil um acordo que, além de incluir cláusulas e condições das tratativas anteriores convencionadas com Portugal, obrigava o Brasil a assumir o compromisso de abolir a importação de escravos, três anos depois da ratificação do tratado pelas duas monarquias. Após o prazo avençado o tráfico seria “considerado e tratado como pirataria.”

Para dar cumprimento a essa convenção internacional, o Pe. Diogo Antônio Feijó, quando Ministro da Justiça, teve a iniciativa de uma importante lei, promulgada em 7 de novembro de 1831, que declarava livres todos os escravos que vindos de fora, entrassem no Brasil. Os infratores, como contrabandistas, ficavam sujeitos às penas de prisão e multa.

Convém frisar que, por essa norma legal, estava proibido o infame tráfico e os africanos desembarcados no Brasil, daí em diante, seriam

homens livres. Todavia, a Lei de 1831, que foi regulamentada com “importantíssimas e salutares disposições” (Decr. de 12 de abril de 1832), apesar do grande interesse de Feijó, não foi cumprida. Foi a norma legal mais desobedecida na primeira metade do século XIX.

O advogado Luís Gama, em seus comentários sobre o decreto que regulamentou a citada Lei, referiu-se às dificuldades que se opunham ao cumprimento dessa norma jurídica, como o suborno, a falsificação, a adulteração, os favorecimentos pessoal e real, etc.

Apenas, com fim elucidativo, reproduzo, a seguir, um trecho da análise gamista da situação existente:

...”o mal, porém, não estava só na insuficiência das medidas legislativas, senão principalmente na máxima corrupção administrativa e judiciária que lavrava no país. Ministros da Coroa, conselheiros de Estado, senadores, deputados, desembargadores, juízes de todas as categorias, autoridades policiais, militares, agentes, professores de institutos científicos eram associados, auxiliares ou compradores de africanos livres.

Os carregamentos eram desembarcados publicamente, em pontos escolhidos das costas do Brasil, diante das fortalezas, à vista da polícia, sem recato nem mistério; eram os africanos, sem embaraço algum, levados pelas estradas, vendidos nas povoações, nas fazendas, e batizados como escravos pelos reverendos, pelos escrupulosos párocos !...”

Isso acontecia porque os estratos sociais mais elevados, de modo geral, estavam envolvidos ou tinham interesses relacionados com a escravatura. Numa referência ao tráfico negreiro proibido legalmente no Brasil, Cotegipe descreveu a realidade da situação existente: “Um contrabando como o de africanos... por muito tempo tem sido apoiado por quase toda a população do Império...”

Azevedo Amaral, em “A Aventura Política no Brasil”, com as seguintes palavras explicou a persistência da instituição servil: “a economia brasileira se entrosava por tal forma com a escravidão, que o problema da abolição apresentava extrema complexidade e inexcusável delicadeza”.

Havia, pelo exposto, razões sociológicas, ou mais restritivamente, econômicas, não para justificar, mas para compreender essa omissão, isto é, “não fazer, ou não cumprir aquilo que moral e juridicamente deveria ser feito”.

A tentativa de renovação da Lei de 7 de novembro de 1831

O Deputado Bernardo de Vasconcelos, com sua ostensiva aversão ao Regente Feijó, chefiava, com muita habilidade e eficiência, a oposição conservadora, que contava com o valioso apoio dos senhores rurais e donos de escravos. Sem dúvida, os escravocratas que dominavam o país política e economicamente, não se conformaram com a lei que extinguiu o tráfico negroiro.

Feijó, que era do Partido Liberal, após enfrentar grave convulsão revolucionária que agitava o país e sofrer oposição sistemática dos parlamentares chefiados por Vasconcelos, renunciou o cargo de Regente, em 19 de setembro de 1837. Subiram ao poder os conservadores chefiados por Pedro de Araújo Lima, que nomeou um inimigo de Feijó, Bernardo de Vasconcelos para assumir o Ministério da Justiça. O novo titular da Pasta da Justiça havia proposto, em 1835, como deputado, a revogação da aludida norma legal que proibiu o tráfico de escravos e estabeleceu sanções penais contra os infratores dela.

Insistindo no seu antigo intento escravista, o ministro Vasconcelos solicitou ao presidente da Câmara dos Deputados uma manifestação sobre o seu projeto revogatório que atenderia os interesses dos escravocratas que predominavam no país.

O senador Felisberto Caldeira Brant, Marquês de Barbacena, pronunciou no Senado, um discurso sobre o assunto e ofereceu uma **solução para o problema criado pela Lei de 1831**. Para esse fim apresentou um projeto de lei que revogava a Lei Feijó e, inclusive, legalizava, retroativamente, a escravidão de fato de todos os escravos que entraram no Brasil após 7 de novembro de 1831. Esse projeto foi aprovado pelo Senado, no prazo de 30 dias, em agosto de 1837, fato que bem demonstra a posição retrógrada e escravista da Câmara Alta do Império. Na Câmara dos Deputados o citado projeto não teve o andamento desejado porque as disposições legais colidiam com a lei vigente e, principalmente, com o tratado que o Brasil havia assinado com a Inglaterra em 1826. Mas, sem nunca ter sido transformado em lei o projeto de Barbacena, as manifestações favoráveis do Senado e de alguns deputados no plenário da Câmara serviram como argumentos para justificar, de certo modo, a escravidão ilegal de milhares de africanos que ingressaram no Brasil após a vigência da Lei de 1831.

O “Bill Aberdeen” e a Lei Eusébio de Queiroz

O Brasil não cumpria o tratado de 1826 que estabelecia a extinção do tráfico. O patrulhamento em alto mar, pelos ingleses, apesar de centenas de apreensões de barcos negreiros, era ineficiente como comprovam as dezenas de milhares de escravos importados anualmente pelo Brasil, nas primeiras décadas do século XIX. Para tornar mais eficiente a ação repressiva contra o tráfico foi apresentado no parlamento inglês um projeto de lei - “Bill Aberdeen” - que foi aprovado em 8 de agosto de 1845.

O “Bill Aberdeen”, com o objetivo de por em execução o tratado assinado com o Brasil, declarava legal a perseguição e o apresamento de qualquer navio negreiro e o julgamento dos traficantes por um tribunal britânico.

Essa lei violava o direito internacional, mas possibilitava uma repressão mais efetiva ao comércio indecoroso de seres humanos. Em cumprimento dessa norma legal, as belonaves inglesas passaram a perseguir os navios negreiros, inclusive em águas territoriais brasileiras. Essa forma de ação acabou provocando um incidente sério, em 30 de junho de 1850, quando o forte da baía de Paranaguá atirou contra a fragata inglesa *Cormorant*.

Era a confirmação do vaticínio do “imortal conselheiro Antônio Carlos que, prevendo as conseqüências dos desrespeitos constantes aos tratados internacionais, indignado, havia exclamado no parlamento: **O abominável tráfico de africanos terá fim quando as esquadras britânicas, com os morrões acesos, invadirem os nossos portos**” (L. G., Obras, 191).

Com a soberania do Brasil ameaçada e para evitar um conflito com a Inglaterra, Eusébio de Queiroz, Ministro da Justiça, enviou um projeto de lei que foi promulgada em 4 de setembro (Lei nº 708) e regulamentada pelos decretos de 14 de outubro e de 14 de novembro de 1850. Essa norma legal **ampliou e ratificou** a proibição do tráfico negreiro existente desde 1831 (Lei Feijó), que não era cumprida porque faltava, por causa do conluio dos poderosos escravocratas, a coerção efetiva dos agentes do Estado para torná-la obrigatória. Pela nova lei foi atribuída à Marinha de Guerra brasileira a missão de combater e eliminar o tráfico negreiro. Com a repressão da armada conseguiu-se, em pouco tempo, reduzir, consideravelmente, o comércio externo de africanos. Mas, em compensação,

estimulou o comércio interprovincial de cativos, que transferiu grandes levadas de negros do Norte e Nordeste para o Centro-Sul, onde prosperavam as fazendas de café. Em decorrência dessas circunstâncias econômicas, a região meridional tornou-se o último reduto da escravatura no país.

O tráfico externo reprimido, declinava, mas a luta abolicionista de Gama continuaria, com a persistência e coragem de sempre, durante muitos anos. Com muita justiça Sud Mennucci denominou de **O Precursor do Abolicionismo no Brasil**, o seu criterioso e equilibrado estudo sobre Luís Gama, obra que lhe assegurou, até hoje, o mérito de ser o melhor biógrafo do trovista baiano. Lembre-se, ainda, que o título, também antonomásia, é justo e elucidativo. Era, depois de longo e judicioso estudo, a ratificação da precedência já declarada por Silvio Romero em 1902 e reafirmada por Evaristo de Moraes em 1924.

Convencido da **ilegitimidade da escravatura**, Gama, em suas defesas nos tribunais, asseverou várias vezes: “o escravo que matava o senhor cumpria uma prescrição do direito natural”. Era - como dizia o ex-escravo citado - impulsionado “por uma força invencível, por um ímpeto indomável de revolta”, que era uma manifestação violenta do instinto de liberdade do ser humano escravizado, ou uma explosão de raiva surda pelo acúmulo de ressentimentos recalçados.

A dedicação de Gama à causa abolicionista transparece no seguinte trecho da carta que dirigiu ao Conselheiro Furtado de Mendonça, sem data, mas que deve ter sido escrita em 1868:... “fazia-se conhecido na imprensa como estrênuo democrata e esmolava, como até hoje, para remir os cativos”.

A atuação corajosa, dedicada e persistente de Luís Gama contra a escravidão, criticando, contestando e condenando com suas palavras de orador inflamado, com seus contundentes escritos em prosa e seus versos escarnecedores não só da escravatura, seu especial alvo, mas também, da leis, dos conceitos, dos costumes e das instituições, onde imperavam a subserviência, a corrupção, o apadrinhamento de incapazes, a incompetência de muitos parlamentares, o arrivismo dos espertalhões e as sentenças fundamentadas apenas na **vontade do legislador**. Era o antigo método “jurídico-tradicional” que apenas considerava como fonte do direito a lei escrita. Às vezes, velhos e superados textos legais que eram interpretados literalmente.

O advogado dos escravos, além de contestar estas entorpecidas interpretações das leis, talvez pretendesse a adoção da exegese teleológica que, com seu critério objetivo de estudo das realidades sociais, permitisse avaliar os interesses que se desejava proteger e atendessem os fins práticos e sociais da lei.

Além da questão de interpretação, Luís Gama, em carta ao Dr. Furtado de Mendonça, seu professor particular de Direito e protetor, fez uma acusação grave à magistratura daquela época ao referir-se ... "à venalidade togada que mercadeja impune sobre as aras da justiça"...

O trabalho de Gama, como advogado, foi muito difícil. As provas de que necessitava para defender os negros importados após a Lei de 1831, geralmente estavam em poder das autoridades ligadas ao escravismo. Além disso, nas capelas das fazendas e das povoações era comum o assentamento de batismo que registrava o negro como escravo, vinculando-o, conseqüentemente, à propriedade de um senhor.

A luta de Gama era justamente contestar o direito de propriedade da determinados fazendeiros sobre certos cativos; impugnar provas de domínio suspeitas, inquinando-as de fraudulentas por terem sido feitas com datas que situavam os fatos retroativamente, no caso, antes da proibição do tráfico negreiro. Diante desses obstáculos Gama nunca desanimou, inflexível, prosseguiu, com empenho e entusiasmo, a sua campanha abolicionista até dar o último alento. Com a cultura geral e específica, ambas adquiridas graças ao auxílio e orientação do Professor Furtado de Mendonça, com a arte do diálogo e o vigor de sua argumentação convincente, a habilidade para persuadir, a sua capacidade demonstrada de percepção, compreensão e interpretação do sentido e do alcance das normas jurídicas, proporcionaram a Luís Gama muitos sucessos, inclusive, em causa difíceis. Não foi sem razão que o erudito Evaristo de Moraes, autor de "A Escravidão Africana no Brasil", reconheceu no talentoso ex-escravo... "um legítimo expoente da cultura jurídica brasileira".

Em carta ao seu amigo Lúcio de Mendonça, datada de 25 de julho de 1880, escreveu:

... "saí para o foro e para a tribuna, onde ganho o pão para mim e para os meus, que são todos os pobres, todos infelizes; e para os míseros escravos que, em número superior a 500, tenho arrancado às garras do crime".

Luís Gama, excelente orador e profissional muito dedicado às suas causas, com considerável clientela, atendia com especial interesse os desprotegidos e os injustiçados.

Para receber os seus clientes, Gama instalou a sua banca de advogado num sobradinho situado na atual Rua XV de Novembro, próximo do futuro **Café dos Andes**. Ocupavam também, com seus escritórios, o citado prédio, os advogados Antônio Carlos de Andrada e Silva, Januário Pinto Ferraz e Dino Bueno.

Também José Bonifácio, o Moço, que, além de professor de Direito foi deputado provincial e geral, senador e Ministro de Estado, tornou-se amigo de Gama a ponto de oferecer-lhe três poesias que o bardo abolicionista publicou em seu livro de **Trovas Burlescas**, 1ª edição, de 1859 e, na 2ª edição de 1861, incluiu mais sete composições poéticas do filho de Martim Francisco Ribeiro de Andrada e Silva, datadas de 1850 e oferecidas a Luís Gama. O trovista, no prefácio dessa edição, com humildade, escreveu: “Estou por demais convencido do pouco que elas valem, e, por isso, lancei mão das lindas poesias que fazem parte deste volume, escritas pelo Exmo. Sr. Dr. José Bonifácio de Andrada e Silva, para servirem de santelmo nesta empresa temerária.”

Lembro, apenas, de passagem, que Silvio Romero considerou o sobrinho do Patriarca da Independência um “poeta de talento”.(*)

Luís Gama teve na campanha abolicionista um desempenho ativo, decisivo e apaixonado. Mas, não estava sozinho na luta pela extinção da escravidão. Como venerável da **Loja América**, engajou a entidade que dirigia na luta contra o escravismo, organizou também uma **Caixa para Emancipação dos Cativos**, criou o **Centro Abolicionista de São Paulo**, que fundou o jornal “**ÇA IRA**”.

Ao seu lado estavam outros idealistas: Raul Pompéia, Valentim Magalhães, Alberto Torres, Raimundo Corrêa, Assis Brasil, Augusto de Lima, Silva Jardim, Luís Murat, Teófilo Dias, o português Vicente Ferreira da Silva, Olímpio da Paixão, Ezequiel Freire, Antonio Bento de Souza e Castro, Joaquim Xavier da Silveira, Dr. João Brasil Silvado, Américo de Campos, Ubaldino do Amaral, Dr. Martim Cabral, Barata Ribeiro, etc. Além dos Andradas já citados, que fazem também evocar José Bonifácio de

(*) Na 4ª edição de **Trovas Burlescas**, dada à estampa em 1944, o seu organizador, Fernando Góes, retirou do livro as dez poesias de José Bonifácio, o Moço.

Andrada e Silva, o Patriarca da Independência, que escreveu, em 1823, no alvor do Império, uma corajosa “Representação contra a escravatura”.

O afeto de Luís Gama e a sua benignidade manifestaram-se na defesa gratuita e ardorosa dos pobres, principalmente dos escravos, nos auxílios pecuniários que dava a todos necessitados que o procuravam. Também nas esmolas que recolhia para assistir os desamparados e na luta persistente contra as discriminações do regime escravocrata, manteve Luís Gama a chama do protesto contra tudo e contra todos que se opunham à Abolição e à República.

Confirmam estas palavras o testemunho histórico de Raul Pompéia que se referiu, com admiração, a grandeza desse advogado que recebia constantemente em casa tanta...” gente faminta de liberdade, uns escravos humildes, esfarrapados, implorando libertação, como quem pede esmolas;...

“Pobre, muito pobre, deixava para os outros tudo o que lhe vinha das mãos de algum cliente mais abastado; doente, moribundo, encontrava no âmago de sua natureza uma reserva instintiva de energia e ia gastá-la em proveito da justiça e da beneficiência oculta”... avessa ao alarde.

Ele, que era filho de pais livres, foi acorrentado aos grilhões da escravidão por uma decisão de seu pai estroina e jogador, que havia dissipado a herança recebida de uma tia e resolvera vender o próprio filho para obter dinheiro para sustentar, temporariamente, o seu desregramento.

Não aceitava Gama a injustiça sofrida e as leis humanas que contrariavam a lei divina e natural que abominava a escravidão.

Sud Mennucci atribuiu essa indignação de Luís Gama à herança biológica de sua mãe, Luísa Mahin, “ativa, geniosa, insofrida e vingativa” que havia também participado de revoltas na Bahia e abandonara, definitivamente, o filho de 7 anos de idade. De fato, o citado abolicionista deixava transparecer a sua personalidade através de suas ações e seus escritos. Havia nele, como observou seu biógrafo, dois aspectos contraditórios: “a sua bondade, de um lado, e do outro, o seu ódio a todas formas de opressão.”

Já enfraquecido pela doença que o afligia, quando a Medicina não dispunha de medicamentos que a controlasse, chegou ao conhecimento de Luís Gama três casos de assassinatos de escravos, com requintes de sadismo.

Em carta ao seu amigo Ferreira de Menezes, datada de 13 de dezembro de 1880, manifestou o seu patético e eloqüente sentimento de repulsa às ações de centenas de brancos que, movidos pelo ódio ou pela vingança, fizeram a justiça com próprias mãos. Eis a emocionante carta, transcrita parcialmente:

“Acabo de ler na “Gazeta do Povo, o martiroológico sublime dos quatro Espártacos que mataram o infeliz filho do fazendeiro Valeriano José do Vale. É uma imitação de maior vulto da tremenda hecatombe que aqui se presenciou na heróica, a fidélfssima, a jesuíta cidade de Itu, e que foi justificada pela eloqüente palavra do Exmo. Sr. Dr. Leite Moraes, deputado provincial e professor considerado de nossa Faculdade jurídica.

Há cenas de tanta grandeza, ou de tanta miséria, que por completas em seu gênero, não se descrevem; (...) assim, o escravo que mata o senhor” (...) “cumpre uma prescrição do direito natural, ...

Eu, que invejo, (...) esses quatro apóstolos do dever, morreria de nojo, por torpeza, achar-me entre essa horda inqualificável de assassinos.

Sim! Milhões de homens livres, nascidos como feras ou como anjos, nas fúlgidas areias da África, roubados, escravizados, azorragados, mutilados, arrastados neste país clássico da sagrada liberdade, assassinados impunemente, sem direitos, sem família, sem pátria, sem religião, vendidos como bestas, espoliados em seu trabalho, transformados em máquinas, condenados à luta de todas as horas e de todos os dias, de todos os momentos, em proveito de especuladores cínicos, de ladrões impudicos, de salteadores sem nome; que tudo isso sofreram e sofrem, em face de uma sociedade opulenta, do mais sábio dos monarcas, à luz divina da santa religião católica, apostólica, romana, diante do mais generoso e do mais interessado dos povos; que recebiam uma carabina envolvida em uma carta de alforria, com a obrigação de se fazerem matar à fome, à sede e à bala nos esteiros paraguaios e que nos leitos dos hospitais morriam, volvendo os olhos ao território brasileiro; os que, nos campos de batalha caíam, saudando risinhos o glorioso pavilhão da terra de seus filhos; essas vítimas que, com seu sangue, com o seu trabalho, com sua jactância, com sua própria miséria, constituíram a grandeza desta nação, jamais encontraram quem, dirigindo um movimento espontâneo, desinteressado, supremo, lhes quebrasse os grilhões do cativeiro!...

Quando, porém, por uma força invencível, por um ímpeto indomável, por um movimento soberano de instinto revoltado, levantam-se, como a razão, e matam o Senhor (...) são metidos no cárcere; e aí a virtude exaspera-se, a piedade contrai-se, a liberdade confrange-se, a indignação referve, o patriotismo arma-se: trezentos cidadãos congregam-se, ajustam-se, marcham diretos ao cárcere: e aí (ó) é preciso que o mundo inteiro aplauda a faca, a pau, a enxada, a machado, matam valentemente os quatro homens manietados numa prisão.

Não! Nunca! Sublimaram, pelo martírio, em uma só apoteose, quatro entidades imortais," ..., etc.

Era a revolta indignada de quem dedicou toda a sua existência à defesa dos desvalidos e dos escravos, porque a Justiça dos homens pode ou deve excluir a comiserção, mas, os direitos fundamentais do homem não devem ser negados.

Raul Pompéia acompanhou, com tristeza, o declínio da saúde do defensor dos escravos. "Na última página da vida de um grande homem" relatou o começo do fim: ...Luís Gama já não descia as escadas do escritório, sem quem o amparasse. Ora dava-lhe o braço o seu jovem amigo Brasil Silvado, ora o dedicado Pedro; uma vez, até eu mesmo dera-lhe o braço. O Luís Gama dos últimos tempos era uma venerável ruína."

Luís Gama, em carta de 13 de dezembro de 1880, endereçada ao amigo Ferreira de Menezes, relatou as restrições que a enfermidade lhe impôs, inclusive, impossibilitando-o, na maioria das vezes, de sair de casa para atender compromissos sociais e profissionais.

Talvez, lembrando a sua vida de trabalho incessante e apaixonado, num eterno recomençar, escreveu a seguinte frase: "Este mundo é uma mitologia perfeita: o homem é o eterno Sísifo." De fato, durante quase trinta anos de atividades incessantes em defesa dos escravos, quando parecia estar vencendo etapas da campanha abolicionista e tinha esperança, como Sísifo, de atingir o cume, isto é, o objetivo, escapava-lhe o fardo, de seu penoso encargo, das mãos, forçando-o, como aconteceu com o fundador de Corinto, a começar sempre de novo a tarefa ou missão que o destino lhe imputou.

O ex-escravo Luís Gama tornou-se, em São Paulo, um filantropo à serviço dos necessitados e marginalizados, um orador eloquente que dirigia o seu verbo inflamado e contundente contra a instituição servil, que era fonte

de riqueza e de sustentação dos escravocratas que dominavam o país; um poeta satírico que com seus versos censurava e ridicularizava os embusteiros, os falsos, os corruptos, os incompetentes e os desonestos; um advogado que dedicou toda a sua vida, sua habilidade e inteligência na defesa dos escravos, principalmente dos ilegalmente submetidos ao cativeiro.

Manso, magnânimo e carinhoso com os aflitos, sofredores e necessitados, mas, pleno de indignação diante do ultraje, do envilecimento e da humilhação, enfim, da degradação do homem.

Raul Pompeia que conviveu com Luís Gama assim se expressou ao referir-se ao precursor do abolicionismo: “Eu amava-o. Voltava-lhe a adoração humana que me inspiram-me os largos espíritos cândidos de desinteresse (...) Havia para com ele como que um trono em minha alma; (...). Sua biografia é a legenda do bem e da luta.”

(Luís Gama e suas Poesias Satíricas, J. Romão da Silva, p. 36).

Realmente, legenda do “bem e da luta” pelo amor ao próximo, e, também, no sentido etimológico, inscrição de coisas edificantes que devem ser lidas.

Também Sud Mennucci, em seu admirável livro sobre Luís Gama, lembrou que a vida do biografado poderia ser representada “como duas mãos tendidas para o alto, no clamor incessante de respeito pelos direitos humanos.”

Dia 24 de agosto de 1882, faleceu Luís Gonzaga Pinto da Gama em sua casa, ou melhor dizendo, em sua ...”pitoresca choupana do Brás, sob ramos verdejantes de frondosas figueiras, vergadas sob o peso de vistosos frutos, cercada de flores olorosas”... como havia descrito o ardoroso advogado em carta dirigida ao seu amigo Ferreira de Menezes, datada de 13 de dezembro de 1880.

Luís Gama, além do seu exemplo moralizador de luta contra as injustiças, as fraudes e privilégios, legou-nos os seus versos e seus escritos em prosa, mas, é óbvio, faltou-nos os registros, expressos em sinais gráficos, de sua arte retórica. Com sua morte cessara a vibrante palavra do tribuno que tanto lutara pelos direitos inalienáveis do homem.

Nos tribunais da Província, onde Gama foi, muito tempo, o patrono itinerante dos escravos, não seriam mais ouvidas as suas brilhantes e convincentes defesas orais. Essas manifestações verbais finaram com o

orador e advogado. Delas ficaram apenas as referências ou os testemunhos de sua atuação como perorador que, com seu verbo facundo, defendia a liberdade do homem, especialmente, dos desprotegidos e injustiçados.

Entre tantas outras opiniões e conceitos sobre o denodado defensor dos cativos, escolhi, exemplificativamente, o seguinte juízo de Rui Barbosa, um dos seus contemporâneos, que conheceu e conviveu com Luís Gama em São Paulo, quando ambos, em 1869, escreviam para o **Radical Paulistano**:

“Um coração de anjo, a harpa eólica de todos os sofrimentos da opressão, um espírito genial; uma torrente de eloquência, de dialética e de graça; um caráter adamantino, cidadão para Roma antiga, inaclinável ao Baixo Império; personalidade de granito, aureolada de luz e povoada de abelhas de Himeto.”

A morte de um ente querido, de um herói popular, da um defensor intransigente dos direitos humanos, enfim, de um cidadão arquétipo pela conduta particular, profissional e pública, levou-me a fazer um retrospecto, ainda que sucinto, de sua existência. Assim se explica as ligeiras apreciações que foram encerradas com o respeitável juízo de Rui Barbosa.

Todos, homens, mulheres, crianças, brancos e negros, movidos pelo mesmo sentimento de pesar, convergiam para a casa do ex-menino baiano que se tornou em São Paulo, pela sua oratória, pelos seus escritos e, principalmente pelos ideais que defendia, um grande brasileiro perpetuado pela História. O seu enterro, como escreveu Tancredo do Amaral em sua **História de São Paulo** foi uma procissão cívica, composta por milhares de pessoas, quase todas as associações científicas, literárias e beneficentes de São Paulo com os estandartes em funeral.

A consternação do povo atingiu toda a cidade de São Paulo: as atividades profissionais e econômicas cessaram. Os leitos das ruas, especialmente do itinerário do cartejo fúnebre, foram alcatifadas de folhas e flores e ...” nas sacadas das janelas, as tapeçarias ricas se ostentavam, como nos dias solenes da Semana Santa, quando passava a procissão do Senhor Morto”. (Sud, cit., 206).

O acompanhamento deteve a sua marcha várias vezes, para ouvir discursos de oradores improvisados que queriam expressar a tristeza causada pelo passamento de Luís Gama.

O autor de *O Ateneu* descreveu, minuciosamente, em a *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, o préstito fúnebre que, a seguir transcrevo, parcialmente:

"Todos de preto. Era o enterro. Devia fazer-se a pé. O cemitério estava longe, no extremo oposto da cidade, para as bandas da Consolação, porém, que o corpo do **amigo de todos**, como chamavam a Luís Gama, fosse por **todos** um pouco carregado. A considerável distância que separa os dois arrabaldes, devia ser percorrida a pé, para que a muitos fosse possível a honra de levar aquele glorioso cadáver. Ao sair da casa, pegaram nas argolas Gaspar da Silva, do **Centro Abolicionista** e outros amigos de Gama, como o Dr. Antônio Carlos, o Dr. Pinto Ferraz, o conselheiro Duarte de Azevedo ... Em roda do féretro apertava-se a multidão, empenhando-se por tomar as alças. Havia de prestar-se àquela grande relíquia uma homenagem ardente. Para diante caminhava uma porção imensa do povo; atrás do préstito, desfilava uma enorme quantidade de carruagens, seguindo a passo. Entre as carruagens, via-se o coche fúnebre. Vazio. Era um préstito respeitável."...

"A cidade estava triste. Inúmeras lojas tinham as portas fechadas em manifestações de pesar; as bandeiras das sociedades musicais e beneficentes da capital pendiam a meio mastro. Apinhava-se povo nos lugares por onde devia passar o enterro. Às janelas acotovelavam-se as famílias. Em alguns pontos viam-se pessoas chorando. Ia sepultar-se o amigo de todos. - Nunca houve coisa igual em São Paulo, dizia-se pelas esquinas. E o nome de Luís Gama, coberto de bênçãos, corria de boca em boca. No posto de honra das alças do esquife sucedia-se toda a população de São Paulo"....

"A banda de música misturava com as sombras do crepúsculo a tristeza das suas melodias. Às 7 horas, entrava o cadáver para a capelinha do cemitério rodeando-o sempre a multidão compacta, no meio da qual se confundiam os membros do Centro Abolicionista, da Caixa Emancipadora Luís Gama, da Loja América, de que era venerável o finado, da Loja Sete de Setembro, da Sociedade Quartoze de Julho, do Clube dos Girondinos e outros."...

..."Da capela conduziu-se o féretro para a sepultura. Houve aí uma coisa solene que se deve registrar. Colocara-se o caixão à beira da

cova. A multidão, que invadira o cemitério, rodeava o sepulcro, enchendo uma área espaçosa."... .."Quando os coveiros iam descer para o túmulo o cadáver, um homem disse: - Esperem! ...O Dr. Clímaco Barbosa (era o homem) ergueu a voz. A voz soluçava-lhe na garganta"...Lembrou aos presentes que aquele fora Luís Gama...A multidão chorou. Então o orador reforçou a voz, reforçou o gesto: e intimou a multidão a jurar sobre o cadáver, que não se deixaria morrer a idéia pela qual combatera aquele gigante. Um brado surdo, imponente, vasto, levantou-se no cemitério. As mãos estenderam-se abertas para o cadáver...A multidão jurou".

Raul Pompéia, em seu emocionante relato, atribuiu ao Dr. Clímaco Barbosa o discurso diante do cadáver de Luís Gama, no cemitério da Consolação. Todavia, a tradição oral considera como autor da promessa solene o Dr. Antônio Bento de Sousa e Castro, bacharel em Direito, que exercera os cargos de promotor público e juiz municipal em Atibaia e foi sucessor de Gama na chefia do movimento abolicionista em São Paulo.

Luís Gama lutou contra a escravidão utilizando todos os meios legais disponíveis, principalmente a veemência e a solidez de sua argumentação jurídica.

Antônio Bento, ao contrário, adotaria a violência como meio de libertar escravos. Mas, essa é outra história que extrapola os limites deste trabalho.

BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Antônio Barreto do **Dicionário da História de São Paulo**, Col. "Paulística", vol. XIX, 1980;
- AMARAL, Tancredo **História de São Paulo**, Alves & Cia. Editora, R.J./S.P., 1895;
- ARMITAGE, João "História do Brasil desde o período da chegada da família de Bragança em 1808 até a abdicação de D. Pedro I"; 2ª edição brasileira, s/d.; Prefácio de Eugênio Egas, S.P., 31/5/914;
- BANDEIRA, Manuel, **Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Romântica**, 2ª ed., R.J., Ministério da Educação e Saúde, 1940;
- BARRETO, Carlos Eduardo Carteira do Advogado, **Direito Constitucional**, Max Limonad, S.P., s/d;

- CALMON, Pedro **História do Brasil**, vol. 5, Ed. J. Olympio, R.J., 1959;
- COSTA, Emília Viotti da **Da Senzala à Colônia**, Difusão Européia do Livro, S.P., 1966;
- Dornas FILHO, João **A escravidão no Brasil**, Civilização Brasileira S.A., R.J., 1939;
- Ellis JÚNIOR, Alfredo **Feijó e a Primeira Metade do Século XIX**, Brasiliana, vol. 189, Cia. Editora Nacional, INL-MEC, 2ª ed., 1980;
- FREITAS, Caio de **George Canning e o Brasil**, Cia. Editora Nacional, SP, 1958, 2v.;
- GAMA, Luís Gonzaga Pinto da, **Trovas Burlescas e Escritas em Prosa**. Texto organizado por Fernando Góes, Edições Cultura, São Paulo, 1944;
- JOLIVET, Regis **Curso de Filosofia**, Livraria Agir Editora, Rio de Janeiro, 1953;
- MALHEIRO, Agostinho Marques **Perdigão, A Escravidão no Brasil**, ensaio histórico-jurídico-social;
- MENNUCCI, Sud **O Precursor do Abolicionismo**, Cia. Editora Nacional, Brasiliana, vol. 119, S. Paulo, 1938;
- MORAES, Antônio Evaristo de, **A Campanha Abolicionista - 1879-1888**, Freitas Bastos, R.J., 1924; **A Escravidão africana no Brasil das origens à extinção**, Cia. Editora Nacional, S.P., 1933, Brasiliana, vol. 23, 1ª edição;
- NINA Rodrigues **Os Africanos no Brasil**, Cia Editora Nacional, S.P., 1935;
- NABUCO, Joaquim **O Abolicionismo**, Cia Melhoramentos de S.Paulo, 2ª ed., 1933;
- QUEIROZ, Suely Robles Reis de, **Escravidão em São Paulo**, J. Olympio Ed./ MEC., Rio, 1977;
- RAMOS, Artur **As Culturas Negras no Novo Mundo**, Civilização Brasileira Editora, 1937;
- Ráo, VICENTE **O Direito e a Vida dos Direitos**, vol. 1, T.I, Max. Limonad, S.P. 1960;
- ROMERO, Sívio **História da Literatura Brasileira**, R.J., 2ª ed., 1902, 2 vols.;
- SILVA, J. Romão da **Luís Gama e suas poesias satíricas**, Livraria Editora da Casa do Estudante do Brazil, R.J., 1954;
- SIMONSEN, Roberto **História Econômica do Brasil - 1500-1820**; Ed. Nacional, S.P., 1967, 5ª ed., Brasiliana, grande formato;
- SOUZA, Octavio Tarquino de, **Bernardo Pereira de Vasconcelos e seu tempo**; J. Olympio Editora, Rio de Janeiro, 1937.

EXISTE O "PERIGO ALEMÃO"?

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Com uma abordagem criteriosa, objetiva, fluência de estilo, inteligente crítica e revisionismo bibliográficos, René Gertz analisa assunto de significativa importância não apenas para a historiografia rio-grandense, mas a todos os estudiosos das Ciências Humanas que se dedicam a problemática tão atual quanto o racismo.

O "Perigo Alemão", publicado na série "Síntese Rio-Grandense"(5), aborda não apenas a questão da imigração alemã para o Rio Grande do Sul, como também as manifestações de germanismo, nazismo e integralismo na região colonial, mostrando, cá e lá, como formou-se no imaginário popular a fantasia do "perigo alemão".

Assim, embora priorize em sua análise as décadas de trinta e quarenta, considera o século passado para melhor entender o que discute para o período questionado, além de chegar, embora em considerações esparsas, até a atualidade.

Uma das preocupações do A. foi a de demonstrar que os integrantes não representaram um grupo homogêneo, que nem todos foram colonos e que entre eles havia diferença de classes, verificando com isso que as regiões de colonização alemã no Rio Grande do Sul, até a década dos anos 30/40 foram "menos exóticas e mais "normais" do que em geral se pressupõe" (p.31). Nesse sentido, não há porque considerar grandes distinções na luta política das regiões de colonização no período que antecedeu 1930.

Não é tarefa fácil, nessa conjuntura, determinar quando a ideologia do germanismo assumiu proporções significativas entre os primeiros imigrantes. Todavia, como nos demonstra o Prof. René na "reflexão sobre a preservação consciente da germanidade através da manutenção da língua, dos costumes e da pureza do sangue, foi algo que coincidiu, grosso modo,

com o interesse da Alemanha pelos seus emigrados, a partir do último quartel do século XIX” (p. 32). Isso significa dizer que foram preservadas a língua e a cultura alemãs e que o Sínodo Missouri representou a única instituição, com alguma representatividade nas regiões de colonização alemã, que continuou, oficialmente, na década dos anos trinta, com a tradição de condenar o cultivo do *Deutschtum* dentro da igreja.

O contraponto deste Sínodo, foi o Sínodo Riograndense, bastante ligado à igreja luterana alemã, e que de maneira radical cultivava o germanismo. Note-se que, ainda na década de trinta, acabou recebendo apoio do Governo do Estado para assim prosseguir.

Com a ascensão do nazismo na Alemanha e um clima favorável no Rio Grande do Sul, as instituições germanistas procuraram atuar mais eficazmente para maior defesa dos interesses do germanismo, promovendo, para tanto, uma série de festividades com o intuito de atrair cada vez mais a população.

O A. procurou explicar ainda que “o grau de adesão ao germanismo, a perda da germanidade ou sua permanência sem um cultivo consciente podem ser localizados ao longo da estrutura social. No meio rural minifundiário, sem grande dinamismo econômico, os traços culturais alemães se mantêm, sobretudo quando as colônias são homogêneas do ponto de vista étnico e às vezes também religioso” (p. 43). Constatou ainda que as camadas médias da população, especialmente as da zona urbana, não só perderam (embora lentamente) sua germanidade, como até a renegaram, enquanto que as elites econômicas urbanas e os intelectuais (seus aliados), continuaram a cultivá-la. Daí não ser raro encontrar, nas cidades, famílias de projeção social (sobremaneira as ligadas ao comércio), fazendo questão que seus filhos aprendessem a língua germânica. É o momento, muito bem observado pelo A. em que “os interesses comerciais e sentimentos nacionais fundem-se em estranha ideologia” (p.44).

No que tange ao nazismo, coloca-nos o A. que sua implantação é anterior ao Estado Novo quando ainda o governo brasileiro vivia em bom relacionamento com o governo alemão. Seus participantes não pertenciam à elite e nem eram colonos; antes, eram comerciários, industriários e bancários, formando um contingente pouco expressivo.

Mas não para por aí o complicado quadro da região colonial alemã da década de trinta, pois, além do germanismo e do nazismo, havia

ainda o integralismo e a campanha de nacionalização. O integralismo, como movimento político, não pode também desprezar a língua alemã, uma vez que necessitava conquistar adeptos no interior do Rio Grande do Sul. Assim, nos diz o A. que “o integralista típico da região colonial é jovem, não ligado à atividade agrícola, relativamente indiferente aos valores da germanidade e da religião” (p. 59).

Frente a toda essa conjuntura houve ambiente propício para que uma ação estatal conhecida como “campanha de nacionalização” aparecesse a partir da Revolução de 1930, apesar dessa idéia haver surgido na década de vinte. Era, por assim falar, um movimento de aspiração nativista e que se postava contrário a tudo que fosse estrangeiro.

O A. nos lembra, com muita propriedade, que o imaginário popular era repleto de lendas, as mais diversas, sobre as populações de origem alemã, o que facilitou a “nacionalização, desenvolvida em dois níveis: um, educativo e o outro, repressivo, que, de início (a partir da intentona de 1938), visava mais nazistas e integralistas. No entanto, a repressão se brutaliza mesmo em 1942 com a declaração de guerra entre Brasil e Alemanha, aparecendo também a repressão não institucionalizada, o que veio a criar enorme pânico entre a população de nome alemão.

Para que melhor se possa compreender a campanha de nacionalização, conforme se lê ao longo do trabalho, há que se considerar pelo menos três fatos: “o subjetivo, de longa tradição, a ideologia do “perigo alemão”; o objetivo, a existência do germanismo, nazismo e integralismo; e o material, o crescimento da região norte do Estado frente ao sul” (p.76).

Constatou o Prof. René que a partir da década dos anos setenta, vários municípios do Rio Grande do Sul retomaram sua história, destacando suas origens imigrantistas promovendo, para tanto, inúmeras festas típicas (caso, por exemplo, da Oktoberfest), além de haver sido introduzido nas escolas o plurilingüismo e a própria reformulação do conceito de “colono”, o que não impede que o “fantasma” do “perigo alemão” ainda se manifeste em determinadas situações. Diante disto, uma indagação parece ainda pairar: são racistas os alemães do Rio Grande do Sul? Eis o desafio que agora, frente ao presente trabalho, permitirá, graças ao “leque” de sugestões oferecidas que os estudiosos possam trabalhar sobremaneira o imaginário popular riograndense.

A RESTAURAÇÃO PERNAMBUCANA E A FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA REGIONAL NORDESTINA

Manuel Correia de ANDRADE

Foi uma incumbência muito honrosa a que nos foi confiada pelo historiador José Antônio Gonsalves de Melo, presidente do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, de proferir a conferência comemorativa do aniversário desta Instituição, no ano de 1991, que inicia a última década do século XX. Isto porque, nos anos anteriores, as mais renomados historiadores desta Casa tiveram a oportunidade de, dentro dos seus paradigmas e de suas especialidades, explorar com brilhantismo a efeméride, e ainda porque, este Instituto é uma das mais respeitáveis instituições culturais do país. Trata-se de uma Instituição centenária, ao lado de outras também localizadas no Recife, como a Faculdade de Direito, o Diário de Pernambuco, o Ginásio Pernambucano e o Liceu de Artes e Ofícios, e que, pelo que produziram e pelo que representam para a cultura nacional, garantem ao Recife a sua importância como centro cultural, tanto da região como do país.

Ao comemorarmos o centenário do Instituto Arqueológico, estamos comemorando também as grandes efemérides que fizeram de Pernambuco o Estado líder do Nordeste, o campeão na luta pelas liberdades democráticas e pelos ideais republicanos, pela Abolição e por um processo de desenvolvimento e de modernização que não é calcado em modelos alienantes e estrangeiros, mas que resulta da seiva que brota da terra e do povo como afirmação de cultura e de trabalho, plasmando uma consciência do local e do regional que não contesta, mas se integra dialeticamente ao nacional e ao universal. Um Estado que luta intransigentemente pela unidade nacional, ao mesmo tempo em que afirma e defende a permanência e o fortalecimento do regional e do local dentro do nacional. Isto porque, o nacional e o regional, que parecem se antepor, na verdade se completam e

se complementam para formar uma unidade, garantida e assegurada pela diversidade.

As nações não podem ser como um todo monolítico, imposto pelo centro sobre a periferia dominada, como se pode exemplificar com os antigos impérios coloniais, mas sim com a união dos contrários em obediência às diretrizes gerais a serem alcançadas pela Nação, mas com o máximo de respeito às características, à cultura e às aspirações regionais. O todo não é uma adição, mas uma integração das partes.

Na história brasileira, Pernambuco seja como capitania, seja como província e posteriormente como estado, sempre teve um comportamento vanguardeiro, cioso do respeito à unidade nacional, embora altivo e capaz de defender os direitos de sua população, quer frente aos invasores estrangeiros, como no combate aos batavos, quer frente à dominação portuguesa, como na Guerra dos Mascates e na Revolução de 1817, quer frente à prepotência imperial, como na Confederação do Equador, quer frente ao poder das oligarquias, com a Guerra dos Cabanos e Revolta do Quebra Quilos, ou ainda frente ao autoritarismo republicano, como no movimento autonomista de Manuel Borba.

A primeira epopéia da história pernambucana foi a da conquista portuguesa que implantou em seu território a colônia produtora de açúcar e fez nascer Olinda e em seguida o Recife. Travou-se, na época, a luta entre o colonizador lusitano e o indígena, senhor das terras, e que foi expropriado dos seus domínios, de suas matas, dizimado ou escravizado. É um episódio triste em que se tira a um povo que vivia na idade da Pedra, a sua oportunidade de desenvolver a sua própria civilização, ecologicamente adaptada às condições do mundo tropical. Mas o português, sempre dominador, procurou adaptar-se às novas condições e se miscigenou não só com os remanescentes indígenas como com os negros africanos. Miscigenação que não se caracterizou por relações democráticas e igualitárias, mas pela posse física e cultural do dominador sobre o dominado.

Este processo civilizador mas de conquista e de dominação, gerou uma sociedade agrário-exportadora bastante florescente que atraiu os olhos e os interesses da Holanda, país que se desenvolvia através do capitalismo colonial. A conquista, feita por uma companhia comercial que procurava dominar áreas capazes de produzir artigos que interessavam ao comércio europeu em expansão, tornou o Nordeste do Brasil a sua meta.

A guerra holandesa, tão bem estudada por historiadores renomados, como José Higino, José Antonio Gonsalves de Melo, José Honório Rodrigues, Alfredo de Carvalho, Pereira da Costa, Evaldo Cabral de Melo, ou por historiadores do Velho Mundo, como Watjen, Netscher e outros, pôs em choque processo ibérico de colonização, de vez que estando Portugal ligado por União Pessoal à Coroa Espanhola, recebia em sua colônia tanto lusitanos como espanhóis, flamengos, italianos, etc. O rompimento entre a Espanha e a Holanda, por questões comerciais e religiosas, provocaria a invasão da Bahia em 1624 e de Pernambuco em 1630. As décadas de guerra foram décadas de encontro entre representantes dos mais diversos povos europeus, judeus sefarditas de Amsterdã que em grande parte financiaram o empreendimento, holandeses que defendiam a Casa de Orange, ou alemães e poloneses que, como mercenários, participaram dos exércitos da Companhia das Índias Ocidentais. Do outro lado, além de portugueses, negros, indígenas, mulatos, caboclos, curibocas, encontravam-se espanhóis, como D. Luiz de Rojas Y Borja e italianos, como os napolitanos que seguiam as ordens do famoso Conde de Bagnuoli.

A guerra entre dois povos, holandeses que emergiam como potência colonizadora e espanhóis que iniciavam o declínio do seu poder colonial, representava um choque entre duas formas de pensar, entre dois sistemas de exploração, entre duas formações econômico-sociais, uma ligada à conquista e posse da terra visando a produção para a exportação, controlada pelos grandes proprietários e saudosa de relações feudais ainda sobreviventes, e outra representada pelo capitalismo comercial mais evoluído e consciente do que os economistas chamam de "maximização" dos lucros. Numa visão formal e cronológica, que não aceitamos, seria uma luta entre o presente e o futuro.

Esta guerra, onde os holandeses expandiram os seus domínios do Maranhão ao rio São Francisco, com incursões e tentativas de conquista de Sergipe e Bahia, não respeitando os artificiais limites entre as capitânicas, provocou a mobilização dos núcleos situados em todo o Nordeste, fazendo com que a chamada Insurreição Pernambucana, embora organizada e dirigida por pessoas radicadas em Pernambuco, fosse muito mais uma revolta nordestina do que especificamente pernambucana. Pernambuco demonstrou aí, como Capitania mais rica e mais evoluída, a sua capacidade de conduzir, de liderar todo o Nordeste na luta contra o invasor, contra o holandês, em defesa da sua riqueza, representada, então, pelo açúcar.

Conduzida por proprietários de terra e de escravos, conseguiram os líderes da Insurreição Pernambucana comprometer em sua luta grandes facções de negros e índios que haviam se adaptado à formação econômico-social dominante. E daí, estas lideranças puderam partir, através de suas câmaras municipais, para se opor muitas vezes aos interesses dos reis de Portugal, já que eles haviam libertado o Nordeste, contrariando interesses portugueses ligados à Holanda após a Restauração de 1640, e até a desautorizarem representantes reinóis, como ocorreu com a deposição do Xumbergas e com a Guerra dos Mascates.

A consciência nordestina foi se consolidando através dos tempos, tanto nos períodos de progresso, de fartura como nas adversidades. A sociedade açucareira se expandiria territorialmente com a ocupação do Sertão, onde expedições feitas por vaqueiros e posseiros colocados a serviço e sob a proteção dos grandes proprietários ligados à Casa da Torre e à Casa da Ponte, tentavam conquistar terras para a pecuária, escravizar indígenas e descobrir minas. E aí, mais uma vez, os indígenas foram dizimados em nome do progresso e da necessidade de conversão à religião cristã, uma vez que os grandes conquistadores se fizeram acompanhar em suas expedições por missionários que, após a vitória, aldeavam os indígenas nas áreas favoráveis à agricultura, a fim de sedentarizá-los e de reterem uma força de trabalho que seria utilizada de forma semi-escrava nos momentos precisos.

Conflitos surgiram, naturalmente, entre sociedades bem diversas, a dos criadores de gado, e a dos indígenas caçadores que utilizavam os rebanhos sem atentar ao direito de propriedade. Esses conflitos tomaram tal vulto, que os colonos contrataram bandeirantes paulistas, experientes na luta contra o gentio, para fazerem a conquista das terras indígenas, numa luta que se prolongou por anos, como a chamada de Guerra dos Bárbaros, que perturbou o processo de ocupação dos sertões do Rio Grande do Norte e da Paraíba.

A luta do colonizador porém não era apenas contra o indígena; o negro vindo da África como escravo, também reagia à escravidão e lutava pela sua liberdade e pela conservação dos seus costumes. A Guerra dos Palmares, luta que durou quase um século, representava uma forma de resistência heróica e que só foi vencida com a intervenção de bandeirantes paulistas. E Palmares foi a única revolta negra que conseguiu penetrar na história oficial, outras, como o chamado Quilombo de Catucá, esperam os

seus historiadores. Isto porque, ^{qualquer} o fato histórico em si, o acontecimento, não se torna motivo de estudo e de reflexão se o historiador não o descobre e o divulga; sem isso ele permanece esquecido. Outras rebeliões negras podem ser apontadas, como aquelas do período regencial, ocorridas no Norte e no Nordeste do Brasil, quando as populações pobres - livres e escravas - frustradas com o sentido da Independência, aproveitaram a brecha de poder durante a Regência para fazer reivindicações e defender direitos postergados. Na verdade, a Independência, feita por uma elite, frustrando as esperanças das camadas ditas inferiores, mantivera a estrutura social colonial, onde até a forma monárquica de governo e a dinastia portuguesa foram conservadas.

Com a crise do sistema colonial dos fins do século XVIII, a classe dominante, proprietária de terras, produtora de açúcar e de algodão, criadora de gado, controladora do comércio e dos cargos públicos, já compreendia que este sistema não teria condições de sobrevivência. Daí, se articularem, com apoio de clericais e militares, para procurar uma solução para problema que era da maior relevância. Além disto, as idéias "francesas" já haviam chegado à América e, como diria Eduardo Frieiro, "o diabo já entrara na livraria do Cônego". A elite pensava e discutia a possibilidade de independência das várias capitânias, modificando formas e estruturas de governo, mas mantendo a sua dominação. Nenhuma classe ou grupo social abre mão do controle do poder, sem luta. E o pensamento não era apenas pernambucano, mas nacional, de vez que nas principais províncias formaram-se grupos à procura de caminhos para a Independência, com ou sem a conservação da Monarquia.

Pernambuco estava na vanguarda dessa procura de soluções para a problemática da questão colonial desde o início do século, com a chamada Conspiração dos Suassuna; a transferência da família Real para o Brasil e a abertura dos portos às nações amigas, animaram os conspiradores e idealistas. Observavam que uma Corte podia governar o império português do território brasileiro e, instalada no Rio de Janeiro, dava a esta cidade fortes condições de aspirar à liderança nacional. A quebra do monopólio comercial provocaria a presença, no Brasil, de comerciantes e agentes comerciais ingleses que conseguiram direitos de quase extraterritorialidade em cidades como São Luís, Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Após 1815, comerciantes franceses e alemães se estabeleceram nas principais praças e passaram a estimular as elites brasileiras a mudar de usos, costumes e idéias e estas começaram a aspirar a se auto-governar.

As elites pernambucanas, influenciadas pelas idéias francesas e norte-americanas, opinaram por uma ideologia republicana; compreendiam que teriam um certo poder face à valorização de seus produtos de exportação e a um mínimo de coesão interna, mas tinham também, em seu território, o grande problema da escravidão. Como brasileiros, desejavam usufruir da liberdade, mas como senhores de terras e de escravos achavam que a economia canavieira e algodoeira se desorganizaria se a Abolição fosse assinada. É a eterna dúvida dos bens nascidos, eles aspiram às transformações econômicas e sociais, mas se vêem freados pelos seus interesses ameaçados. Shakespeare, já no século XVI, diante das dúvidas do príncipe Hamlet, da Dinamarca, proclamava “Ser ou não ser”. E as elites proprietárias procuravam, quando assumiam o poder em 1817 e em 1824, transferir para o futuro a concessão da liberdade aos negros, mesmo que apenas formal.

Durante a permanência da Família Real Portuguesa no Brasil a unidade do Império português se enfraqueceu, não só face à sua derrota frente aos franceses em 1808, como à própria influência inglesa que não se interessava em anexar as colônias portuguesas e espanholas mas procurava colocá-las sob o seu controle econômico. E este controle seria mais facilmente realizado se os dois grandes impérios ibéricos fossem destruídos e as várias colônias se tornassem países teoricamente soberanos. A influência inglesa teve grande responsabilidade pelo esfacelamento do Vice-Reinado do Rio da Prata, pela não realização do sonho de Bolívar de uma América Latina unida, contrapondo-se aos Estados Unidos da América do Norte, sobre a união do México com a América Central e sobre o esfacelamento da República Centro Americana. Não conseguiu impedir a unidade do Brasil certamente porque este, estruturado sob forma monárquica de governo, merecia maior confiabilidade da Inglaterra e maior apoio interno. Às populações conservadoras do interior do Brasil, um monarca inspirava maior confiança do que um Presidente e representava uma transição do sistema colonial para o soberano menos dolorosa, oferecendo mais garantias às estruturas em que viviam já há três séculos. Os indígenas, os negros e os brancos pobres e dependentes não foram, naturalmente, consultados na estruturação do novo estado nacional.

A elite pernambucana, mesmo depois do fracasso da Inconfidência Mineira (1789) e da Baiana (1798), que não passaram de conspirações, resolveu agir a fim de diminuir o poder dos portugueses natos na estrutura política colonial; em 1817, após longo período de conspiração, levantou-se,

derrubou o Governador português e organizou um governo republicano, o primeiro instalado no Brasil. Havia uma certa identidade na classe dominante, de vez que o governo, de cinco membros, era composto de representantes dos proprietários, dos comerciantes, dos magistrados, do clero e dos militares. Nem sempre os membros deste governo foram coerentes com os compromissos do cargo que assumiram, pois o proprietário Manuel Correia de Araújo, por exemplo, colaborou com as forças reinóis quando se travou a luta de reconquista.

A Revolução de 1817 não era apenas pernambucana, de vez que se estendeu por Alagoas - então uma simples comarca de Pernambuco; - pela Paraíba, pelo Rio Grande do Norte e pelo Ceará, Encontrou maior oposição na Bahia, bem mais conservadora e comprometida com o trono do que Pernambuco. Seria já uma disputa pela liderança do Nordeste? Convém lembrar que na luta pela Independência, Pernambuco foi a primeira capitania a se libertar do domínio lusitano e a Bahia só o fez em 1823, quando todas as outras capitanias, à exceção do Maranhão, do Piauí, do Pará e da Cisplatina, já haviam sido libertadas.

O fato de o Ceará, o Rio Grande e a Paraíba terem participado da revolta, indica que o sentimento de liberdade e o desejo de república eram comum ao Nordeste, ou a grande parte dele e não apenas a Pernambuco; este, como chefe do movimento e como centro de irradiação republicana, seria castigado não só com a prisão e fuzilamento de grande número dos seus filhos, como também com a perda de Comarca de Alagoas que foi elevada à condição de Capitania.

Apesar do grande impacto da repressão comandada pelo General Luís do Rego Barreto, o espírito de pernambucanidade e de nordestinidade não esmoreceu, e Pernambuco, logo que as Cortes Portuguesas passaram a tentar recolonizar o Brasil, atingindo sobretudo a Capitania do Rio de Janeiro, o governo do Príncipe Regente D. Pedro, procurou expulsar as tropas portuguesas e libertar a capitania, mas sem se submeter à Corte de Lisboa nem à do Rio de Janeiro. Os proprietários de terra recusaram obediência à Junta do Recife, organizada pelo Gal. Luís do Rego, e organizaram a Junta de Goiana, conquistando o interior e aquartelando as suas tropas em Beberibe, ficando o governo português com o controle apenas do Recife e de Olinda. Depois, pela Convenção de Beberibe, elegeram nova Junta confiada à direção de um liberal e possivelmente republicano,

Gervásio Pires Ferreira. A nova Junta, usando sutilezas e negações, procurou conduzir o processo de independência para uma forma republicana de governo e, possivelmente para um sistema federativo, bem mais aproximado do dos republicanos do Rio de Janeiro do que do projeto paulista de José Bonifácio de Andrada e Silva.

O problema era saber se com a independência o Brasil devia seguir o mesmo exemplo dos países da América Espanhola, estabelecendo governos republicanos, ou deveria conservar a monarquia e a dinastia de Bragança. Esta segunda fórmula permitiria até a restauração da União Pessoal em caso de morte ou de abdicação de D. João VI, quando D. Pedro I, como herdeiro do trono português, poderia restaurar o sistema do Reino Unido. José Bonifácio, muito conservador, embora se preocupasse com a integração da população negra e índia à cidadania brasileira, temia que, com a República, viesse o esfacelamento do país e a formação de uma série de pequenas repúblicas que seriam presa fácil dos países colonizadores, no momento em que o capitalismo industrial sucedia ao comercial e os interesses imperialistas se aguçavam.

Os pernambucanos estavam conscientes destes problemas mas temiam que, com a Monarquia, a independência se tornasse uma farsa e o domínio português fosse restaurado. José Bonifácio, contando com partidários em Pernambuco, manobrou com inteligência política e conseguiu a deposição de Gervásio Pires, obtendo as condições necessárias à implantação da Independência com Monarquia. Para isto, a Capitania passou por momentos difíceis face às divergências entre os vários grupos, chegando a haver, em 1823, com a revolta de Pedroso, chefiando negros e mulatos, um temor entre os grupos dominantes de que ocorresse no Recife o que ocorrera no Haiti, o que contribuiu, certamente, para que a elite aceitasse a Monarquia.

O processo de implantação da Monarquia e de consolidação do Império foi traumático, de vez que D Pedro aceitava as idéias liberais e maçônicas mas não esquecia as doutrinas absolutistas que admitiam a origem divina do poder real. Daí o fechamento da Assembléia Constituinte, a outorga da Constituição de 1824 e a tentativa de impôr que as câmaras municipais a homologassem. Os pernambucanos, temerosos do absolutismo e conscientes do direito que tinham de participar das decisões governamentais, não aprovaram a nova Constituição e não aceitaram a nomeação de um Presidente de Província por escolha do Imperador. Começava-se uma nova

luta e, através da imprensa, sobretudo dos artigos de Frei Caneca, se observava que o povo não se opunha a uma solução monárquica, desde que constitucional e que aceitava a união do Império, desde que os direitos das províncias fossem respeitados. A intolerância de parte a parte levou a uma disputa a mão armada, tendo sido proclamada, no Recife, a Confederação do Equador, comprometendo não só a Província de Pernambuco mas outras do Nordeste, e se convidava as demais províncias do país e participarem da nova República. Mais uma vez os pernambucanos não se levantavam sós, mas com apoio de outras províncias do Nordeste. Pensavam assim, em escala regional e nacional, não havendo, af, uma superposição de escalas, um estabelecimento de prioridades ou de primazia, mas uma interpenetração do todo e da parte para se chegar a uma unidade harmônica.

Vencida a Confederação do Equador, o governo imperial foi implacável com os vencidos, tentando impor uma concepção autoritária e unitária à organização política do país. Organização que se manteve até 1889, embora o espírito de luta e a consciência regional fossem se fortalecendo e consolidando cada vez mais. Assim, ela revive com força na Revolução Praieira, com Borges da Fonseca, com Nunes Machado e com Pedro Ivo, estaria reafirmada na revolta do Quebra Quilos, caracterizada por Irineu Jofily como a “revolta dos matutos contra os doutores” quando o povo desorganizado e, até sob certo ponto, sob influência de sacerdotes, revoltou-se contra a imposição do sistema métrico decimal, sem nenhuma consulta prévia; na pregação revolucionária e abolicionista de Nabuco, figura cujo brilhantismo, cultura, coragem cívica e contradições representa bem o espírito e a consciência regionais, ao pregar no Parlamento Imperial, em 1884, não apenas a abolição da escravatura mas a Reforma Agrária; de João Alfredo, conservador e proprietário de terras ao fazer a abolição sem indenização em 1888 e ao propor a desapropriação de terras às margens dos rios navegáveis e das ferrovias para instalação de colonos, em 1889, de Manuel Borba, enfrentando o autoritarismo e as imposições do Governo Federal e preparando Pernambuco e o Recife para reagirem a qualquer tentativa de intervenção federal; de Gilberto Freyre, já em 1933, demonstrando que a civilização brasileira não era uma civilização européia transferida para os trópicos, mas o resultado de um jogo de influências do branco, do negro e do índio em terras tropicais; da reação contra o Estado Novo que gerou a luta de Ulisses Pernambucano e de Frederico Simões Barbosa contra a ditadura getuliana, corporificada posteriormente no grande movimento de 45 que teve um Demócrito de Souza Filho o seu grande herói.

Esta capacidade de resistência e de luta do pernambucano e do nordestino contra as imposições do Poder Central podem ser estendidas aos dias de hoje, mas querendo manter as perspectivas históricas nos detemos na data importante que foi 1946, ano da redemocratização.

Acreditamos e pedimos desculpa aos que não concordam conosco, que o sentimento regional, nordestino, pernambucano, nos leva a lutar para que haja autonomia sem soberania e que os laços federativos, já defendidos por Nabuco no século XIX, conduzam o Brasil a ser um país uno e diversificado, para tornar-se forte, e que desta fortaleza surja o desenvolvimento. Este sentimento de nordestinidade originou-se, ao nosso ver, com a Insurreição Pernambucana de 1645 sendo relembado e rejuvenescido cada vez que o Nordeste luta, militar, cultural ou politicamente para manter a sua identidade dentro da nacionalidade. Daí acharmos que é da maior importância para o Brasil que os estados do Nordeste mantenham a sua autonomia e determinem os seus caminhos desde que não colidam com os interesses e as aspirações nacionais.

Concluindo, desejamos salientar que o Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano, nascido nos meados do século XIX para cultuar o nosso passado, para analisar e transmitir às gerações futuras o culto aos nossos heróis e às nossas revoluções, é o mais legítimo guardião desta tradição e desta consciência de nordestinidade e de pernambucanidade, que são indispensáveis à manutenção da identidade de um povo e de um território que têm contribuído para a grandeza do Brasil. E um país, como uma região, só se constrói, se cultiva as tradições e se procura adaptar as mudanças necessárias a estas tradições. Não se constrói uma sociedade pela transposição pura e simples de ideologias, de perspectivas e de métodos, mas pela própria construção de caminhos que estejam adequados às suas tradições. Tradição e mudança não se contrapõem mas se completam e são caminhos para que se atinja uma civilização moderna mais autêntica. Nesta Casa, em trabalho silencioso mas profícuo, se elabora o futuro através do estudo e do culto ao passado. Por isto, ela representa bem a consolidação da consciência regional, surgida nos campos de batalha do século XVII.

FUNDAÇÃO DE PANORAMA (Reminiscências)

Nelson Noronha GUSTAVO FILHO

Aos 80 anos procuraremos evocar, em pinceladas largas, como foi fundada a cidade de Panorama, na Alta Paulista. Com o correr do tempo muitos fatos se perdem nas brumas da memória. Vêm à lembrança um tanto diluídos, levemente coloridos pelas tintas da saudade. Todavia, ainda que envoltos na neblina do passado, o essencial surge como os rochedos que apontam entre as ondas do mar. Sentimos, até hoje, o aguilhão da dor e as horas alegres que acompanharam a fundação da cidade. Não foi fácil como veremos. Só as forças telúricas que governam a alma humana podem explicar. Ei-la a história na sua simplicidade que nos revela que somos guiados pelo Fado, cumprimos o nosso Destino, nossa vida está marcada no Alto.

Assim começa a história calidoscópica. Em 1945 fundáramos com amigos diletos a Companhia Imobiliária Campineira, a maioria dos acionistas, cerca de 80%, era cliente do nosso escritório, pessoas muito ligadas a nós. Entre os acionistas figurava o Sr. Quintino de Almeida Mandonnet, cliente meu. Quintino, pouco tempo depois, procurou-nos com o convite para entrar numa sociedade que ele estava organizando para explorar madeira na Alta Paulista, às margens do Rio Paraná.

A sociedade ficou composta dos seguintes sócios:

Quintino de Almeida Mandonnet, Quintino de Almeida Mandonnet Filho, Artur Mandonnet, Julio Revoredo, Anibal de Andrade, José Ribeiro de Almeida, Guilherme Plichta, Guilherme Reddher e Nelson Noronha Gustavo Filho, o último como consultor jurídico.

Anibal de Andrade era oficial de gabinete de Prestes Maia, que foi prefeito em São Paulo, e contou o seu ingresso na sociedade.

O grande urbanista Prestes Maia era Conselheiro da Companhia Paulista de Estradas de Ferro e, ao tomar conhecimento, sugeriu que se fundasse nas terras a serem adquiridas, no lugar então conhecido como Porto Marrecas, um patrimônio, pois, ali seria construída a última estação da Companhia Paulista, separada de Mato Grosso pelo Rio Paraná.

Quintino aceitou a idéia e o próprio Prestes Maia se prontificou a traçar o plano da futura cidade, trabalho que levou praticamente um ano.

Neste interim foram construídos um hotel de madeira e uma serraria, que foram desmontados com a chegada da linha da Paulista.

Diga-se de passagem que as terras estavam registradas em nome de José d'Incau, farmacêutico em Presidente Wenceslau, e sofriam na Procuradoria de Terras de São Paulo, um processo discriminatório, pois, eram consideradas devolutas; era necessário legitimar a posse para obter o título do governo.

No dia da escritura, que seria de compromisso de compra e venda, com prazo de 5 anos, Julio Revoredo propôs que se lavrasse uma escritura definitiva de compra e venda, emitindo-se promissórias de responsabilidade da compradora, com aval do Presidente. José d'Incau aceitou, mas exigiu o nosso aval, pois, como Presidente da Companhia Imobiliária Campineira, tinha prática de loteamento.

Se não avalizasse os títulos daria uma demonstração que não confiaria no empreendimento, no Presidente, e acabei avalizando; e afinal todos os quotistas o fizeram. Infelizmente Quintino não tinha o capital alardeado para fundar o patrimônio. Nem crédito suficiente. Era uma aventura da parte dele. Em dois anos, mais ou menos, a sociedade estava quebrada, sem um lote ou sítio vendido.

A área tinha cerca de 2.700 alqueires de terras, com 30 alqueires de inverno. Uma área foi reservada para formação da cidade na forma do plano Prestes Maia e a outra seria vendida em chácaras e sítios.

José Ribeiro de Almeida, diretor comercial, era um homem fora da realidade, pensava em vender lotes nos Estados Unidos e Argentina. Não vendeu um lote sequer.

Impressionava-o que a planta da cidade fora elaborada por Prestes Maia, e discutida num congresso urbanístico nos Estados Unidos.

Prestes Maia recebia balancetes mensais e me manifestava temor pelo futuro da sociedade; eu procurava Quintino, e este parecia um Deus no Olimpo, nas alturas teria o poder de soluções mágicas. Até que um dia, ele me procurou em casa, confessando sua insolvência, já prevista. A situação era desesperadora. Eu tinha avalizado os títulos, era Presidente da Companhia Imobiliária Campineira, recém-constituída, os avais dos demais quotistas não tinham peso. Tomámos uma solução heróica, exigimos a saída de todos os quotistas, formei uma nova sociedade, assumindo a Presidência. A nova diretoria era formada por elementos representativos da sociedade de Campinas: Dr. Arlindo de Lemos, Presidente da Câmara Municipal de Campinas; Dr. Edmundo Barreto, advogado respeitado e de renome; Dr. Domicio Pacheco e Silva, engenheiro de inteligência aguda e com grande prática de loteamento; Dr. Vicente Silva, médico do Hospital Vera Cruz; João Brasio, corretor e meu íntimo amigo; Augusto Nadalutti, homem de ação e determinação; e Simão Podolsky, estudante de engenharia.

Conseguimos com um trabalho incansável ampliar o capital social com clientes de meu escritório, que subscreveram ações e com as entradas parceladas das subscrições e vendas de lotes urbanos, chácaras e sítios íamos amortizando a dívida de Panorama, que se venciam por horas e não por dias. Cada diretor avalizava um décimo dos títulos e eu todos. Foi um trabalho penoso, gigantesco, levou 15 anos, e ao mesmo tempo fomos abrindo as ruas, estradas e construindo os primeiros prédios.

O trabalho era árduo, os novos acionistas queriam saber onde ficava Panorama e a maior parte subscreveu as ações para ajudar o advogado amigo, foi uma demonstração de profunda solidariedade.

Lembro-me que Francisco Volpi me perguntou se os seus netos iriam receber dividendos. Respondi: os seus bisnetos. Ele sorriu e subscreveu.

Ficava tão cansado que muitas vezes, manifestando minha mulher vontade de ir ao cinema, eu me recostava na cama com capa e guarda-chuva na mão, enquanto ela se preparava, e eu adormecia profundamente com guarda-chuva na mão, ela não me acordava e assim amanhecia.

Foram 15 anos de luta, de sacrifício. Não tivéssemos nervos de ferro, fibras de aço, o empreendimento teria fracassado.

Só conseguimos pagar as dívidas desviando o trator adquirido para trabalhar na abertura de ruas e estradas em Panorama, para Campinas,

realizando aqui os mesmos trabalhos em loteamentos da Companhia Imobiliária Campineira.

Quando começamos a vender lotes em Panorama e receber as prestações, Juscelino construía Brasília, provocando inflação e as prestações perdiam a expressão monetária. Os Bancos não tinham interesse em fazer a cobrança e muitos sitiantes levavam anos para pagar as prestações dos sítios, alegando más colheitas. Não havia B.T.N. Não foi fácil.

E neste quadro tínhamos que construir os primeiros prédios em Panorama: casa da administração, casa de máquinas, compra de gerador de força, igreja, casa paroquial, hotel e outros.

O hotel foi construído por Amador Lombello, com a supervisão de Augusto Nadalutti, que foi muito dedicado e enérgico. Elemento decisivo nos primeiros anos. Construí, com recursos pessoais, uma cerâmica para fornecer tijolos e telhas para as primeiras construções, casa para o médico que trouxe do Rio de Janeiro, e uma casa para meu irmão Milton, que mais tarde seria Prefeito, e o diretor João Brasio construiu um prédio onde se instalou a Prefeitura Municipal e outro destinado ao comércio.

Os meus amigos demonstravam perplexidade; eu repetia ao Rodian Podolsky - que não se cansava de exteriorizar a sua admiração - um provérbio de Portugal: mais vale amigo na praça do que dinheiro em caixa. Podolsky, que numa tomou parte em qualquer diretoria, era um gênio comercial, e dava-me conselhos, orientação, e teve a idéia de organizar as caravanas para Panorama, interessando terceiros na compra de lotes. Trabalhámos 15 anos sem receber honorários, e as despesas de viagens pagas pelo nosso bolso. Conseguimos pagar todo o débito de Panorama, honramos os avais, e deixamos um exemplo aos filhos, e não desapontamos o grande urbanista Prestes Maia.

Tivemos a sorte de eleger como primeiro Prefeito de Panorama, Paulo de Arruda Mendes, que se tornou amigo de Jânio Quadros, então governador de São Paulo, e conseguimos obras importantes para o município: grupo escolar, posto médico, posto de puericultura, ginásio do Estado. Jânio Quadros nos perguntou sorridente e cético: o ginásio cabe em Panorama? Até uma Escola para Agricultura, para formação de capatazes, que não funcionou.

Para elevar Panorama a município trabalhou com muita eficiência o grande amigo Antonio Durão, fazendo recenseamento da população. Ele

tinha o dom de divisar moradores até na própria copa das árvores e apresentava um quadro de habitantes tirado de um algum livro de Kafka - a realidade andava casada com fantasmas, que eram portadores de títulos de eleitor. Foi um espanhol das Arabias. Arrendamos terras para aumentar a população. Muito nos ajudou na Assembléia Legislativa do Estado o deputado Rui de Almeida Barbosa, como Presidente da Casa, para elevação de Panorama a município.

Conseguimos no Ministério da Agricultura a criação da Colonia de Pescadores, e me lembro muito bem que o funcionário que deveria apresentar o relatório sobre a possibilidade de criá-la no então Porto Marrecas, quando lhe mostrámos o mapa do Estado de São Paulo, às margens do Rio Paraná, coberto de matas, teve um medo enorme de ser atacado por onças.

Foi uma hora divertida na repartição; o mesmo arregalava os olhos de tal forma que se tornaram do tamanho de um pires. O deputado federal Pedroso Júnior nos ajudou muito junto ao Ministério da Agricultura para este fim e para a instalação do Tabelionato em Panorama.

Prestes Maia, além da planta da cidade, previu a criação de um anel de chácaras a fim de propiciar alimentos para a futura cidade. E o restante dos 2.700 alqueires foram divididos em sítios, trabalho entregue ao agrônomo Emilio Noronha Figueiredo, que fez dois aniversários para receber os seus salários; a justiça começa por casa, era um nosso primo.

Ele dizia que Deus lhe poderia ter dado um primo mais liberal.

Cultivava-se então no município, naquela época, amendoim, mamona, algodão, arroz e um pouco de café, e criava-se nas ruas de Panorama muito cabrito, mais tarde surgiram invernadas, pois, os pequenos sítios foram desaparecendo, agregando-se uns a outros. É muito difícil, no Brasil, principalmente no sertão, a reforma agrária, com pequenos módulos, tudo no nosso país é dinâmico, nada é estável.

Tivemos contra-tempos, homens poderosos de Tupy Paulista lutaram para desviar o trajeto da Paulista para Paulicéia.

A colonização de Panorama não foi fácil: distava 180 quilômetros da última estação da Paulista, em Tupã, e o caminho depois de Dracena era constituído de trilho na mata.

Voltávamos de lancha pelo Rio Paraná até Porto Epitácio, aí seguia pela Sorocabana até Presidente Prudente, e voltávamos de avião até São Paulo, depois Campinas.

No percurso a paisagem era edênica: bandos de araras, de garças, graúnas, maitacas, pássaros pousados nas margens das ilhas que fugiam ao aproximar a lancha, macacos nas árvores, jacarés, capivaras, antas, veados. A quantidade de peixe era enorme.

Encontrávamos escafandristas pesquisando ouro no Rio Paraná, sonho dos bandeirantes atrás de riquezas imaginárias. E, às vezes, encontrávamos com bandidos, às margens do Rio Paraná, do lado de Mato Grosso, fugidos da Polfícia Paulista. Tinham fisionomias ameaçadoras.

As dificuldades foram enormes, a Paulista levou anos para chegar em Panorama, um acontecimento memorável, com a presença de Carvalho Pinto, do governador de Mato Grosso e do Presidente da Votorantim. Fizemos um discurso tão sentido, tão apaixonado, que o governador de Mato Grosso queria nos levar a Cuiabá para ajudá-lo nas suas campanhas polfticas.

Alguns visitantes percorreram o patrimônio de charretes, único meio de transporte existente na cidadezinha, além de um Ford lendário.

Falando da chegada da Paulista nos lembramos de narrar um incidente: tínhamos permitido que alguns nordestinos ocupassem precariamente a área do Porto, com a cláusula escrita de que sairiam assim que o Dr. Jaime Cintra, Presidente da Paulista, o solicitasse. Eles levantariam as barracas, sem direito à qualquer indenização pois a posse era dada a título precário.

Quando o Dr. Jaime Cintra solicitou-nos a entrega do Porto, com exceção de um, os demais se recusaram a devolver os lotes, alegando que eram terrenos da Marinha. Fomos obrigados a entrar em Juízo, com uma medida possessória, mas o Juiz da Comarca que estudava no Fórum russo numa gramática inglesa-russa, declarou-me que era contra o progresso, que conseguisse a minha pretensão no Tribunal, em recurso.

Fiquei, no momento, desorientado. Mas os fatos evoluíram em meu favor: ele fora convocado para substituir o juiz de Jundiá, isto depois da audiência marcada em Panorama e, eu, dias antes, fui a Jundiá solicitando ao juiz que estivesse em Dracena no dia da audiência. Ele alegou que todas as passagens da estrada de ferro estavam esgotadas, propús levá-lo de avião, recusou alegando que sua senhora não viajava de avião, então pús o meu carro à sua disposição e nele viajaria um funcionário da Prefeitura de

Panorama, meu amigo particular, conhecidíssimo no patrimônio. Sai na frente e chegando à Dracena com bastante antecedência disse aos posseiros que estavam reunidos na frente do Fórum que era melhor fazerem um acordo comigo: o juiz chegaria em seguida com o meu carro acompanhado do Julio Barata, meu funcionário. Ficaram assustados e recebendo uma quantia razoável (que lhes não era devida) levantaram as barracas.

Só um conhecido por Paraíba fizera um acordo comigo, muito vantajoso para ele, dizendo com humor: briga de rico com pobre é o mesmo que corrida entre cavalo e jumento. As dificuldades foram imensas, não tivéssemos pulso de ferro, nervos de aço, a empresa teria malogrado. Muitas vezes levantava vôo de “teco-teco” do Campo dos Amarais, em Campinas, para descer dentro do patrimônio num campo de aviação improvisado junto ao córrego Marrecas.

Lembro-me que nos foi muito difícil comprar um trator para abertura de ruas e caminhos vicinais. Trator não era encontrado em nenhuma praça comercial do Brasil; os Estados Unidos estavam empenhados em guerra na Ásia e todo o parque industrial americano trabalhava para a guerra.

Pedimos aos deputados federais amigos, Ernesto Pereira Lopes e Silvestre Ferraz Igreja que nos acompanhassem até o Ministro da Agricultura João Cleophas, no governo Getúlio Vargas, na tentativa de obter o trator por intermédio do mesmo. Qual não foi o nosso espanto quando ele nos respondeu que como usineiro em Pernambuco estava também com o mesmo problema, procurava em vão adquirir um trator.

Outra vez, o trator ficou parado por falta de peça, que não era encontrada em parte alguma: visitámos uma firma estrangeira, concessionária de venda de tratores e com parque imenso para conserto dos mesmos, comunicamos ao gerente a nossa situação de desespero. O gerente sorriu, mandou tirar de um trator à espera de conserto a peça que nós procurávamos e m'a entregou. Despiu um santo, vestiu outro.

Fomos vítimas de tentativas de invasão de terras, uma planejada por um fazendeiro de Marília. Fomos avisados a tempo que eles viriam acampar numa clareira da mata e lá os esperamos escondidos.

Quando chegaram de caminhão, nossos homens saíram da mata e apontando armas, gritaram: não desçam, mãos ao alto, senão morrem. Foram desarmados e presos, e levados à delegacia. O nosso administrador

em Panorama, era um homem destemido, Aguiar. O dono do caminhão, ajoelhado, pedia pelo amor de Deus que não lhe queimasse o veículo, fora ameaçado, pois, de nada sabia. Foi poupado.

De outra vez, um inglês fez à socapa uma casinha na mata para iniciar uma posse; o rancho foi queimado, e ele desarmado de um belo revólver que lhe devolvemos em Campinas. Ele nos exibiu um documento particular de venda de terras que poderia se colocar em qualquer ponto da terra - um coringa. Disse-lhe que colocasse o coringa em outro lugar.

A luta foi digna de um D. Quixote. José d'Incau, vendedor das terras, e que se tornou um amigo, numa de suas viagens à Itália trouxe-me de presente uma linda estatueta representando D. Quixote de La Mancha. Realmente, eu fora o D. Quixote do sertão.

Pagas todas as dívidas, sabe Deus com que sacrifício, abertas as ruas e estradas vicinais, vencidos já vários mandatos de Prefeito, doente, nos retiramos da empresa.

Dr. Prestes Maia, além de grande urbanista, era um homem desapagado de dinheiro: sentindo as dificuldades financeiras de Panorama, não apresentava a conta de seu laborioso e magnífico trabalho. Para pagá-lo, arbitrei no meu cérebro uma certa quantia, fui ao seu escritório em São Paulo, e não conseguindo que a recebesse, deixei o envelope com o dinheiro na sua escrivaninha e sai rápido de tal forma que ele não me alcançasse.

Tive companheiros dedicados que me ajudaram: no princípio Augusto Nadalutti, homem de ação e enérgico, e João Brasio, caráter sereno, entusiasta de empreendimento, espírito conciliador, e muito habilidoso na prática comercial. Um companheiro inesquecível, Rodion Podolsky ajudou-me muito, com os seus conselhos, era um gênio comercial, pessoa muito querida, meu companheiro na Companhia Imobiliária Campineira, homem de grande visão e um nobre nos gestos e atitudes, mas nunca tomou parte na Diretoria.

Dois moços italianos tentaram nos primeiros anos montar um estaleiro em Panorama para construção de barcos modernos; não tiveram êxito, Panorama ainda era sertão bravo.

NEUKOMM E A. MAERSCH, MÚSICOS, E DE SIMONI, LIBRETISTA, PRECURSORES DO NACIONALISMO MUSICAL BRASILEIRO

Carlos WEHRS

Apontados, classicamente, precursores do nacionalismo na música brasileira, Elias Álvares Lobo e Brasílio Itiberê da Cunha têm, no presente trabalho, colocada em dúvida essa primazia. São, curiosamente, estrangeiros os que, no Rio de Janeiro, cada qual em seu setor, com eles disputam essa posição. Mas é possível que, antes destes, ainda outros tenham existido.

O primeiro grande impulso ao desenvolvimento das artes no Brasil, deu-se ao tempo do Reino Unido, com a vinda de mestres europeus, portugueses e não portugueses; foi, porém, durante o extenso reinado de D. Pedro II que, sobretudo a música mais se beneficiou. Essa aragem de cultura, que soprou em direção ao nosso país, iniciou-se, propriamente, com a vinda da Missão Artística Francesa, aqui aportada em março de 1816. Isso, com relação às artes plásticas. Quanto à arte de Euterpe, foi menos generosa a contribuição estrangeira, mas não menos útil e importante. Destaca-se, entre esses poucos expoentes da música que nos procuraram naqueles primórdios, a figura de Sigismundo Neukomm.

Teve sabor especial o embarque desse artista austríaco para o Rio, uma vez que se deveu a episódio fortuito: encontrando-se ele em Paris, e tomando conhecimento da viagem da missão artística comandada por Lebreton, nasceu-lhe a vontade de também conhecer o Novo Mundo. Seguiu, então, para o Brasil, o duque de Luxemburgo, como embaixador extraordinário de Luís XVIII, para cumprimentar D. João VI por sua

ascensão ao trono e, ao mesmo tempo, cuidar de restabelecer as relações diplomáticas entre França e Portugal. Neukomm, conhecido em toda a Europa culta, ofereceu seus serviços ao marquês de Marialva e a seu sucessor, Francisco José Maria de Brito, e conseguiu do duque de Luxemburgo ser integrado em sua comitiva diplomática. Nessas condições chegou à Corte em 30 de maio de 1816, trazendo no bolso carta assinada pelo Príncipe Talleyrand, recomendando-o ao conde da Barca, uma das mais influentes figuras da corte joanina, que o recebeu e o hospedou em sua residência.

Permanecendo Neukomm na Corte por mais tempo do que o inicialmente previsto, e logo reconhecida por todos sua extraordinária cultura musical, viu-se, a 16 de setembro do mesmo ano, por decreto real, nomeado Mestre-de-Capela da Corte de S. Cristóvão, com vencimentos de 800\$000 anuais, para prestar serviços como compositor e executante. Lecionou, também, sua arte, e entre seus discípulos mais pre-eminentes contam-se o Príncipe D. Pedro, sua consorte D. Leopoldina, a Infanta Isabel Maria, e até o então jovem Francisco Manuel da Silva.

Neukomm retornou à Europa em 15 de abril de 1821, mas durante o lustro passado no Rio de Janeiro, além das atividades docentes e dos concertos, compos música, entre a qual sobressai, pela originalidade, em 1819, um capricho para piano intitulado *O amor brasileiro*, “em linhas haydnianas”.¹ A originalidade referida prende-se ao tema utilizado para o mesmo: um lundu brasileiro, tendo sido, dest’arte, “pioneiro na utilização de temas brasileiros na música erudita, cinquenta anos antes que Brasília Itiberê da Cunha empregasse o tema popular ‘Balaio, meu bem, balaio’, em sua fantasia para piano *A Sertaneja* (1869)”².

Se a respeito de Neukomm os dados são contraditórios, acerca de Adolfo Maersch, outro músico de mérito, mas da década 1849 - 1858, europeu também, autor de várias peças menores mas também de uma ópera e de uma fantasia-sinfonia, tomando como temas a modinha brasileira, pouco sobre ele se conhece, e, por muito que garimpássemos, os resultados foram modestos.

Verificamos, por exemplo, que Maersch desembarcou no Rio de Janeiro em 1849, vindo da Alemanha, sua terra natal. Filho de músico - seu

(1) Benevides, Walter C. de Sá e - O mecenato de D. Pedro II na música. Anais do Congresso de História do Segundo Reinado, v. I, p. 173. Rio de Janeiro, IHGB, 1984.

(2) Enciclopédia de música brasileira. São Paulo, Art, 1977.

pai fora chefe de orquestra em Stettin, na Pomerânia - ele próprio estudara essa arte com dedicação, chegando a doutorar-se em música. Sabe-se, também, que antes de vir ao Brasil, em 1846, quando membro do Teatro de Gotha, foi distinguido pela duquesa reinante com presente de valioso alfinete, como retribuição à oferta que lhe fizera de um caderno de músicas a ela dedicado.³

Desconhecemos os motivos que o levaram a abandonar esta situação cômoda na Alemanha; podemos supor estar ligada sua viagem ao estrangeiro, à delicada situação política, que seu país atravessou em 1848. Certo é, que a partir de 1850, até 1858, encontramos-lo no Rio de Janeiro, lecionando canto, piano e composição, “por método novo”, conforme anunciava⁴, no largo do Castelo, na rua dos Arcos n^o 6, e na rua do Livramento, n^o 22.⁵

Entre nós, foi Aires de Andrade, musicólogo, professor, e saudoso crítico musical do desaparecido diário *O Jornal* (do Rio de Janeiro), quem alertou para esse artista quase desconhecido - não consta o seu nome das enciclopédias nem dos dicionários especializados - informando ter sido aluno da Academia Real e Filarmônica de Berlim, e alinhavando alguns dados acerca de sua obra, chamando especial atenção para o fato de ter escrito sua ópera *Marília de Itamaracá*, versando assunto brasileiro, alguns anos antes de ter surgido *A Noite de S. João*, ópera de Elias Álvares Lobo, geralmente considerada a primeira obra brasileira no gênero.⁶

É questão pacífica ter subido à cena, a 14 de dezembro de 1860, no Teatro S. Pedro de Alcântara, no Rio de Janeiro, a ópera *A Noite de S. João*, baseada em texto de José de Alencar, graças à Ópera Lírica Nacional. Lobo, no ano seguinte, escreveu outra ópera, *A Louca*, com libreto de Aquiles de Miranda Varejão.

Ao mesmo tempo em que Maersch ministrava aulas de música, aplicava-se à composição, e, no final da década passada entre nós, havia

(3) *Allgemeine Musikalische Zeitung*, v. 48, p. 84.

(4) *Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Provincia do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1850, 1854, 1858 e 1881. *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro), 24-11-1857, 11-12-1857 e 21-12-1857.

(5) Santos, Maria Luiza de Queiroz Amâncio dos (Ilza Queiroz Santos - *Origem e evolução da música em Portugal e sua influência no Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942.

(6) Andrade, Ayres de - *Francisco Manuel da Silva e seu tempo*. Rio de Janeiro, 1967. 2 vs. (Col. Sala Cecília Meireles).

escrito polcas, hinos, variações e fantasias sobre temas locais, inclusive sobre o Hino Nacional, uma ópera completa, etc., muitas delas publicadas e ainda hoje existentes em acervos públicos e particulares.

Como é sabido, em 12 de setembro de 1854, foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamin Constant), então sediado na Gamboa, na rua do Lazareto, nº 3, na propriedade em que outrora residira um dos barões do Rio Bonito, constituindo os primeiros passos dessa nobre instituição prova do que são capazes altruísmo e solidariedade humana. Teve, desde sua instalação, um professor de braille e um de música. Este último era cego e chamava-se Joaquim José Lodi. Mas Lodi pouco tempo lecionou, pois veio a falecer em 3 de novembro de 1855, vítima de ataque de apoplexia fulminante. No dia 1º de dezembro do mesmo ano foi preenchida a vaga pelo Dr. Maersch que, porém, só em 29 de janeiro do ano seguinte obteve o título de sua nomeação, quando também principiou a vencer o seu ordenado. Naquela época o professor de música desta instituição percebia apenas uma gratificação de 600\$000 anuais, o mesmo que o capelão e professor de religião ou o professor de primeiras letras; o médico e o inspetor de alunos tinham de contentar-se com 400\$000 cada, e o diretor do estabelecimento - a esse tempo o Dr. Xavier Sigaud - ganhava 1.600\$000⁷, embora ele e a família residissem na casa.

Naquele final de ano (1855), como depois se tornaria tradição, o Imperial Instituto recebeu a visita de D. Pedro II e de D. Teresa Cristina Maria. Para a festiva data, 6 de dezembro, conseguira-se, às pressas, ainda a pavimentação da rua, graças aos bons ofícios do sr. Haddock Lobo, membro da Ilustríssima Câmara, e, convenientemente dispostos, à chegada do eminente Casal e sua comitiva, os internos entoaram o Hino Nacional. Começaram, em seguida, os exames de leitura, escrita, aritmética e História Sagrada, além das provas de música: teoria, música vocal e instrumental, com distribuição de prêmios aos mais bem colocados. Na segunda parte do programa foram cantados o *Veni Creator* e, ensaiado à última hora, um *Hino à Virgem Maria*, música de Adolfo Maersch e poesia do cônego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, vice-diretor do estabelecimento.

Na segunda visita do Casal Imperial aos “Meninos Cegos”, como abreviadamente era conhecida a instituição, em 4 de dezembro de

(7) Costa, Cláudio Luiz da - *História cronológica do Instituto dos Meninos Cegos*. Ms do IHGH, lata 245, doc. 10.

1856, já falecido Xavier Sigaud e substituído pelo Dr. Cláudio Luís da Costa, após os exames de praxe, foi cantado, pela primeira vez em público, o *Hino dos Cegos*, música de Maersch e letra do cônego Fernandes Pinheiro. Maersch e os demais professores esforçavam-se para acelerar o aproveitamento dos alunos, mas o aprendizado era lento e exigia paciência ilimitada. Ainda assim conseguiu Maersch, durante o ano de 1857, ensinar a algumas crianças mais dotadas o suficiente para no final daquele ano poderem ser exibidas, por ocasião do grande concerto beneficente, ao Teatro Lírico Fluminense, e sobre o qual daremos notícia minuciada em página adiante.

Mas, passados os exames finais daquele ano, diante de Suas Majestades, no dia 7, e o grande concerto acontecido a 12 de dezembro, e não tendo até então havido perspectivas de melhoria nas gratificações percebidas pelo corpo docente, em janeiro de 1858, pediu demissão de professor de religião, capelão e de vice-diretor o Cônego Fernandes Pinheiro, e Adolfo Maersch comunicou “que só continuará no Instituto se lhe for permitido dar menor número de lições, em horas diferentes das que até então emprega, prevenindo-nos que isso mesmo seria por poucos meses, por se achar determinado a retirar-se para a Europa”. O diretor, Dr. Cláudio Luís da Costa não concordando com estas pretensões, começou a procurar alguém que o substituísse, para demitir Maersch. Escreve ainda Cláudio Luís da Costa: “Forneceu-nos este acontecimento a oportunidade para expormos ao Comissário do Governo quanto eram exíguos os ordenados que a Tabela Provisória marcava para os empregados do Instituto, comparadas com as de outras da mesma categoria, mas de muito menor trabalho, sendo desanimadora tal desigualdade”⁸. Fez-se, então, nova Tabela, em projeto, que dobrava os vencimentos dos professores (o de música venceria 1.200\$000 anuais), mas Maersch não alcançou qualquer melhoria salarial.

Acrescenta-se aos modestos vencimentos, o fato de que, em 1857, pela primeira vez, adoeceram alunos do Instituto, de febre amarela, felizmente com só uma vítima fatal. Mal-pago e ante a ameaça de recrudescimento da febre nos próximos meses de canícula, “Adolfo Maersch autorizou-nos a pedir a sua demissão de professor de música do Instituto, por uma carta que nos escreveu no 1º de setembro (de 1858), que imediatamente levamos ao conhecimento do Governo”. Relata ainda Cláudio Luís da Costa: “Incessantemente procuramos professor que o substituísse, e as propostas de

(8) Costa, Cláudio Luiz da - Obra cit.

alguns que se nos apresentaram, foram objeto de várias participações oficiais ao Comissário do Governo e Ministro do Império, sendo todas essas propostas inadmissíveis, ou pela exorbitância de ordenados que reclamavam, ou por partirem de indivíduos sem as convenientes habilitações para a instrução ou impróprios para qualquer magistério. Felizmente, 10 dias depois que Maersch deu sua demissão, apareceu o prussiano Guilherme Lourenço Schultze, distinto professor de música, instruído nas regras de contraponto, organista e pianista, com todos os outros bons predicados para o professorado...”⁹ Schultze, ainda naquele ano de 1858, presente mais uma vez o Imperador, fez seus alunos executarem, acompanhados pelo “órgão harmônico”, tocado pelo aluno José Pinto Serqueira (sic), um Padre Nosso de autoria de Adolfo Maersch.

Mais tarde foi ampliado o quadro de professores de música do estabelecimento, e, além de Guilherme Lourenço Schultze e de D. Adèle Maria Luísa Sigaud (filha cega do primeiro diretor da Casa), figurou ali também o nome do professor Rafael Coelho Machado, português, chegado ao Rio de Janeiro em 1835.

A partir de 1859 não mais aparece Maersch entre os professores de música do Almanak Laemmert; apenas restaram no Rio de Janeiro as suas obras:

Obras de Adolfo Maersch, escritas no Brasil (1849 - 1858), compilados em fontes diversas (até nov de 1991):

ADOREI UMA ALMA IMPURA*), de 1857 (variações e fantasia sobre a modinha desse nome);

ALTA NOITE TUDO DORME*), de 1857 (variações brilhantes sobre motivos desta modinha de F. S. Noronha), para piano (música nº 1 do álbum);

CAFÉ COM LEITE, polca, editada por Buschmann & Guimarães, Rio de Janeiro (seg. informação de Sr^a Mercedes Reis Pequeno);

CANÇÃO DO EXÍLIO. Esse poema de Gonçalves Dias foi posto em música em 1851, para canto e piano. 4 ps.;

CÂNDIDA. É a música para piano nº 18, do Ramalhete de quadrilhas e contradanças, publicado pela Imperial Imprensa de Música de

(9) Costa, Cláudio Luiz da - Obra cit.

Filippone e Tornaghi, rua do Ouvidor, 101, Rio de Janeiro, entre 1855 e 1858;

COITADINHO, polca, de 1858 (seg. informação da Sr^a Mercedes Reis Pequeno);

A CONFEDERAÇÃO DOS TAMOIOS, fantasia-sinfonia com canto, baseada na obra de Domingos José Gonçalves de Magalhães, em 6 quadros;

ERVA MIMOSA DO CAMPO*), datada de 1857, variações e fantasia sobre a modinha desse nome;

A FADA DE TERESÓPOLIS, valsa, “composta e respeitosamente dedicada a S. M. A Imperatriz do Brasil”, em 10 ps. para piano; editada na rua dos Ourives, 61 (Von Sydow, cujo nome não consta), Rio de Janeiro;

FANTASIA SOBRE O HINO NACIONAL, com variações, dedicada ao maestro Francisco Manuel da Silva, impressa pela casa editora Raphael & Cia., Rio de Janeiro (apud V. Cernicchiaro);

A FEITICEIRA, xote, de 1852 (informação de D. Mercedes Reis Pequeno);

HINO DOS CEGOS, composto para os internos do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, com letra do Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, vice-diretor da instituição. Primeira execução em público e perante SS.MM.II., em 4 de dezembro de 1856);

HINO À VIRGEM MARIA, com letra do Cônego Fernandes Pinheiro; primeira execução em público e diante de SS.MM.II. em 6 de dezembro de 1855;

MARÍLIA DE ITAMARACÁ OU A DONZELA DA MANGUEIRA, ópera datada de 1854, com libreto de Dr. Luís Vicente De-Simoni. Também em 1854 foi publicado álbum, contendo seus principais trechos, por Salmon & Cia., Rio de Janeiro;

MEU CORAÇÃO VIVIA*), de 1857, variações e fantasia sobre motivo da modinha desse nome;

MINHA MARÍLIA NÃO VIVE*), de 1857, variações e fantasia sobre motivos da modinha desse nome;

NOVOS ARES, NOVOS CLIMAS*), variações brilhantes sobre motivos dessa modinha de M.S. Queiroz, para piano;

(*) As músicas marcadas com asterisco, seis em número, variações e fantasias sobre motivos das modinhas citadas, compõem o álbum FLORES GUANABARENSES, publicado por Salmon & Cia., rua da Assembléia, nº 86, Rio de Janeiro, em 1857.

- ONÁLIA, polca, edição de Buschmann & Guimarães, Rio de Janeiro (informação da Sr.^a Mercedes Reis Pequeno);
- PADRE NOSSO, primeira apresentação em público em 10 de dezembro de 1858, a cargo do Prof. Guilherme Lourenço Schultze, no Imperial Instituto dos Meninos Cegos, quando Maersch já não se encontrava no Brasil;
- A SAUDADE ROXA, música n.º 4 do Álbum de Armia - Gemidos sobre túmulo de uma brasileira, de 1855, com poesia de José Albano Cordeiro Júnior, edição de Frion e Raphael, rua dos Ourives, n.º 61, Rio de Janeiro;
- A SEPULTURA, variações sobre música de Rafael Coelho Machado, professor de música no Rio de Janeiro e, mais tarde, também no Imp. Inst. dos Meninos Cegos (informação da Sr.^a Mercedes Reis Pequeno);
- VALSA (para 8 mãos), apresentada em 12 de dezembro de 1857, por quatro meninos cegos, no Teatro Lírico Fluminense, Rio de Janeiro.

Deste rol, que acreditamos não ser maior (e mais completo) em conseqüências das precárias condições em que se encontram os acervos públicos - exceção honrosa para a Biblioteca Nacional - alguns até mesmo inacessíveis à pesquisa, por temporariamente fechados, merecem destaque duas obras: a ópera *Marília de Itamaracá* ou a *donzela da Mangueira* e a *Confederação dos tamoios*, fantasia-sinfonia com canto, baseada no poema homônimo do então futuro visconde de Araguaia. Esta peça musical foi apresentada pela primeira vez ao público, presentes SS.MM.II., no dia 12 de dezembro de 1857, no Teatro Lírico Fluminense. Através do *Jornal do Comércio* (do Rio de Janeiro) dos dias 24 de novembro de 12 de dezembro daquele ano, tomamos conhecimento de como se compõe a obra e quem a interpretou na estréia:

- 1.º quadro: No mato virgem do Brasil - orquestra;
- 2.º quadro: Alocução de Aimbiré aos Tamoios - executada pelo sr. Susini e coros, com orquestra;
- 3.º quadro: Sonhar à beira-mar - orquestra;
- 4.º quadro: O beija-flor e o sabiá - orquestra;
- 5.º quadro: Melancolia de Iguaçu e de Aimbiré - orquestra;
- 6.º quadro: Os adeuses de Iguaçu e de Aimbiré - orquestra.
- Estas cantorias são executadas pela sr.^a Marchal (Iguaçu), pelo sr. Susini

(Aimbiré) e pelos srs. do coro (tamoios). Tudo é acompanhado a grande orquestra”.

No mesmo espetáculo, parte primeira do programa, ao lado de autores consagrados, como Weber, Lortzing, Beyer, Schulhoff, Rossini e Cimarosa, o público que compareceu a esse grande concerto que os internos do Imperial Instituto ofereceram em benefício do Recolhimento de Santa Teresa e do Colégio da Providência da Associação de Caridade, travou conhecimento também com trechos de **Marília de Itamaracá**: não só a soprano Julienne Déjean interpretou uma ária, como foi também executada uma fantasia sobre motivos dessa ópera, em três pianos, tendo tocado, além de Adolfo Maersch, o professor Achille Arnaud e o concertista Guilherme Weiss (único aluno que Sigismund Thalberg admitiu em sua estada no Rio de Janeiro, em 1855). Informa ainda o referido jornal, que os pianos utilizados foram da marca Érard.

Conforme mostramos linhas acima, data **Marília de Itamaracá** de 1854, ano em que era para ser encenada no Teatro Provisório, por João Caetano. Essa casa de espetáculos, inaugurada dois anos antes, apesar do nome funcionou até abril de 1875. Em 1854 foi rebatizada para Teatro Lírico Fluminense; era, à época e por muito tempo seria ainda, ponto de encontro do mundo elegante carioca, que a ele acorria para assistir a espetáculos líricos, sinfônicos e de balé. Ficava no Campo de Sant’Ana, nas imediações da rua do Hospício (atual Buenos Aires). Mas a encenação não chegou a ser feita e, no ano seguinte, 1855, apenas a abertura sinfônica foi executada, em 3 de agosto, pelo já citado virtuose suíço Thalberg, sob a regência do maestro Gioacchino Giannini. Sabe-se, através de Aires de Andrade, que a biblioteca da Escola de Música da Universidade Federal do Rio de Janeiro, na rua do Passeio, possui exemplar instrumentado dessa obra, acreditando Andrade tratar-se, provavelmente, do original (ver cap. XV vol. I, em **Francisco Manuel da Silva e seu tempo**, desse autor). Mas, em 1854, os principais trechos de **Marília de Itamaracá** foram também publicados em álbum, para canto e piano, por Salmon & Cia., Rio de Janeiro.

Citada ópera enquadrava-se bem no espírito reinante na época, quando alguns músicos idealistas e o Governo Imperial se esforçavam para que as óperas, levadas à cena no Rio de Janeiro, fossem cantadas em português. Nesse sentido criou-se, em 1857, a Imperial Academia de Música e Ópera Nacional, graças sobretudo à atuação de D. José Zapata y Amat,

espanhol, e do nosso Francisco Manuel da Silva. A ópera de Maersch datava de 1854; precedeu, portanto, de 3 anos e instalação de Ópera Nacional.

Se a música de **Marília de Itamaracá** foi escrita por um alemão, o texto, em português, saiu da pena de um italiano, De Simoni. Luís Vicente De Simoni, médico, em sua terra natal já pertencera a uma agremiação de belas-letas, a Academia Literária dos Concordes, em que atuara como secretário e onde usara o nome arcádico de Dermino Lubéo. Chegado ao Rio de Janeiro, em 1817, trabalhou como médico-adjunto na Santa Casa de Misericórdia, até transferir-se para Moçambique, onde, como físico-mor, atuou durante três anos, retornando ao Rio de Janeiro em 1822. É por demais extensa a lista de suas atividades médicas, docentes e literárias, para aqui ser detalhada, mas não se deve omitir haver exercido, ao lado da profissão liberal, o cargo de professor de língua e literatura italianas no Imperial Colégio de Pedro II, e das princesas Isabel e Leopoldina Teresa¹⁰. Em 1827 voltara a labutar na Santa Casa, já como médico efetivo, até 1852, e foi sócio-fundador da Sociedade de Medicina (depois Academia Imperial de Medicina e, hoje, Academia Nacional de Medicina), da qual participou ativamente, desde sua primeira sessão da Reunião Preparatória de Fundação, em 28 de maio de 1829, até 1873, como membro da Diretoria (e depois ainda como Secretário Perpétuo).

Até o seu falecimento, ocorrido no Rio de Janeiro, em 10 de setembro de 1881, escreveu e publicou dezenas de trabalhos, ora sobre Medicina, ora sobre literatura, em italiano, português e latim, tendo traduzido, inclusive obras clássicas, para o vernáculo.

Marília de Itamaracá não foi seu primeiro texto dramático, musicado no Brasil. Escrevera o **d'O Califa de Bagdá**, ópera musicada pelo tenor espanhol Paulo Rosquellas, e encenada no Real Teatro de São João (existente onde hoje se ergue o Teatro João Caetano), em 1820, ao tempo em que se encontrava em Moçambique, ainda, portanto, no reinado de D. João VI, e o poema lírico, a cantata **Harmonia Celeste no Brasil**, posta em música pelo maestro Gioacchino Giannini, e representada em 2 de dezembro de 1851, no Teatro São Januário, na praia de D. Manuel (depois rua desse nome). No catálogo da Biblioteca Nacional encontra-se o libreto de **O Califa de Bagdá**, redigido em italiano e português, impresso pela Tipografia

(10) Lacombe, Lourenço Luís - **Isabel, a Princesa redentora**. Petrópolis, Instituto Histórico, 1989.

Nacional, constando seu autor como **Dermino Lubéo**, como vimos seu antigo nome acadêmico. O **Califa**, bem aceito pelo público carioca, teve por isso muitas representações, aqui como em Montevideú, para onde o levou o autor da música, então cantor engajado em companhia lírica italiana itinerante.

Ao lançar-se ao imenso trabalho de escrever **Marília de Itamaracá**, toda em versos rimados, com variável número de sílabas De Simoni não era mais jejuno no assunto, o que de certo modo fala em favor de Maersch, cuja capacidade devia conhecer e reconhecer. Vincenzo Cernicchiaro¹¹, escrevendo a respeito desse músico afirmou: “Adolfo Maersch teve fama de bom pianista-compositor em 1851. Nesta época Maersch apresentou-se em concerto público com feliz sucesso” (cap. XX p. 390, op. cit.).

De Simoni escolheu para tema deste libreto um episódio que se teria iniciado durante o domínio espanhol, ao tempo da ocupação holandesa da costa da Capitania de Pernambuco, mais exatamente de 1632 até 1655. Estendendo-se por 23 anos, suas figuras dramáticas são todas brasileiras e portuguesas, ligadas a um fato tradicional, explorando sentimentos patrióticos voltados para o Brasil. A ação transcorre em duas épocas: a primeira, durante a mocidade dos protagonistas, no final de 1632, na ilha de Itamaracá; o 2º ato, durante a Semana Santa, em 1633, ocorre nas proximidades do forte do Bom Jesus, no arraial desse nome, a uma légua de Recife e Olinda. 22 anos depois passam-se os 3º e 4º atos, aquele durante a Semana da Paixão de 1655, no Recife, e este, após a Páscoa, novamente em Itamaracá. No libreto, De Simoni acrescentou ainda um ato intermediário, que transcorre em fins de 1654, no Recife, porém essa parte não foi musicada por Maersch. O drama é tão extenso, que De Simoni lembra a possibilidade de apresentá-lo em duas partes, em noites distintas. E mais: mediando um intervalo de 22 anos entre o 2º e o 3º atos, sugere dois conjuntos de cantores, ficando os de menor porte para os primeiros dois atos. Mesmo abandonando essa idéia, que requereria guarda-roupa dobrado, o elenco é bastante numeroso, entre cantores e figurantes. É o próprio De Simoni quem assim resume o enredo da peça:

“Havia um fazendeiro na supradita ilha, situada ao norte de Pernambuco, entre este e a Paraíba, que tinha uma irmã. Um jovem de Pernambuco

(11) Cernicchiaro, Vincenzo - Storia della musica nel Brasile, p. 390. Milão, Fratelli Riccioni, 1926.

pediu-a em casamento, o qual foi rejeitado. Esse jovem, vendo-se repudiado, foi sentar praça como voluntário no exército de Matias de Albuquerque, então governador de Pernambuco. Na carreira das armas fez grandes progressos, e entre outros feitos, há o seguinte. No ataque, da fortaleza do Bom Jesus, em 1633, na Quinta-Feira Santa, batendo-se denodadamente, foi ferido e julgado morto no arraial, por todo o exército. Esta notícia chegou ao conhecimento da moça, que muito o pranteou. Tendo de partir um navio para Lisboa, logo depois do mencionado ataque, e não se verificando a sua morte, como se havia divulgado, ofereceu-se ele para ir neste navio. Porém lá, entregando-se aos estudos, entrou para a congregação dos jesuítas. Decorreram muitos anos, e quando se acabou a guerra dos holandeses em Pernambuco (em 26 de janeiro de 1654), voltou com outros padres da mesma ordem a Pernambuco em 7 de setembro do mesmo ano. E, visitando a supradita ilha, para ver se ainda poderia descobrir a sua amada, parou à porta da casa onde a tinha deixado, quando sentara praça. Bateu; e quem veio ver quem era, foi a mesma, que ele desejava encontrar: porém ao reconhecê-lo, caiu morta, ou por surpresa, ou julgando talvez ser uma visão. Seus parentes, ou fâmulos, fizeram-lhe o enterro, tecendo uma coroa de jasmims, como era costume às virgens, pois o irmão já não existia. Foi sepultada nas mesmas terras da fazenda, pois que as fazendas, para o norte, costumam ter uma capela da missa, e seu cemitério particular, onde são enterrados os cadáveres; prestando-se-lhe aos officios religiosos o mesmo amante, então padre jesuíta, como dito fica acima, que, depois de concluir tudo, lançou na terra um caroço de manga para marcar o lugar em que tinham ficado inumados os restos da sua amante, cujo fato deu a este lugar o nome, que ainda hoje conserva, de Mangueira do Jasmim, nesta ilha”.

Os cantores e figurantes são os seguintes:

Antônio Pereira de Sousa (rico fazendeiro da ilha de Itamaracá, e capitão-mor), baixo;

Marília (sua irmã, amante de Fernando), 1º soprano;

Amális (sua prima, moradora em lugar próximo da fazenda de Antônio Pereira), 2º soprano;

Carlos de Almeida Flores (rico proprietário de várias fazendas e engenhos, capitão-mor, pretendente de Marília), barítono;

Fernando José do Jasmim (moço camponês, nascido em Pernambuco de pais pouco abastados, estabelecidos depois na ilha de Itamaracá, nas vizinhanças da fazenda de Antônio Pereira, amigo de infância de Marília, e depois seu amante, e enfim padre jesuíta), 1.º tenor.

O Padre Prior (do Colégio dos Jesuítas do Recife), baixo profundo;

O General Matias de Albuquerque (Governador da Província de Pernambuco, chefe do exército luso-brasileiro da mesma Província), baixo profundo;

Um sargento de tropa de linha (filho de Pernambuco), 2.º tenor;

O Bispo da Bahia (de visita em Pernambuco), não fala;

Um criado, que aparece, e fala somente no ato intermediário;

Coros e comparsas (camponeses e camponesas, colonos da ilha e donos de terras próximas da fazenda de Antônio Pereira);

Oficiais e soldados (brasileiros e portugueses de 1.ª linha, de milícias e ordenanças);

Índios e negros;

Dignitários da Igreja, do Fôro, da Administração civil;

Padres jesuítas, frades beneditinos, carmelitas e capuchinhos;

Fâmulos e fâmulas de Antônio Pereira e de Marília;

Escravos e escravas dos mesmos.

Acreditamos ter Adolfo Maersch, depois de deixar o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em setembro de 1858, retornado diretamente para a Alemanha, uma vez que as informações que dele conseguimos colher no exterior, refletem intensa atividade. Dirigimo-nos ao **Répertoire International de Sources Musicales**, seção de Munich, para alguns informes, sendo atendidos pela Dr.ª Gertraut Haberkamp - a quem aqui agradecemos o solícito atendimento - vindo a saber que Adolfo von Maersch foi em sua pátria conhecido como cantor de ópera e compositor, membro do Teatro Municipal de Leipzig, depois, também, dos teatros de Coburg e Frankfurt sobre o Meno. Faleceu em Karlsruhe, no dia 17 de fevereiro de 1863.

FONTES CONSULTADAS

Allgemeine Musikalische Zeitung (v 48 p 184)

Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial da Corte e da Província do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Laemmert, 1850, 1854, 1858 e 1881.

- ALMEIDA, Renato. **História da música brasileira**. Ed. Briguiet, 1942.
- ANDRADE, Ayres de. **Francisco Manuel da Silva e seu tempo**. Rio de Janeiro. Col. Sala Cecília Meireles, 1967, 2 vols.
- AZEVEDO, Moreira de. **O Rio de Janeiro**. Livr. Brasileira Ed. Col. Vieira Fazenda, v. II p. 111.
- BENEVIDES, Walter C. de Sá e. **O mecenato de Pedro II na música**. *Rev. do I.H.G.B., Anais do Congresso de História do Segundo Reinado*. Rio de Janeiro, 1984. v I p 173.
- BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario Bibliographico Brasileiro**. Rio de Janeiro. Conselho Federal de Cultura, 1970.
- CERNICCHIARO, Vincenzo. **Storia della musica nel Brasile**. Milão. Fratelli Riccioni, 1926 (Cap. XX p 390).
- COSTA, Cláudio Luís da. **História cronológica do Instituto dos Meninos Cegos**. Manuscrito na Biblioteca do I.H.G.B., lata 24 doc. 10.
- Enciclopédia de música brasileira: erudita, folclórica e popular**. São Paulo. Art. Ed., 1977.
- FIALHO, Sylvio de Abreu. **O Instituto Imperial dos Meninos Cegos**. *Rev. do I.H.G.B.*, v315 p 201, 1977.
- Fichário da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Seção de Música.
- HEITOR, Luís (Azevedo, Luís Heitor Corrêa de). **150 anos de música no Brasil**. Rio de Janeiro. Ed. José Olímpio, 1956.
- Jornal do Comércio** (Rio de Janeiro), n^os 323 (24/11/1857), 340 (11/12/1857), 341 (12/12/1857) e 350 (21/12/1857).
- LACOMBE, Lourenço Luís. **Isabel, a Princesa redentora**. Petrópolis. Inst. Histórico de Petrópolis, 1989.
- MARIZ, Vasco. **Dicionário biobibliográfico musical**. Rio de Janeiro. Kosmos, 1949.
- MARIZ, Vasco. **História da música no Brasil**. Rio de Janeiro. Ed. Civilização Brasileira, 1981.
- Moniteur des Dates (contenant un million de renseignements biographiques, généalogiques et historiques)**, Supplément. Leipzig, 1873.

Música no Rio de Janeiro imperial 1822-1870 (Exposição comemorativa do 1º decênio da Seção de Música e Arquivo Sonoro) na Biblioteca Nacional (organizada e sob a chefia de Mercedes Reis Pequeno). Rio de Janeiro. Gráfica Olímpica Ed., 1962.

Neue Zeitschrift für Musik. Leipzig (6/3/1863).

SANTOS, Francisco Marques dos. **A sociedade fluminense em 1852. Estudos brasileiros**, ano III v 6 nº 18 ps. 201 e segs. Rio de Janeiro, 1941.

SANTOS, Maria Luiza de Queiroz Amancio dos (Iza Queiroz Santos). **Origem e evolução da música em Portugal e sua influência no Brasil.** Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1942.

SILVA, Innocencio Francisco da. **Dicionário Bibliográfico Português.** Lisboa. Imprensa Nacional, 1860 (também tomo V, p. 334, de 1893).

SIMONI, Luís Vicente de. **Marília de Itamaracá ou a donzela da Mangueira.** Rio de Janeiro. Emp. Typ. Dous de Dezembro de P. Brito, 1854.

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Athanázio, Enéas - O perto e o longe: viagens literárias; ensaios. Blumenau, Edição do autor. 1990. 90p

As “viagens literárias” que o autor nos convida a empreender neste livro levam-nos realmente para perto e para longe, como o título simbolicamente o indica. Cá entre nós, bem mais para perto, pois todas as figuras por ele evocadas estão muito próximas de nós, o que significa, no fundo, uma excelente contribuição ao conhecimento da literatura no Brasil. E estas figuras são nada menos que Monteiro Lobato, Godofredo Rangel, Josué Montelo, Lima Barreto, Mário de Andrade, Ascendino Leite... Um capítulo sobre a obra de Vargas Llosa a propósito de Canudos, representará, por certo, a única consideração a alguém “de longe”, mas que, pela sua obra já está bem perto de nós... ONM (Cortesia do autor)

Barreto, Margarita. El mate, su historia y cultura. Buenos Aires, Ediciones del Sol/ Ediciones De Aquí a la Vuelta, 1989. 128p

“Estas páginas pretendem ser apenas un registro de lo que representa el mate en nuestra cultura. Está tan arraigado en nosotros que poco pensamos en él, pero si miramos a nuestro alrededor, seguramente lo encontraremos por todas partes. Cimarrón, amargo, verde, identificado en sus orígenes con el hombre de campo, de cuyas travesías por los pampas ha sido compañero por excelencia, conquistó al fin su espacio en las ciudades. La cultura actual del mate se restringe a Argentina, Uruguay, sur de Chile, Paraguay y sur de Brasil, pero ya dio la vuelta al mundo. No hay mucha bibliografía sobre él; la mayor parte del material que aquí compartimos con el lector es producto de más de 30 años de convivencia en la familia y la rueda de amigos” Reconhecendo que “el tema no se agota en estas paginas”, procedeu a autora a um exame muito interessante do tema que se propôs, lembrando, naturalmente, que sempre poderão aparecer coisas novas, merecedoras de atenção por parte dos estudiosos. Em 20 pequenos capítulos, agrupados em quatro divisões maiores, aprende-se desde o preparo do mate, com suas numerosas variantes, ao estudo da herva e aos seus complementos e finalmente à presença do mate

na literatura oral e escrita. E como conclusão, alguns dados técnicos referentes à plantação, enfermidades, tecnologia e industrialização do mate. E ainda bibliografia e indicações discográficas referentes à presença do mate na música. ONM (Cortesia da autora).

Giffoni, Maria Amália Corrêa - Reinado do Rosário de Itapeperica. São Paulo, Assoc. Palas Athena do Brasil, 1989. 182p

Habituada a pesquisar, registrar e divulgar danças e folguedos populares, em função da cátedra que ocupa na Universidade de São Paulo, foi, para a autora, oportuno, proveitoso e gratificante conhecer o Reinado do Rosário de Itapeperica, MG. "Trata-se de manifestação folclórica pouco conhecida nos dias atuais. Sua presença naquela localidade data de mais de um século, embora interrompida durante alguns anos. De procedência africana, decorrente da coroação dos Reis Congos, a ele foram acrescidas devoções católicas, ligadas sobretudo à Nossa Senhora do Rosário, adotada pelos negros como padroeira, a São Benedito e Santa Efigênia, pretos como eles e, ainda, à Nossa Senhora das Mercês. Santos de cuja generosidade os escravos muito esperavam para a solução de seus problemas vivenciais. Resultou desta amálgama um acontecimento popular, complexo, rico e de grande beleza" (da Introdução). Documentos em fac-símile, partituras e textos musicais, além de numerosas ilustrações, completam o belo volume. ONM (Cortesia da autora).

Ipanema, Cybelle de - História da Ilha do Governador. Rio de Janeiro, Editora Marcello de Ipanema, 1991. 228+xxxii p. - *

A advertência da autora quanto às limitações de seu trabalho predispõe o leitor e aceitá-lo favoravelmente como "a narrativa do trajeto percorrido por uma comunidade", no caso a Ilha do Governador, cuja história a autora vem lastreando de há muito, podendo praticamente chegar aos nossos dias. É, de fato, o que o livro pretendeu mostrar: como a "Ilha" chegou aos tempos atuais, numa série inevitável de transformações e até de desfigurações, mas sem que se perdesse o seu passado. Pesquisadora experimentada, a autora conhece o valor das fontes que utilizou e não usou nada que não fosse necessário. Nada a excluir de seu livro. A acrescentar, sim, como a própria autora o reconhece. Mas, mesmo com as eventuais lacunas, apresenta-se-nos o volume como um "retrato" fiel da "Ilha", tão querida da autora, que nela vive, cuja história procura retratar e cuja memória pretende resgatar. Não conhecemos livro similar na bibliografia histórica brasileira. ONM (Cortesia da autora).

Lencioni, Benedicto Sérgio - O negro na história de Jacareí: da senzala ao preconceito. Aparecida, Santuário, 1989. 96p

O transcurso do centenário da Abolição, em 1988, sugeriu ao autor a publicação deste pequeno volume, resultado de acuradas pesquisas nos arquivos locais, visando à caracterização do elemento escravo na história de sua cidade. Prefacia-o o Professor José Simplício, nosso antigo companheiro de trabalho da Faculdade de Filosofia de Taubaté. E no prefácio que escreveu soube acentuar o sentido e o significado das pesquisas realizadas pelo autor "nos mais diversos órgãos armazenadores de documentação" da cidade de Jacareí. Houve, realmente, um significativo número de escravos negros na região e é a memória deste aspecto da história jacareiense que se procura resgatar neste livro despretensioso, mas revelador de excelente vocação para a pesquisa. E com a presença do escravo negro, todas as conotações derivadas do processo escravista: compra e venda, alforria, restrições, castigos, etc. ONM (Cortesia do autor)

Lucena, Humberto Fonseca - Memória de uma farmácia: subsídios para a história de Araruna. João Pessoa, 1991. 88p

A crônica de uma farmácia no cotidiano de uma pequena cidade do interior do Paraíba sugeriu ao autor este pequeno livro de agradável leitura mesmo para os não familiarizados com o ambiente nele descrito. Como observou o Professor José Octávio na apresentação, o tema é dos mais significativos para a história do cotidiano, pelo qual vem se interessando o ilustre historiador paraibano, já nos tendo dado provas de sua capacidade de investigação e de observação. Afinal, as antigas boticas e farmácias ultrapassavam suas finalidades para se converterem em clubes, cafés, diretórios políticos, tudo o que poderia constituir elemento para o registro do dia-a-dia da cidade. "Nas décadas de 40 e 50 - diz o autor - essas rodas de bate-papo viveram seu período áureo. Eram constituídas pelas pessoas mais influentes da cidade. Algumas não perdiam uma noite sequer dessas reuniões. Não faltavam o juiz, o padre e o delegado. Ali se falava de tudo. Do preço do algodão e da agave, da safra do feijão, das dívidas, dos lucros, do frio, do inverno que não veio, da cisterna que secou, da política, das festas, da religião. Havia ainda a hora das fofocas. Aí vinham à tona as brigas políticas, as brigas de rua, as brigas de marido e mulher, as estórias de namoros e chamegos, e assim por diante. Não existiam segredos. Uma estória contada ali, em pouco tempo estava na boca do povo." Bastante documentado com expressivas figuras dos "pertences" das antigas farmácias (inclusive tradicionais rótulos de medicamentos), o autor demo-

rou-se particularmente na apreciação da função social das velhas boticas, tomando como exemplo uma de sua própria família. ONM (Cortesia do autor).

Mottin, Antônio - De Marostica a Garibaldi. Porto Alegre, Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana, s. d., 63p.

Relata este pequeno volume, de maneira singela e profundamente humana, a crônica da família Mottin, que, em 1924 deixou Marostica, no Veneto, e radicou-se em Garibaldi, no Rio Grande do Sul. Um dos integrantes dessa família, precisamente o autor do relato, veio a ser o sacerdote marista Irmão Elvo Clemente (no século, Antônio Mottin), uma das figuras mais representativas da vida cultural de Porto Alegre, membro da Academia Sul-Rio-Grandense de letras, professor e reitor da Pontifícia Universidade Católica e autor de diversos livros. Fiel à sua origem, dedicou-se desde logo aos assuntos dos imigrantes, cultuando-lhes a memória e recordando-lhes os fatos. As peripécias narradas em seu livro "são simples do cotidiano de família de imigrantes que conheceram as muitas dores e tristezas do exílio e que, com a graça de Deus, venceram e conquistaram o seu lugar ao sol com as pequenas e belas alegrias do viver". Interessantes, pelo sentido humano de que se revestem, as páginas relativas aos primeiros tempos de adaptação nas colônias de Garibaldi. É pena que o texto venha maculado por uma série de descuidos, quer na redação, quer na revisão. E ainda alguns anacronismos despropositados. Todavia, isto em nada prejudica o entendimento do livro, que merece leitura, como mereceria melhor revisão. ONM (Cortesia do Professor Sebastião Gomes de Campos, de Porto Alegre).

*

PERIÓDICOS

Estudos Ibero-Americanos, vol. XVI, ns. 1 e 2. Porto Alegre, PUC, 1990. Número especial dedicado ao I Simpósio Gaúcho sobre Escravidão Negra. Sumário: Esclavitud Urbana y Tipologias Habitacionales en Montevideo (Carlos Altezor); Idade, sexo, ocupação e nacionalidade dos escravos charqueadores (Jorge Eusébio Assunção); Sobre a mulher escrava no Rio Grande do Sul (Margaret M. Bakos); Novas fontes para a história da escravidão negra no RS/USCPM (Vera Lúcia Maciel Barroso); Breves considerações sobre a criminalidade escravo segundo o "Livro de sentenciados" da Casa de Correção de Porto Alegre, 1874-1900 (Marília Conforto); O mercado de

escravos na comarca Bananeiras, Província da Paraíba, 1860-1888 (Dora Isabel Paiva da Costa); Um escravo urbano na visão de um viajante (Gláucio Pereira Elmir); O comércio de escravos na obra de Antônio de Oliveira de Cadornega (Gitibá Faustino); Cartas de alforria em Rio Grande (Ria Gattiboni); Notas para o estudo da mortalidade infantil entre a população escrava no Rio Grande do Sul (Jurema M. Gertze); O Quilombo do Ambrósio (Carlos Magno Guimarães); O negro no Rio Grande do Sul; o vazio historiográfico (Ieda Gutfreind); A Igreja de N.S. do Rosário dos Pretos (Nara Machado); Considerações sobre o cativo do “Negro da Terra” no Brasil quinhentista (Mário Maestri); Os contratados: uma forma de escravidão disfarçada (Paulo Roberto Moreira); Participación del negro en la independencia de la Nueva Granada y Venezuela (Eduardo Perez Ochoa); A conquista da liberdade pelo negro (Paulo Ricardo Pezat); A resistência escrava no Rio Grande do Sul: reação ou afirmação? (Helga Piccolo); O negro escravo e o negro liberto numa época de transição. O caso da Província de Buenos Aires (Jochims Reichel); A escravidão numa área de pastoreio: os “Campos” de Lages (Walter F. Piazza); A Guarda-Negra no contexto brasileiro de final do século XIX (Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci); Escravos e abolicionismo na imprensa mineira (Liana Maria Ries); 1985: sesquicentenário da escravidão negra: uma revisão historiográfica (Graziela dos Santos); As manumissões na cidade de Pelotas (Ana Regina Falkembach Simão); Memórias do cativo e transição (Agostinho Maria Dala Vecchia). Contactos: Caixa postal 1429, Porto Alegre RS.

Revista do Arquivo Público, v. 39 n. 42, nov. 1989. Governo do Estado de Pernambuco. Número especial dedicado ao centenário da República.

Conteúdo: Repensando a República (Paulo Cavalcanti); Intervenção militar e tragédia republicana (Robson Cavalcanti); O movimento operário na fase inicial da República (Aluizio Franco Moreira); A questão operária e a República (Esther Maria Aguiar de Souza); A República dos excluídos (Mauro Guilherme Koury); A reconstrução do imaginário republicano pelos excluídos (Gisélia Potengy); O imaginário republicano: variações em torno da “Casca da Serpente” (Miguel Pedrosa Júnior); A República e a mania ferroviária (Josemir Camilos de Melo); Joaquim Nabuco: formas de governo, uma questão bizantina (Fernando da Cruz Gouvêa); Licínio Cardoso e a ideologia republicana no Brasil (José Otávio); Silva Jardim, o agitador e a “revolução” da República (Arnoldo Jambo); A transição para o estado burguês no Brasil e seus reflexos no Nordeste (Tarcísio Marcos Alves); A voz do vencedor: Canudos e a imprensa pernambucana (Acácio José Lopes Catarino); Documentos originais; Transcrição de documentos históricos dos séculos XVIII e XIX; Relação dos jornais republicanos à época da proclamação da República; Evolução das estruturas administrativas do Estado de Pernambuco. (Contactos: rua do Imperador, 371./Recife)

MEMÓRIA CAMPINEIRA (43)

NOBREZA IMPERIAL EM CAMPINAS

Dois autores já cuidaram, com toda a propriedade, da nobreza campineira: Teodoro de Souza Campos Júnior, em alentado estudo incluído na “Monografia histórica de Campinas”, publicação do IBGE, de 1952; e Lycurgo de Castro Santos Filho, em substancioso artigo (originalmente uma conferência), incluso em o nº 2 da “Revista do Instituto Genealógico Brasileiro”, São Paulo, maio de 1980. Há uma pequena diferença entre os dois textos: Souza Campos inclui em sua relação os dois Barões de Campinas, que foram omitidos por Lycurgo. E a razão da omissão, o próprio autor a esclarece: embora os dois titulares tivessem títulos relacionados com Campinas, eles nada têm com nossa terra; nem aqui nasceram e nem aqui viveram. Esta, a razão única de justamente em nossa cidade não haver uma “Rua Barão de Campinas”, como existe, por exemplo, na Capital, em Amparo e provavelmente em alguma outra cidade.

Feita esta observação, reduzem-se a 21 (em vez de 23) os titulares efetivamente vinculados a Campinas, e que assim se distribuem pela titulação: um marquês, dois condes (aliás, um conde e uma condessa), três viscondes (sendo uma viscondessa), e quinze barões (incluindo duas baronesas). Ei-los com os seus respectivos nomes: Marquês de Três Rios (Joaquim Egídio de Souza Aranha), Conde de Parnaíba (Antônio de Queirós Teles), Condessa do Pinhal (Ana Carolina Melo Oliveira de Arruda Botelho), Visconde de Indaiatuba (Joaquim Bonifácio do Amaral), Viscondessa de Campinas (Maria Luzia de Souza Aranha), Visconde do Rio Claro (José Estanislau de Oliveira), Barão de Ataliba Nogueira (João Ataliba Nogueira), Barão de Atibaia (Joaquim Antônio de Arruda), Barão Geraldo de Rezende (mesmo nome), Barão de Ibitinga (Joaquim Ferreira de Camargo Andrade), Barão de Itapura (Joaquim Policarpo Aranha), Barão de Anhumas (Manuel Carlos Aranha), Barão de Itatiba (Joaquim Ferreira Penteadado), Barão de Monte Mor (José Bonifácio de Campos Ferraz), Barão de Paranapanema (Joaquim Celestino de Abreu), Barão de Pirapitinguí (José

Guedes de Souza), Barão de Porto Feliz (Cândido José de Campos Ferraz), Barão de Cascalho (José Ferraz de Campos), Barão de Melo e Oliveira (Luís José de Melo e Oliveira), Baronesa de Dourado (Amália Carolina de Oliveira Borges) e Baronesa de Almeida Lima (Ana Jacinta de Arruda Lima).

Nem todos eram campineiros de nascimento. Destes 21, apenas doze. Mas todos tiveram seus interesses em Campinas e quase sempre centrados na cultura cafeeira. Sim, porque a nobreza paulista é acentuadamente cafeeira, como a do Nordeste é açucareira. Os titulares campineiros de nascimento são: Três Rios, Pinhal, Indaiatuba, Itatiba, Ataliba, Ibitinga, Monte Mor, Parapanema, Porto Feliz, Melo e Oliveira, Dourado e Almeida Lima.

Se estou bem informado, apenas o Barão de Melo e Oliveira e a Baronesa de Almeida Lima não mereceram a honraria de ter seus nomes em vias públicas da cidade. Todos os outros estão inscritos em nossa nomenclatura urbana. Com Parnaíba, ocorreu algo curioso: teve ele três títulos: Barão, Visconde e Conde (sempre de Parnaíba). Três cidades têm vias públicas com o seu nome e em cada uma com um dos seus três títulos: em Campinas, como Barão; em São Paulo, como Visconde e em Jundiá (sua terra), como Conde. Quanto ao Barão de Itatiba, encontra-se ele homenageado não pelo título, mas pelo nome de família - Ferreira Penteado - dado a uma das vias mais importantes da cidade. O.N.M.

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

PRIMEIRA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL APÓS A REVOLUÇÃO DE 1930

(Declaração de voto do Deputado Plínio Tourinho)

Promulgada a 16 de julho de 1934 a segunda Constituição Republicana do Brasil, logo no dia seguinte realizou-se a eleição para a presidência da República, pondo fim, desta maneira, ao Governo Provisório que vinha desde fins de 1930. Tal como a primeira Constituição, de 1891, também a nova Constituição determinou que a eleição fosse indireta, ou seja pela própria Assembléia Constituinte. Foi eleito Getúlio Vargas, que vinha desde fins de 1930 exercendo a chefia do Governo Provisório. O deputado paranaense **Plínio Tourinho**, votou contra e fez questão de declarar seu voto no pronunciamento que aqui se transcreve.

Tendo externado com toda a sinceridade, da tribuna desta Assembléia, o meu pensamento quanto à escolha do candidato a primeiro Presidente da República Nova, deixo aqui consignado que votei, para tão elevado cargo, na pessoa do ilustre brasileiro Dr. Borges de Medeiros que, pelo seu passado honesto e altas virtudes, seria, para nossa Pátria, um penhor seguro de paz e tranqüilidade. Parcela consciente que fui do grande movimento de outubro de 1930, para a conquista dos sãos princípios da democracia, por tantos anos conspurcados e menosprezados em nosso País, não me era possível concorrer para perpetuar no governo o ilustre Chefe do

Governo Provisório, em quem aliás reconheço altas qualidades cívicas e morais. Se assim procedesse, teria mentido à minha fé de brasileiro; veria ruirem todos os meus ideais e a consciência me acusaria de ter concorrido inutilmente para a morte de tantos patrícios e no final da tragédia voltar ao mesmo ponto de partida, eivados dos mesmos vícios e defeitos que deram a causa à grande Revolução. A maioria da Assembléia Constituinte, num rago de entusiasmo, esquecendo-se das lições do passado, desprezou os postulados da revolução e veio sancionar os atos da República velha, em que era lema fundamental a perpetuação e permuta das posições públicas. Mas, os fatos estão consumados; e neste momento, como brasileiro e patriota, faço votos para que o Primeiro Governo Constitucional seja um cumpridor severo de nossa Carta Constitucional, concorrendo assim para a paz e progresso do Brasil; que todos os membros deste Congresso e das futuras câmaras, inspirados nos seus princípios da moral e repeito às leis, cumpram severamente as suas obrigações; que uma só vontade, uma única força os anime em benefício do Brasil.

Sala das Sessões, 17 de julho de 1934

a) Plínio Alves Monteiro Tourinho

(Apud Tourinho, Luiz Carlos Pereira - *Toiro Passante*. Volume IV: Tempo de República Getuliana. p. 289-290. Curitiba, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1991, "Estante Paranista", v. 35)

*

INDEPENDÊNCIA DA GRÉCIA (Declaração de Janeiro de 1822)

A nação grega toma o céu e a terra em testemunho que, apesar do jugo horrível dos otomanos que a ameaçava de extermínio, ela ainda existe.

Depois de ter repellido a violência pela simples coragem de seus filhos, ela declara hoje, perante Deus e perante os homens, pelo órgão de seus legítimos representantes, reunidos em Congresso nacional, sua independência política.

Essa guerra é uma guerra nacional e sagrada: seu objetivo é a restauração da nação e sua integração nos direitos de propriedade, de honra e de vida que são o quinhão dos povos civilizados.

Os gregos, únicos entre todos os Europeus, devem ser excluídos como indignos desses direitos que Deus estabeleceu para todos os homens? Ou estavam eles condenados pela sua natureza a uma escravidão eterna que perpetuaria neles a espoliação e os massacres? E a força brutal de algumas hordas bárbaras que, sem nunca terem sido provocadas, vieram, precedidas de carnificina e acompanhadas do espírito de destruição, estabelecer-se em nossos meios, poderia jamais ser legalizada pelo direito da gente da Europa?

Partindo desses princípios e certos dos nossos direitos, não queremos, não reclamamos outra coisa senão o nosso estabelecimento na associação européia e na nossa religião, pois nossos costumes e nossa posição nos chamam para nos reunirmos à grande família dos cristãos.

Marchamos de comum acordo para nossa libertação, com a firme resolução de obter ou sepultar para sempre nossas infelicidades sob uma grande ruína digna de nossa origem. a) Alexandre Navrocordato, Presidente da Assembléia e mais 58 assinaturas.

(Driault, E./Lheritier, M - *Histoire diplomatique de la Grèce de 1821 à nos jours*. Paris, Presses Universitaires de France, 1925, T. I, pp. 168-169. Apud Mattoso, Kátia M. de Queirós - *Textos e documentos para o estudo da história contemporânea*, pp. 77-78. São Paulo, Hucitec/Edusp, 1977).

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA PADRE SIMÃO DE VASCONCELOS (1597-1671)

Um dos cronistas mais considerados da Companhia de Jesus, o padre Simão de Vasconcelos nasceu na cidade do Porto, em 1597. Veio ainda menino para o Brasil e aos 19 anos ingressou no Colégio da Bahia, ponto de partida de sua carreira sacerdotal. Quando o Brasil enviou a Portugal a chamada “Embaixada da Restauração”, em 1641, o padre Simão de Vasconcelos fez parte dela, acompanhando o padre Antônio Vieira e o filho do vice-rei Marquês de Montalvão. Voltou à Bahia em 1642 com o governador Antônio Teles da Silva, que o escolheu para confessor. Bem mais tarde, esteve novamente em Lisboa, como procurador da Província do Brasil, estendendo sua viagem até Roma e retornando ao Brasil em 1663. Ocupou quase todos os cargos da Companhia de Jesus no Brasil, entre os quais o de reitor dos Colégios da Bahia e do Rio de Janeiro, e o de Provincial. Faleceu no Rio de Janeiro a 29 de setembro de 1671.

Do muito que escreveu imprimiu-se o seguinte:

- 1. Vida do Padre João de Almeida da Companhia de Jesus na Província do Brasil.** Lisboa, Imprensa Crasbeekiana, 1658.
- 2. Continuação das Maravilhas que Deus é servido obrar no Estado do Brasil, por intercessão do mui religioso e penitente servo seu Venerável Padre João de Almeida, da Companhia de Jesus.** Lisboa, Oficina de Domingos Carneiro, 1662.
- 3. Sermão que pregou na Bahia em o primeiro de janeiro de 1659 na Festa do Nome de Jesus, o padre Simão de Vasconcelos, Provincial da Companhia de Jesus no Estado do Brasil.** Lisboa, Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1663.
- 4. Crônica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil: e do que obraram seus filhos nesta parte do Novo Mundo.** Lisboa, Oficina de Henrique Valente de Oliveira, 1663.
- 5. Notícias curiosas e necessárias das Cousas do Brasil.** Lisboa, Oficina de João da Costa, 1668.

6. **Vida do Venerável Padre José de Anchieta da Companhia de Jesus Taumaturgo do Novo Mundo na Província do Brasil.** Lisboa, Oficina de João da Costa, 1672. Reproduz-se neste volume o poema De Beata Virgine Maria, de Anchieta e mais uma Reçopilação da vida do mesmo Anchieta.

A **Crônica**, precedida dos dois livros das **Notícias curiosas e necessárias do Brasil** foi reeditada no Rio de Janeiro em 1864 e em Lisboa, em 1865; e, mais recentemente pela Editora Vozes, de Petrópolis (1947), em dois volumes, integrando a coleção “Dimensões do Brasil” (vol. 5). Esta edição figura como sendo a terceira, quando, na realidade, já é a quarta.

Da **Vida de Anchieta**, conhecemos duas edições modernas: uma, pelo Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro, 1943, integrando a “Biblioteca Popular Brasileira”, vol. 3, com prefácio do padre Serafim Leite, 2 volumes; e outra, em um só volume, da Editora Lello, do Porto, de 1953, com prefácio de Júlio Dantas. Em ambas, foram omitidos tanto o poema dedicado à Virgem, como a “recopilação” da vida de Anchieta, que constam da edição original de 1672.

Para a significação da obra do padre Simão de Vasconcelos, preferimos ceder a palavra a Serafim Leite:

“As três obras principais de Simão de Vasconcelos constituem um todo histórico, aparentemente desconexo, na realidade homogêneo. Numa, a **Crônica**, trata-se do Brasil, desde os começos até à morte do primeiro jesuíta do Brasil e da América, padre Manuel da Nóbrega; noutra, retoma-se o final da **Crônica** e segue-se até à morte do discípulo de Nóbrega, padre José de Anchieta; noutra, enfim, reata-se com o discípulo de Anchieta, padre João de Almeida, até à morte, ocorrida em 1654. O encadeamento natural e interdependente das três vidas contém e ultrapassa a história de um século. A preocupação biográfica destes dois últimos livros, com o inevitável encarecimento peculiar a esse gênero literário, atenua-se no primeiro, com a feição de **Crônica**.”

Por isso a **Crônica** é o seu livro mais estimado, apesar de todas as deficiências que as tem realmente. Mas seria pedir muito ao século XVII que nos desse, já então, obras de história com a responsabilidade dos métodos modernos. Simão de Vasconcelos nem viu todos os arquivos, nem os seus olhos os veriam à mesma luz com que os vemos hoje. Não obstante, a sua obra é valiosa contribuição e, nalguns casos, fonte, para a história geral

do Brasil, do qual escreve mais do que com simpatia, com amor”. (Prefácio à edição do Instituto Nacional do Livro, da **Vida do Venerável Padre José de Anchieta**; reproduzido na edição da Editora Vozes, da **Crônica da Companhia de Jesus no Brasil**).

Para uma análise e apreciação da obra do padre Simão de Vasconcelos, ver a **História da História do Brasil**, de José Honório Rodrigues, 1ª parte - **Historiografia colonial** -, pp. 284 a 288. São Paulo, Editora Nacional, 1979 (Coleção “**Brasiliana**”, série “**Grande Formato**”, v. 21).

SELETA

DIOGO ÁLVARES, O "CARAMURU"

Pe. Simão de VASCONCELOS

Não deixarei contudo de referir aqui ao breve a história notável do celebrado Diogo Álvares; porque são dignas de ser sabidas suas circunstâncias, e querem alguns contá-lo a ele pelo primeiro povoador da Vila Velha. Foi Diogo Álvares, português de nação, natural da notável Vila de Viana, de gente nobre; e generoso coração. Sendo mancebo, aspirou a ver novas terras; embarcou-se em uma nau, que segundo alguns, fazia viagem para S. Vicente, capitania deste Estado, já então povoado por Martim Afonso de Sousa; segundo outros para a Índia. Fosse qualquer das duas a derrota, a nau chegou a esta costa do Brasil, e nela constrangida de um temporal rigoroso, depois de quebrados os mastros, foi dar em os baixos que hoje vemos junto à barra da Bahia à parte do Norte, chamada do gentio Mairagiquiig, onde fez miserável naufrágio, e pereceu parte da gente ao rigor da fereza dos mares, parte ao da fereza dos índios, que saindo às praias cativaram os pobres naufragantes, e os despojaram da vida, fazendo deles pasto. Entre os mais cativos notaram os bárbaros a singular constância do nosso Diogo Álvares, que desprezando o golpe da fortuna, ajudava a juntar as coisas do naufrágio com coração intrépido em favor dos que já tinha por senhores (que é o fino da prudência saber acomodar-se um coração aos lanços vários da fortuna); contentaram-se dele, e assentaram entre si, que aquele ficasse com vida; traça do Alto para os fins que veremos do serviço de Deus, do rei e da terra.

Entre a fazenda que saía à praia, recolheu Diogo Álvares alguns barris de pólvora, e com eles, um ou dois arcabuzes; e nestes consistiu toda a felicidade, e senhorio em que depois se viu; porque estando já recolhidos em suas aldeias, concertou ele um dos arcabuzes, e disparando-o em presença de todos, à vista do estrondo que fez, do fogo que luziu, e do efeito que obrou

(devia ser a morte de alguma fera, ou ave) ficaram atônitos os bárbaros de coisa que nunca jamais viram: puseram-se em fugida mulheres e meninos, dizendo a vozes que era um homem de fogo, que queria matá-los. Apenas pararam os varões: a estes fez capazes que o que viram era arte sua, que podia com ela ajudá-los contra seus inimigos; que não havia de que temer, porque seu fogo matava somente os contrários, não os amigos, e ficaram com isto desabafados. No mesmo tempo traziam guerra com os Tapuias habitadores do sítio de Passé, distante como seis léguas do lugar onde é hoje a cidade; quiseram fazer experiência, juntaram seus arcos, e levando-o por guia foram dar sobre eles, e viram tudo o que esperavam; porque no ponto que tiveram notícia aqueles selvagens, que ia contra eles o homem de fogo (que assim lhe chamavam) que de longe feria, e matava, quais se viram a fúria de um vulcano, ficaram desmaiados, e deram a fugir pelos matos; ficando assim provado o valor, e arte mas que humana (na opinião dessa gente) de Diogo Álvares, cuja fama correu em breve por todos os sertões, e foi tido por homem portentoso, contra quem não eram capazes seus arcos; e aqui lhe acrescentaram o nome, chamando-se o grande Caramuru. Os principais maiores prezavam-se de que quisesse aceitar suas filhas por mulheres, e lhas ofereciam; e cuidava que alcançava favor grande aquele de quem as recebia. Em contendas de guerra que se ofereciam, Diogo Álvares era o árbitro de todas elas: foi de maneira, que em breve tempo subiu de cativo a senhor, que tudo governava; e aquela parte para onde inclinava seu fogo, tudo obedecia, e pagava páreas.

Assentou suas casas naquele raso, que hoje se vê em Vila Velha, além de Nossa Senhora da Vitória, cujas ruínas ainda agora dão sinais. Teve aqui grande família e muitas mulheres; porque não se havia por honrado o principal, que com ele se não tinha aparentado. Houve muitos filhos e filhas, que pelo tempo foram cabeças de nobres gerações. Nestes termos estava, quando chegou a esta baía uma nau francesa, determinou passar nela a Portugal por via de França, e carregando-a de pau-brasil, embarcou a mais querida de suas mulheres, dotada de formosura, e princesa daquela gente. Fez-se à vela, não sem grande inveja das que ficavam. Delas contam alguns, que chegaram a lançar-se a nado seguindo a nau, com perda de uma, que ficou afogada nas ondas. Chegado a França, foi ouvida sua história do rei, e rainha com satisfação, como coisa tão nova: folgavam de ver a esposa, indivíduo estranho de um novo mundo. Trataram de batizar a ela, e casar a ambos na face da Igreja. Celebrou estes sacramentos um bispo, dignando-se de serem

os padrinhos os próprios reis. Houve ela por nome Catarina Álvares, sendo o do Brasil Paraguaçu. Deram-lhe a rainha e outros senhores titulares ricos vestidos, e muitas jóias, mas não consentiram passarem a Portugal. O que visto, por meio de um português por nome Pedro Fernandes Sardinha, que acabara em Paris seus estudos, e voltava a Lisboa, fez aviso a el-Rei D. João III da bondade da barra e terra da Bahia, a fim de que a mandasse povoar. Este Pedro Fernandes Sardinha, depois de feita sua recomendação, foi despachado por el-Rei para a Índia, por vigário geral; e é o mesmo que depois veio por primeiro bispo do Brasil.

Depois de algum tempo voltou Diogo Álvares ao Brasil, concertando-se em França com um mercador grosso, que carregando-lhe duas naus com quantidade de resgates, pólvora, e artilharia, e trazendo-o a ele, e a sua mulher, em troco disto lhas carregaria de pau-brasil. Chegou a salvamento, cumpriu a obrigação, carregando as naus, e com a artilharia formou estância forte, onde seguro habitasse, à sombra da qual, e com o valor dos resgates, começou a fazer-se senhor de muitos escravos, e vassalos, temido, e respeitado das maiores potências da costa.

Neste comenos sucedeu que navegando uma nau para o Rio da Prata, com gente castelhana (muitos deles nobres, que iam povoar aquela parte) levada de tormenta, foi enxorar junto a Boipeba em uma ponta, onde pelo sucesso ficou o nome Ponta dos Castelhanos. Soube Diogo Álvares do naufrágio, e como já experimentara fortuna semelhante, foi fácil condoer-se: acudiu logo àquela parte a tempo que livrou a gente dos dentes dos bárbaros, e a trouxe consigo, e hospedou humanamente, em especial alguns cavaleiros de conta que entre ela vinham; os quais tornados à Espanha pregoaram o lanço, e foram causa que o Imperador Carlos V mandasse escrever uma carta, em que lhe agradecia o serviço que lhe fizera em livrar aqueles seus vassalos, oferecendo-lhe por isso sua graça.

Na ocasião do naufrágio houve um caso digno de história; porque voltando Diogo Álvares Caramuru de socorrer aos castelhanos, se foi a ele sua mulher Catarina Álvares Paraguaçu, e lhe pediu com instâncias grandes que tornasse a buscar-lhe uma mulher, que viera na nau, e estava entre os índios, porque lhe aparecia em visão, e lhe dizia que a mandasse vir para junto de si, e lhe fizesse uma casa. Tornou o marido, e não achando mulher alguma em todas as aldeias, não se aquietou a devota Catarina Álvares, instava que naquelas aldeias a tinham, porque não cessavam as

visões, que a certificavam. Feita a segunda e terceira diligência, se veio dar com uma imagem da Virgem Senhora nossa, que um índio recolhera da praia, e tinha lançado ao canto de uma casa. Foi-lhe apresentada, e abraçando-se com ela disse que aquela era a mulher que lhê aparecia: pediu ao marido que lhe mandasse fazer uma casa, fez-se uma entretanto de barro, e pelo tempo outra de pedra e cal, onde foi honrada com o título de Nossa Senhora da Graça, enriquecida de muitas relíquias, e indulgências, que então mandou o Sumo Pontífice; e hoje possuem os religiosos da sagrada Religião do Patriarca S. Bento, aos quais fez doação esta devota matrona, assim da igreja, como da terra do circuito dela, e ali jaz enterrado seu corpo.

Por este tempo partindo para a Índia Martim Afonso de Sousa, veio de arribada a tomar porto nesta barra: trazia consigo religiosos, os quais entre as coisas do serviço de Deus, que aqui fizeram, foi batizar na mesma igreja os filhos e filhas destes dois devotos da Senhora; das quais uma casou nesta ocasião com Afonso Rodrigues, natural de Óbidos; outro com Paulo Dias Adorno, fidalgo genovês, que tinha vindo de S. Vicente por causa de um homicídio. Chegou depois dito Francisco Pereira Coutinho e casou outras duas filhas legítimas dentre ele, e Catarina Álvares, com outros dois homens portugueses nobres; das quais, e de outras muitas que logo foi casando com pessoas de conta, assim ilegítimas, como naturais, viu numerosa e feliz sucessão, tão estendida, que seria coisa larga querer contá-la toda. Digo somente, que deste tronco procederam muitas das melhores e mais nobres famílias da Bahia. E este é o antecessor de Francisco Pereira Coutinho; donde fizemos que foi Coutinho o primeiro povoador por data del-Rei, e direito real; porém Diogo Álvares foi o primeiro por data dos Senhores da terra naturais, e direito das gentes. Qual seja mais, julguem-no os que sabem.

(Crônica a Companhia de Jesus, I,3 192-195. Terceira edição. Petrópolis, Vozes/Brasília, Inst. Nac. do Livro, 1977. Coleção "Dimensões do Brasil", v. 5).

RABISCOS DE UM ESCREVINHADOR

(Nesta seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista no **Diário do Povo**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

228. O CRIADOR DA BANDEIRA PAULISTA

Filólogo, romancista e republicano histórico, Júlio Ribeiro foi uma das mais expressivas figuras da cultura brasileira da segunda metade do século passado. Mineiro de Sabará, onde nasceu a 10 de abril de 1845, foi, entretanto, em São Paulo que decorreu a maior parte de sua existência. Não apenas na capital de cuja Escola Normal foi professor, mas também em cidades do interior, como Sorocaba e Campinas. Em nossa cidade lecionou no tradicional colégio “Culto à Ciência” (primeira fase) e aqui publicou seus primeiros escritos de maior vulto.

Precursor do realismo no romance brasileiro, deixou o livro **A carne** (1888), de grande repercussão, porém julgado de maneira bastante contraditória pela crítica. É inegável, porém, que o romance, dedicado a Emile Zola, projetou seu nome mais que os outros escritos que deixou. E foram muitos: **Padre Belchior de Pontes**, romance de ambientação histórica, escrito quando residia em Campinas (1877), **Cartas sertanejas** (1885), e longa série de obras sobre filologia e lingüística, que o colocaram entre os mais renomados cultores da língua portuguesa.

No tempo em que viveu no Rio de Janeiro, foi professor do antigo Ginásio Nacional (o “Pedro II” de hoje) e colaborou na imprensa com intensa propaganda republicana. Aliás, nunca abandonou a atividade jornalística, exercendo-a nos diversos lugares onde residiu. Vítima de tuberculose, morreu em Santos no dia 1º de novembro de 1890.

Júlio Ribeiro teve seu nome ligado também à heráldica e aos símbolos nacionais. Foi de sua autoria o projeto da bandeira para a República. Entretanto, não foi aceito pois o Governo Provisório, ao cuidar dos símbolos para o novo regime, preferiu manter a bandeira do Império, apenas substituindo a coroa imperial pela esfera azul (de representação celeste) com a legenda positivista “Ordem e Progresso”. A bandeira projetada por Júlio Ribeiro acabou sendo, com pequenas modificações, adotada pelo Estado de São Paulo. É a nossa clássica “bandeira das treze listas”, tão poeticamente decantada por Guilherme de Almeida. Assim, nós, paulistas, devemos saudar em Júlio Ribeiro não apenas o romancista e o filólogo, mas também o criador da bandeira paulista.

Júlio Ribeiro tem seu nome vinculado, como patrono, a pelo menos três academias de Letras: a Brasileira, a Paulista e a Mineira, nas quais foi escolhido, respectivamente, por Garcia Redondo, Sílvio de Almeida e Heitor Guimarães. Por outro lado, numerosas cidades no Brasil reverenciam-lhe a memória com seu nome em vias públicas. Inclusive Campinas, onde a rua Júlio Ribeiro, no Bonfim, data de 1927, denominada que foi pelo edital de 12 de setembro daquele ano. 1-11-1990.

*

229. BIÓGRAFO DE TALLEYRAND

Alfred Duff Cooper, nascido há cem anos, foi uma das figuras mais expressivas da vida pública inglesa na primeira metade deste século. Estadista e escritor, ocupou cargos importantes na administração britânica antes da Segunda Guerra Mundial e mesmo nos primeiros anos da conflagração: secretário das Finanças (de 1928 a 1934), ministro da Guerra (de 1935 a 1937), primeiro lorde do Almirantado (1937 e 1938) e, já no início da guerra, ministro das Informações. Terminada a conflagração, representou seu país junto ao governo francês. Dedicou-se a pesquisas históricas, deixando diversos livros, dos quais o de maior interesse é uma biografia de Talleyrand, o único, aliás, que se encontra traduzido em nossa língua. Faleceu Duff Cooper a 1º de janeiro de 1954, a bordo de um navio, quando navegava na altura do litoral espanhol.

O livro que dedicou a Talleyrand, publicado em 1932, foi traduzido por Godofredo Rangel e editado em 1945 pela Companhia Editora Nacional, em sua preciosa “Biblioteca do Espírito Moderno”, coleção infelizmente não mais existente. Não tendo sido reeditado e datando já de quase meio século, encontra-se hoje na categoria dos livros raros, altamente cotado pelos alfarrabistas.

A tradução brasileira traz prefácio de J. F. de Almeida Prado, o saudoso “Yan”, um dos nossos maiores historiadores. O alto conceito em que o prefaciador teve o livro constata-se da própria frase com que inicia seu prefácio, segundo a qual nenhum escritor estrangeiro à França conseguiu trabalho tão expressivo sobre a figura de Talleyrand como o de Duff Cooper. Mais ainda: analisando traços da personalidade do grande vulto da Revolução Francesa, figura complexa que torna sua pessoa difícil de ser examinada com imparcialidade, entendeu necessário que outro político, com experiência da Europa, dos seus dirigentes e da sua tradição, viesse reconstituir aquela “estranha imagem, que foi espelho de vícios na vida privada e paradigma de virtudes na política”. E adiante: “Um vulto assim complexo exige do biógrafo inúmeros pontos de contato com o objeto de seu estudo, o que nem sempre está ao alcance de um mero professor de história”.

Dito isto com o espírito crítico que era muito de Yan de Almeida Prado, às vezes até de maneira excessivamente rigorosa, podemos esperar de fato por verdadeiro modelo de biografia que, na realidade, o estadista e escritor inglês foi capaz de produzir. Duff Cooper - é ainda o prefaciador quem o diz - “passou por muitas vicissitudes de seu predecessor”. Há uma curiosa analogia entre ambos: “As afinidades entre biografia e biografado, a criteriosa escolha de documentos e a clareza da exposição prendem o leitor do princípio ao fim do livro, modelo de um gênero dos mais tentados e raramente conseguido nos domínios da historiografia”.

A necessidade de esclarecer ponto para mim um tanto obscuro daquela época tão difícil da história da humanidade, qual o fim do século XVIII e o início do XIX, levou-me a reler o livro do escritor inglês, e foi então que fiquei sabendo do transcurso de seu centenário neste ano que está por findar. Daí a idéia de evocá-lo neste breve “rabisco” semanal. 21-12-1990.

230. FRANÇA JÚNIOR NO SEU CENTENÁRIO

Uma derradeira efeméride centenária, das muitas que transcorreram neste ano, desejo registrar antes que termine 1990: a que assinalou o falecimento, a 27 de setembro de 1890, em Poços de Caldas, onde se encontrava, do jornalista e comediógrafo Joaquim José de França Júnior, nascido no Rio de Janeiro a 19 de abril de 1838. Viveu alguns anos na Bahia, de cujo governo foi secretário (1868), o que explica que algumas fontes o dêem como baiano de nascimento. Não. Era carioca da gema (ou fluminense, como então se dizia), como de depreende de muitos de seus escritos.

Pouco depois da passagem pela Bahia representou o Brasil na Exposição Internacional de Viena, em 1873, aproveitando, então, para excursionar por diversos países europeus. Na imprensa, desde cedo revelou sua vocação de folhetinista e comediógrafo. Colaborou em diversos jornais do Rio de Janeiro, sobretudo na “Gazeta de Notícias” e em “O País”, publicando crônicas humorísticas sobre costumes de nossa gente. Seus folhetins criticavam sempre aspectos ridículos da sociedade da época, e alguns se tornaram célebres. E na comédia de costumes deixou obras de grande interesse, como, entre outras, “Como se faz um deputado”, “Caiu o ministério”, “Triunfo às avessas”, “Meia hora de cinismos” e “Direito por linhas tortas”.

“Um dos primeiros grandes cronistas da vida brasileira, sua obra avulta cada vez mais pela riqueza das informações que ele reuniu, em estilo simples e agradável, nos seus folhetins”, escreveu R. Magalhães Júnior na introdução ao volume **Política e Costumes**, compilação de numerosos “folhetins esquecidos” dos anos de 1867 e 1868. Aliás, diga-se sem exagero, **Política e Costumes** (Civilização Brasileira, 1957) é das melhores coisas que temos no gênero relativo, como o nome o diz, à “política” e aos “costumes” do século passado.

Convém não esquecer o caráter político de muitos dos escritos de França Júnior, de um ponto de vista conservador, fazendo oposição cerrada ao gabinete liberal da Conselheiro Zacarias. E isto, num dos momentos políticos mais difíceis do Segundo Reinado, por ocasião da guerra com o Paraguai. Tornou-se tão delicada a situação que muitos vêem - Oliveira Viana entre eles - a queda de Zacarias como o início do plano inclinado que conduziu à queda da monarquia 20 anos depois. E com a queda

de Zacarias - lembra-nos Magalhães Jr. - perdia França Júnior o assunto favorito de suas crônicas políticas. Valeu-lhe, nesta altura, o convite que lhe dirigiu o Barão de São Lourenço, nomeado presidente da Bahia em 1868, para seu secretário, cargo a que já se aludiu e no qual permaneceu pouco mais de dois anos. Ao retornar ao Rio, a situação era outra...

Uma nota curiosa. Quando representada em São Paulo, pela segunda vez, sua comédia "Meia hora de cinismos", o maestro e compositor Enúlio do Lago, achando-o curta demais, acrescentou-lhe algumas canções, sendo uma delas a "Canção do boêmio", escrita por um então jovem estudante que outro era senão Castro Alves. A propósito do título da comédia, convém esclarecer que a palavra "cinismo" nela vem empregada não com o sentido que hoje lhe damos, mas outro completamente diverso. "Cinismo" chamavam-se as pândegas e estripulias dos estudantes da Academia de Direito de São Paulo, e "cínicos" os que dela participavam... (25-12-1990).

*

231. "BRASIL, TERRA & ALMA"

Na década de 60, uma certa "Editora do Autor", do Rio de Janeiro, planejou uma coleção que, com o título **Brasil, terra & alma**, propunha-se a reunir em volumes, um para cada Estado, textos escolhidos sobre a natureza, a história, a geografia, a economia, a cultura das diversas unidades da Federação. Seriam as antologias organizadas por escritores de renome, familiarizados com as unidades que lhes coubessem passar em revista. "Numa arrumação viva, movimentada, de páginas curtas, que se sucedem como imagens cinematográficas ou jornalísticas, irá o leitor descortinando o retrato da 'terra & alma' do Brasil, delineado por autores notáveis de ontem e de hoje, nacionais e estrangeiros, com adição de escritos de valor informativo ou sugestivo."

Infelizmente, o plano não se realizou tal como previsto. Não tenho conhecimento senão de três dos vinte e tantos volumes que deveriam ser publicados: São Paulo, Minas Gerais e Guanabara. Guanabara, certamente todos se lembram, foi o nome dado ao pequeno Estado (um só município...)

que resultou da transferência para a região central do país, do antigo Distrito Federal, então encravado no território fluminense. Pouco durou o Estado da Guanabara. Criado por força da Constituição Federal de 1946 (bem clara a este respeito no artigo quarto de suas Disposições Transitórias), existiu até a sua fusão com o Estado do Rio de Janeiro, em 1975.

A escolha dos autores dos três volumes publicados foi a melhor possível: Luís Martins, para São Paulo; Carlos Drummond de Andrade, para Minas Gerais; e Marques Rebelo, para a Guanabara. Marques Rebelo era o nome literário de Edy Dias da Cruz.

Pelas amostras que nos foram dadas a conhecer, ficamos a imaginar que grande empreendimento seria se o plano se concretizasse integralmente, com a publicação de um volume para cada Estado. Teríamos um belíssimo (e utilíssimo) painel de nosso país, não apenas “cinematográfico e jornalístico”, como foi previsto, mas excelente instrumento para a evocação do passado de nossas unidades federativas e também de seu potencial atual e de suas perspectivas futuras. Indicações precisas de onde foram os textos extraídos valorizam os volumes e permitem a ampliação das leituras referentes a cada tópico e que eventualmente sejam do interesse dos leitores.

O conteúdo dos volumes abrange desde o início das respectivas histórias, com apelo aos missionários e cronistas coloniais, apresentando, a seguir, a evolução social, econômica, política e cultural, com páginas adequadamente escolhidas, não só de erudição, mas também de ficção e estas tanto em prosa como em verso, enfim o que de melhor se escreveu sobre cada um dos três estados.

Foi pena que o empreendimento não tivesse prosseguimento. Aliás, não sei porque os programas de obras abrangendo todos os Estados ficam sempre incompletos. Por ocasião do centenário da Independência (1922), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro planejou um grande **Dicionário** sobre o Brasil, com uma parte geral e outra específica para cada Estado. A primeira foi plenamente realizada; mas da segunda apenas três ou quatro estados tiveram seus capítulos publicados. Pouco depois, uma importante editora de São Paulo planejou uma coleção de histórias dos Estados do Brasil, com caráter didático. Dos 21 estados então existentes, apenas dez tiveram suas histórias publicadas. Destes outros empreendimentos

cuidarei oportunamente, pois são valiosos demais para ficaram esquecidos.
(28-12-1990)

*

232. OITO MESES NO BRASIL

Parece-me deveras estranho que até agora ninguém tenha se proposto a traduzir o excelente livro em que o professor Henri Tronchon relatou as impressões de sua permanência de oito meses no Brasil. Foi ele uma das mais expressivas figuras da missão francesa contratada para a antiga Universidade do Distrito Federal, do Rio de Janeiro, em 1936.

Grande mestre de literatura, elemento marcante da vida cultural francesa do período de entre-guerras, o ilustre professor, assim que chegou ao nosso país, procurou relacionar-se com elementos de destaque da sociedade e principalmente da cultura da antiga capital federal. Retornando ao seu país, publicou em Paris, em 1938, *Huit mois au Brésil*, uma edição oficial da Faculdade de Letras da Universidade de Estrasburgo, mas distribuída pela conhecida editora “Les Belles Lettres”, da capital francesa.

Trata-se, sem dúvida, de uma das melhores obras escritas por estrangeiros sobre o Brasil neste século. De muitas figuras com as quais conviveu, traça discretos perfis. Soube captar, como poucos, o espírito, a alma, do meio brasileiro em que viveu. Daí seu livro ser de leitura diria quase obrigatória para o conhecimento do Brasil numa das épocas mais significativas de nosso passado. A fundação da Universidade de São Paulo (1934) e, pouco depois, a do Distrito Federal, implicou um processo de abertura de novas e excelentes perspectivas culturais para o país, em grande parte devido à colaboração das missões de professores universitários contratados para reger, nessas duas universidades, matérias que pela primeira vez eram lecionadas em nossa terra, em nível superior.

A época em que o professor Tronchon viveu no Brasil (1936) coincidiu com o aparecimento de alguns livros básicos da cultura brasileira, como *Rafes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, *Conceito de civilização brasileira*, de Afonso Arinos de Melo Franco e *Tendências e diretrizes da escola secundária*, do professor Carneiro Leão. A maneira como soube tratar tais livros (“trois livres de l’année”, como os intitulou) reflete a capacidade de apreensão da cultura brasileira por parte do ilustre

professor universitário. Aliás, todos os capítulos reunidos sob o título “Orientations intellectuelles” são de extraordinária riqueza.

Datando já de mais de meio século, nunca tendo sido reeditado, há de estar na categoria dos livros raros, altamente cotados pelos alfarrabistas. E à espera de quem se disponha a traduzí-lo e, depois, publicá-lo. (4-1-1991)

*

233. ITAOCARA

É possível que algum leitor deste “rabisco” não saiba onde fica Itaocara. Aliás, não estranharei, pois entre nós ignora-se muito do interior do país. E as cidades pequenas, então, caem no rol do desconhecido. A não ser que sejam pontos de atração turística ou estâncias balneárias. Mas não é o caso da simpática cidade fluminense da margem direita do Paraíba. Meu conhecimento, não pessoal, mas por informações, de Itaocara, remonta à minha juventude e a uma circunstância casual. Quando rapazola de ginásio, na cidade mineira de Juiz de Fora, morei como pensionista em casa de uma família de Itaocara. Portanto, Itaocara era sempre lembrada a todo instante, pois minha hospedeira recebia freqüentemente visitas de parentes e amigos de sua cidade. Isto despertou-me o desejo de conhecê-la, o que até hoje, infelizmente, não se concretizou. Mas conheço algo de suas origens e de sua história e recordo-me também de uma vista da cidade, que encontrei na pequena mas preciosa **História do Estado do Rio de Janeiro**, de Clodomiro de Vasconcelos.

Fiquei sabendo, então, que a antiga Aldeia da Pedra (como originalmente se chamava) resultou de um alojamento indígena de puris, dos muitos que assinalaram o território fluminense, fundados quase sempre por capuchinhos italianos e que foram tão bem estudados por Joaquim Norberto em seu clássico livro sobre as aldeias de índios do Rio de Janeiro, obra básica da bibliografia histórica brasileira. Como aldeia, Itaocara remonta ao início do século XIX, mas só em 1890 obteve a autonomia municipal, recebendo o nome atual, praticamente uma versão indígena do nome primitivo.

Como disse, ainda não tive oportunidade de conhecer Itaocara, embora conheça razoavelmente quase todo o interior fluminense, pois meus ascendentes tanto paternos como maternos provieram de lá. Algo mais da

cidade fiquei sabendo pelo último número da revista “Municípios do Brasil”, todo ele dedicado a Itaocara. E vi confirmado, embora gostaria que fosse com maior ênfase, um dos traços característicos da pequena cidade, qual o seu interesse para coisas da cultura. Não tendo mais de 40.000 habitantes, pode Itaocara gabar-se de possuir uma Academia de Letras, o que prova que na cidade há quem escreva e, mais ainda, quem publique, coisa hoje cada vez mais difícil no Brasil.

Isto, que já seria algo de muito significativo - uma cidade de 40.000 habitantes ter uma Academia de Letras -, torna-se ainda mais expressivo se considerarmos que essa Academia publica mensalmente um tablôide de 16 páginas - “Letras Itaocarenses”, subtítulado “Boletim Acadêmico” -, com notícias não só da vida acadêmica de Itaocara (inclusive os discursos de recepção dos novos acadêmicos), como também matéria de interesse para a cidade, particularmente sua história. Foi uma pena que o já citado último número de “Municípios do Brasil”, tratando de Itaocara, não se referisse à sua Academia de Letras e sua inserção no contexto da cidade.

Pondo de lado o interesse cultural de “Letras Itaocarenses”, algo chamou-me a atenção: o apoio do comércio local para manter a publicação, através de uma discreta publicidade. Que lição para tantas cidades do Brasil! Quantas academias existem em grandes cidades, inclusive capitais, que não têm condições de imprimir uma circular mimeografada! E a pequenina Itaocara nos brinda mensalmente com um boletim acadêmico de 16 páginas! Longa vida a “Letras Itaocarenses” é o que se tem a desejar.

Lembraria, para encerrar, que o nome de Itaocara já se encontra inscrito na história musical do Brasil, pois aí nasceu Patápio Silva, nosso maior flautista, compositor igualmente inspirado e que muita coisa escreveu para o seu instrumento. E ainda uma curiosidade: Itaocara talvez seja a única cidade do mundo a ter, em uma de suas praças, um monumento erigido à ciência matemática! E, como se não bastasse, há também na cidade uma “Praça da Geografia”... (1-2-1991)

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Informática
7. Instituto de Letras
8. Instituto de Psicologia
9. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário

ବିଏମ୍‌ପୁକ୍‌କାମ୍‌ପ